



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Português VII

Volume 1

Vanda Maria Cardozo de Menezes

Ana Paula Victoriano Belchor

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Danielle Kely Gomes

Ivo da Costa do Rosário

Marisandra Costa Rodrigues



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Letras

UFF - Livia Maria de Freitas Reis Teixeira

Material Didático

Organização de Conteúdo

Vanda Maria Cardozo de Menezes

Elaboração de Conteúdo

Vanda Maria Cardozo de Menezes

Ana Paula Victoriano Belchor

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Danielle Kely Gomes

Ivo da Costa do Rosário

Marisandra Costa Rodrigues

Direção de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design

Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Paulo Vasques de Miranda

Design Instrucional

Gustavo Malheiros

Livia Tafuri Giusti

Biblioteca

Raquel Cristina da Silva Tiellet

Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção

Bianca Giacomelli

Revisão Linguística e Tipográfica

Maria Elisa Silveira

Mariana Caser

Rosane Lira

Yana Gonzaga

Ilustração

Vinicius Mitchell

Capa

Vinicius Mitchell

Programação Visual

Deborah Curci

Maria Fernanda de Novaes

Mario Lima

Produção Gráfica

Ulisses Schnaider

Copyright © 2018, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

P853

Português VII. Volume 1. / Belchor, Ana Paula Victoriano...
[et al] – Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2018.
244p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0093-4

1. Português. 2. Latim-história. 3. Evolução-latim- português.
I. Gonçalves, Carlos Alexandre Victorio, Gomes, Danielle Kely,
Rosário, Ivo da Costa do, Rodrigues, Marisandra Costa, Menezes,
Vanda Maria Cardozo de. Título.

CDD: 469

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social

Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Luis César Passoni

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 • O que, por que e para que estudar a história de uma língua?	7
<i>Marisandra Costa Rodrigues</i>	
<i>Ivo da Costa do Rosário</i>	
<i>Danielle Kely Gomes</i>	
Aula 2 • Periodização da história do latim	29
<i>Marisandra da Costa Rodrigues</i>	
<i>Ivo da Costa do Rosário</i>	
<i>Danielle Kely Gomes</i>	
Aula 3 • Fragmentação linguística da Península Ibérica: do latim aos primeiros momentos do português	51
<i>Vanda Maria Cardozo de Menezes</i>	
Aula 4 • O português no tempo e no espaço.....	73
<i>Vanda Maria Cardozo de Menezes</i>	
Aula 5 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: fonologia diacrônica (parte 1) – consonantismo	99
<i>Carlos Alexandre Victorio Gonçalves</i>	
Aula 6 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: fonologia diacrônica (parte 2) – vocalismo	129
<i>Carlos Alexandre Victorio Gonçalves</i>	
Aula 7 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: fonologia diacrônica (parte 3) – processos fonológicos.....	165
<i>Ana Paula Victoriano Belchor</i>	
Aula 8 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: morfologia diacrônica (morfologia nominal)	201
<i>Ivo da Costa do Rosário</i>	
Aula 9 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: morfologia diacrônica (morfologia pronominal)	227
<i>Ivo da Costa do Rosário</i>	

Aula 1

O que, por que e para que estudar
a história de uma língua?

*Marisandra Costa Rodrigues
Ivo da Costa do Rosário
Danielle Kely Gomes*

Meta

Apresentar os pressupostos básicos dos estudos histórico-diacrônicos, as áreas que podem ser investigadas sob o prisma histórico e o latim no quadro indo-europeu.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender que línguas são códigos dinâmicos de comunicação, passíveis de variação e mudança;
2. perceber que *variação* e *mudança* se fazem presentes em todos os níveis de estruturação linguística;
3. identificar os principais aspectos relacionados à história do latim e sua chegada à Península Ibérica.

Introdução

Estudos já realizados sobre diversas línguas no mundo, existentes ou já extintas, comprovam que toda língua utilizada para a comunicação humana não é estática e imutável. Mesmo as pessoas que não estão envolvidas com o estudo da linguagem conseguem perceber que uma língua apresenta mudanças ao longo do tempo, que apresenta diferenças entre as regiões em que é falada, que mostra algumas divergências entre gerações de falantes, e que até mesmo o indivíduo é capaz de alterar seu modo de usar a língua em função da situação de comunicação em que se encontra.

A variabilidade é parte constitutiva do repertório linguístico de uma comunidade. É praticamente impossível conceber um código de comunicação usado por pessoas de carne e osso que não apresente essas diferenças. Todavia, por mais que se reconheça a variação inerente a toda e qualquer língua, a legitimação dessas diferenças não é ponto pacífico dentro de uma comunidade de falantes.

É muito comum ouvirmos que antigamente se falava uma língua “melhor” do que a usada hoje, que em determinadas regiões se usa um “português mais correto”, que os jovens “deturpam” a língua, que a internet, os estrangeirismos e as gírias são ameaças a uma língua “pretensamente” perfeita. Há toda uma série de ideias distorcidas sobre a variabilidade de uma língua, que acabam por fazer com que os falantes não se deem conta de que a variação e a mudança devem ser entendidas como algo regular e comum no funcionamento e desenvolvimento de todas as línguas.

A respeito da relação entre variação e mudança, Tarallo (1990, p.25) conclui o seguinte:

Afinal de contas, para que os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação [...]. E constatar o vínculo necessário entre variação e mudança, necessariamente implica aceitar a história e o passado como reflexos do presente, dinamicamente se estruturando e funcionando.

No entanto, apesar de intrinsecamente relacionados, o nosso foco neste momento é perceber a diferenciação linguística que se observa no transcorrer do tempo: a mudança.

Como mudam as línguas?

Conseguimos perceber que uma língua muda em função do tempo quando, por exemplo, comparamos indivíduos de faixas etárias diferentes: quanto maior a diferença de idade, maior a possibilidade de observarmos diferenças na forma de falar de duas pessoas. Se pudermos observar a conversa entre um falante de 20 anos de idade com outro que esteja por volta dos 70 anos, poderão ser percebidas, por exemplo, ainda que mínimas, diferenças no vocabulário, em construções sintáticas e na pronúncia de determinados sons.

Outra maneira de perceber que a língua muda em função do tempo é através do contato com textos – falados ou escritos – produzidos em outras épocas. Entretanto, a busca de fatos linguísticos em fases mais distantes da atual requer certo cuidado metodológico por parte do estudioso da linguagem, pois não se sabe até que ponto os textos examinados são de fato representativos da modalidade falada ou escrita da época em que foram produzidos.

Como exemplos de textos falados, teríamos filmes, transmissões radiofônicas e/ou televisivas, que permitem perceber como os sons, o vocabulário e as estruturas sintáticas eram realizados.

Para a percepção de mudanças em fases mais pretéritas da língua, é necessário que se recorra a textos escritos, no caso das línguas que desenvolveram a modalidade escrita. No entanto, se uma língua já passou por um período de normatização, isto é, se já foi estabilizada por meio de gramáticas e dicionários, a escrita, sempre mais conservadora, não registra as alterações em processo na fala e nem mesmo muitas alterações já concluídas.

A título de exemplo, hoje os falantes têm consciência de que as formas *touro*, *cadeira*, *queijo* – grafadas com um ditongo decrescente na sílaba tônica – têm, muito frequentemente, sua pronúncia alterada, ocorrendo nesse contexto um processo de monotongação ([ˈtowru] → [toru], [kaˈdey] → [kaˈdera], [ˈkeyʒu] → [ˈkeʒu]). Todavia, a escrita continua a registrar as formas como se o ditongo decrescente ainda estivesse sendo produzido. Esse é um caso de mudança que ocorre na modalidade oral, no nível fonético-fonológico.

Observe os dois textos a seguir, escritos em momentos distintos da história da nossa língua. Será impossível deixar de reconhecer que eles apresentam diferenças, se comparados a textos escritos

atualmente, por exemplo. O texto I é uma carta que pode ser encontrada na versão *on-line* da coletânea *Pina Manique e a Universidade de Coimbra* (1984).

Texto I - Cartas de Pina Manique ao Sr. Francisco Antônio Duarte da Fonseca Montanha, 1733

Ill.mo Sn~r Fran.co An.to Duarte da Fon.ca Montanha

Meu am.o e S.r da m.a veneração: sinto quanto pode sopor, ~q tivesse o clerigo o esquecim.to de faltar ao que tanto recomendei de não fazer nada, ~q não fosse debaixo da sua direção estou ser-to, ~q foi erro do intendem.to, e não de vontade, e V. S.a desculpara a elle, e meu meu filho, e sobrinhos novatos sem conhecerem o mundo, e pouca idade relleve por esta vez e reprihenda-os q.do julgar serlhe necessario V. S.a os tome, torno a repetir, a sua conta para eu ter esse gosto não só de os ver moregerados mas ~q consigaõ o ~q dezejaõ de se verem formados com credito de bons Estudantes.

Rogo V. S.a seg.da vez ~q veja se me ageita a compra do Collegio do Baeta para se poder nelle estabeser o Collegio de Medecina e dezejo m.to~q elles assim o consigaõ, e queria neste cazo na primavera proxima emtrar com as obras logo.

Desejarei ter m.tas ocazioens mostrar V. S.a os meus reconhem.tos no desempenho na execuçaõ das suas orden

Lx.a 1 de Outubro de 1789

De V. S.a Am.o mto obrig.do e vener.or

Diogo Ign.o de Pina Manique

Texto II – Anúncio de jornal, publicado na primeira década do século XIX

No dia 17 de Fevereiro corrente pelas 10 horas da manhã, se perdeu hum Moleque na Praia do Peixe, o qual terá 15 annos de idade; chama-se Matheus, he de Nação Cabundá, com calças de Amiagem, e Camiza de pano de linho; ignora a lingoaPortugueza por ser comprado dias antes no Valongo: Quem delle souber, vá falar com João Pereira da Silva, morador na Rua da Ajuda Número 52 ao pé do *Coronel* Antonio Correa da Costa; e delle receberá boas alviças.

Gazeta do Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1809

(GUEDES; BERLINK, 2000)

Como você pode observar, os textos estão escritos em português. Mas quanta diferença há entre eles! E quantas diferenças há entre eles e os textos atuais! As diferenças existem porque as línguas são veículos de comunicação usados por diferentes pessoas (origem social, escolaridade, profissão, sexo, idade etc.) em diferentes épocas, em diferentes locais, em diferentes modalidades (oralidade e escrita), em diferentes contextos sociais (mais formais e menos formais), com diferentes propósitos discursivos.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Os fragmentos a seguir foram extraídos de estudos descritivos sobre variação e/ou mudança na língua portuguesa. Identifique que fatores – tempo, espaço, modalidade oral ou escrita, grau de formalidade do contexto, características socioculturais do falante – estão sendo observados em cada fragmento.

a) “As fotos em sequência, embora tenham sido tiradas em momentos, perspectivas e olhares diferenciados, conseguem captar a linearidade do fenômeno. Os resultados evidenciam a formação de um paradigma pronominal que reflete um sincretismo entre a segunda e a terceira pessoa do singular com reflexos paralelos em algumas subcategorias pronominais. A mistura de tratamento já aparece prematuramente no século XIX com baixos índices percentuais e se configura como um prenúncio de *você* no sistema pronominal. O duelo entre *você* e *tu* não se dará de forma definitiva, pois a forma inovadora e gramaticalizada não se implantará em todas as categorias da mesma maneira. Esse prenúncio já está anunciado nas primeiras fotografias do século XX, mas os contextos de resistência formal perduram até o século XXI.” (LOPES, 2008, p. 67)

b) “Em linhas gerais, no que se refere às vogais em posição acentuada, a diferença está na oposição conhecida do /a/ : /α/, vogal central recuada e não recuada, respectivamente, que tem como exemplo muito evidente a oposição que fazem os portugueses entre a primeira pessoa do plural dos verbos da primeira conjugação: trabalh/a/mos para o presente e trabalhamos para o pretérito perfeito ou, para dar outro exemplo sem

repercussão na morfologia: sempre p/a/ra, quer seja verbo quer preposição, no português brasileiro; e p/a/ra, verbo, opondo-se a p/a/ra preposição, no europeu.” (SILVA, 2004, p.141)

c) “Estudos sociolinguísticos acerca do português brasileiro oral têm registrado a praticamente consumada perda dos clíticos acusativo e dativo referente à terceira pessoa. Quanto à língua escrita, verifica-se que esses itens linguísticos aparecem preferencialmente em contextos de maior formalidade e, ainda assim, sob certas condições estruturais: o acusativo em contexto de ênclise ao infinitivo; o dativo em contexto de verbo bitransitivo.” (FREIRE, 2012, p.108)

d) “É preciso admitir que, se, de um lado, a variedade dos escolarizados desprivilegia a não-concordância, a concordância, em sua fala, também não é absoluta; de outro lado, a variedade dos não-escolarizados, embora privilegie a não-concordância, também realiza a concordância verbal. Trata-se de um fato variável em qualquer das variedades, em proporções inversas, padrões reais que não devem ser desqualificados, nem um nem outro, como expressão linguística legítima, natural, e altamente caracterizadora do perfil linguístico do português do Brasil.” (VIEIRA, 2007, p.97-98)

Resposta comentada

a) Tempo: o texto trata do processo de implementação da forma *você* no paradigma dos pronomes pessoais, do ponto de vista histórico, observando o percurso de inserção da forma através do tempo.

b) Espaço: o fragmento indica diferenças fonético-fonológicas entre duas variedades geográficas do português: o português brasileiro e o português europeu.

c) Espaço, modalidade oral/escrita e grau de formalidade: são abordadas, nesta citação, diferenças na morfologia dos clíticos de 3ª pessoa (o, a, os, as; lhe, lhes), no português do Brasil, em função da modalidade de expressão (fala e escrita) e também em relação à formalidade do contexto.

d) Espaço e escolaridade: o texto discute a variação na concordância verbal no português do Brasil, em função da origem social dos falantes.

É óbvio que toda heterogeneidade que marca as relações humanas vai se refletir nos mecanismos de comunicação que os indivíduos usam para a interação. Estudar a história de uma língua é observar a relação entre aspectos do sistema que sofrem mutações ao longo do tempo e os fatos sociais que marcaram a história da comunidade.

Ainda que tenhamos vertentes do estudo da linguagem que defendem ser possível uma linguística histórica *associal*, isto é, uma disciplina que investiga a evolução de um sistema desvinculado de relações externas, o ponto de partida que adotamos aqui parte do princípio de que é impossível dissociar a história da língua da história da comunidade de falantes.

Antes de enveredarmos na relação de fatos histórico-sociais que culminaram na formação das línguas românicas – ou seja, as línguas derivadas daquela usada para a comunicação no Império Romano –, é importante termos ciência do que é possível mudar em um sistema linguístico.

O que pode mudar em uma língua?

Um sistema linguístico pode sofrer alterações em todos os seus níveis – desde a pronúncia de sons até sua organização discursiva.

De todos os níveis que constituem o sistema linguístico, o mais estudado até hoje em linguística histórica é o nível fonético-fonológico. Sendo assim, observamos – para análises históricas desse nível do sistema – um volume considerável de descrições, uma metodologia bem definida e a formulação de teorias consistentes para a explicação da mudança sonora.

No que tange aos demais níveis, ainda que atualmente observemos um crescimento de descrições de cunho histórico, faltam sistematizações mais consistentes, o que constitui um desafio para os estudiosos da linguagem que tomam como foco a análise de fatos linguísticos do passado.

Outra questão a ser considerada nos estudos diacrônicos é o fato de que – uma vez que a língua é um complexo sistêmico formado por subsistemas (fonológico, morfológico, sintático, semântico, discursivo-

pragmático) – as mudanças envolvem não só elementos de um nível do sistema, mas um conjunto de mudanças inter-relacionadas. Na evolução histórica do latim ao português, observaremos exemplos de mudanças linguísticas associadas a dois ou mais níveis da organização linguística. A seguir, uma breve apreciação de fenômenos de mudança linguística associados aos níveis de organização da língua.

Alterações fonético-fonológicas

A *fonética* e a *fonologia* constituem campos de estudo cujo objetivo é averiguar aspectos relacionados a características sonoras da língua. Entretanto, há diferenças entre esses dois campos no que concerne ao ponto de vista do objeto: a fonética estuda os sons como entidades físico-articulatórias isoladas; a fonologia, como elementos que integram um sistema linguístico determinado. Callou e Leite explicam:

Assim, à fonética cabe descrever os sons da linguagem e analisar suas particularidades articulatórias, acústicas e perceptivas. À fonologia cabe estudar as diferenças fônicas intencionais, distintivas, isto é, que se vinculam a diferenças de significação, estabelecer como se relacionam entre si os elementos de diferenciação e quais as condições em que se combinam uns com os outros para formar morfemas, palavras e frases. (CALLOU; LEITE, 1990, p. 11).

Tal diferenciação é importante em linguística histórica, pois se costuma diferenciar a mudança fonética da mudança fonológica. Mudanças fonéticas consistem em alterações na realização de determinados sons em alguns contextos na palavra. A mudança fonológica, contudo, envolve alterações no quadro de elementos que constituem as unidades sonoras distintivas (os fonemas) e altera o sistema de relações entre esses elementos.

Como exemplo de mudança fonética em português, pode-se citar a vocalização do /l/ em final de sílaba, fenômeno que atinge os mais diversos dialetos do português brasileiro. Vocábulos como *salto*, *solto*, *celta* são pronunciados como [ˈsawtu], [ˈsowtu], [ˈsewta] (a vocalização da consoante lateral cria um ditongo decrescente na sílaba tônica). Todavia, tal alteração na pronúncia não alterou o quadro de fonemas do português, já que o /l/ continua a existir como unidade distintiva (opõe, por exemplo, os vocábulos /l/ata e /m/ata).

Já em termos de mudança fonológica, o surgimento das consoantes palatais /ɲ/ e /ʎ/, na passagem do latim para o português, alterou o quadro de fonemas através do acréscimo de duas novas unidades no sistema, com a propriedade de distinção de significado (ca/l/a vs. ca/ʎ/a; ga/n/a vs. ga/ɲ/a).

Alterações morfológicas

A *morfologia* é o ramo dos estudos da linguagem que se encarrega dos princípios de estruturação interna dos vocábulos (os elementos que os constituem – os morfemas; os processos de formação de itens lexicais; os processos flexionais – que marcam as categorias gramaticais no interior da palavra).

Dos diversos processos morfológicos verificados na passagem do latim para o português, damos aqui, como exemplo, os casos de palavras autônomas que se transformam em morfemas derivativos. Câmara Jr. (1979) mostra como advérbios do indo-europeu se transformaram em prefixos ao se aglutinarem antepostos a verbos. O autor cita como exemplo o surgimento da forma *supplicare*, formada a partir da aglutinação do advérbio *sub* à forma *placare* (acalmar a ira de alguém). Daí *supplicar*, forma que persiste em português através de alterações fonéticas operadas na passagem do latim à nossa língua (/b/ > /p/ e /a/ > /i/).

Alterações sintáticas

A *sintaxe* é a área de estudo que focaliza a organização das palavras em sentenças. O processo mais explorado de alterações sintáticas, do ponto de vista histórico, é a fixação da ordem dos constituintes no interior da sentença.

O latim era uma língua caracterizada pela flexão de caso, isto é, a palavra assumia determinada desinência para a indicação das funções sintáticas. Uma consequência dessa propriedade é a flexibilidade na ordem dos constituintes oracionais. Assim, uma sentença como “Marcus ama Cornélia”, em que os sintagmas nominais (SNs) *Marcus* e *Cornélia* desempenham as funções sintáticas de sujeito e objeto direto, poderia – no latim – apresentar as configurações estruturais a seguir:

Quadro 1.1

Marcus	amat	Corneliam
Marcus	Corneliam	amat
Amat	Marcus	Corneliam
Amat	Corneliam	Marcus
Corneliam	amat	Marcus
Corneliam	Marcus	amat

Tal flexibilidade na ordem dos constituintes se perde em português. Na nossa língua, a posição do SN na oração vai determinar sua função sintática. Dessa maneira, para expressar o mesmo conteúdo proposicional das sentenças expressas anteriormente, o falante do português não tem alternativa, a não ser dizer: “Marcus ama Cornélia”.

Alterações semânticas

A *semântica* é o campo de estudo que trata da significação. No âmbito da linguística histórica, alterações semânticas são verificadas quando uma palavra sofre alterações em seu significado ao longo do tempo.

As mudanças semânticas – restrições, ampliações e alterações no sentido dos vocábulos – são discutidas, frequentemente, no escopo das chamadas *figuras de linguagem*, pois entende-se que o processo figurativo é, por excelência, um processo de criação de novos significados, o que contribui para a transformação no sentido das palavras.

Em *semântica histórica*, observam-se processos que restringem o significado da palavra, assim como fenômenos que ampliam o seu sentido. Um exemplo de mudança semântica por restrição (ou especialização) de significado, ocorre com o verbo *chegar*. Originalmente, *chegar* deriva da forma latina *plicare* (*dobrar*, derivada de *plica*, *prega*, *dobra*). Supõe-se que o verbo remeta ao hábito de se dobrarem as velas dos navios, ao se chegar a um porto. Assim, *chegar* teria seu sentido limitado a um tipo de movimento em direção a um lugar, movimento específico realizado no mar. Hoje, *chegar* aplica-se a qualquer deslocamento em direção a um determinado espaço.

Um exemplo de mudança semântica em que um vocábulo ganha novos sentidos é o que se verifica para a palavra *estilo*. Do latim *stilu-*, instrumento formado por uma haste pontiaguda, utilizado para a inscrição

sobre cera ou argila, algo semelhante a uma caneta. Houve ampliação no significado, e *estilo* passou a se referir ao próprio modo de escrever. Do universo da escrita, *estilo* migrou para o contexto da moda e demais artes, passando a caracterizar as propriedades de um objeto artístico (BAGNO, 2012, p. 174).

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Nos fragmentos a seguir, identifique em que nível do sistema ocorrem os processos de mudança descritos:

a) “Assim, contrariamente ao sistema do latim clássico, encontramos em português, ao lado de *eu, tu, nós, vós*, as formas *ele, ela, eles, elas*, também oriundas do demonstrativo *ille*, desprovido, entretanto, de sua função dêitica. O timbre fechado de *ele* e aberto em *ela* é explicado de diferentes formas pela gramática histórica: ou a diferença de timbre espelha uma distinção morfológica de gênero, masculino e feminino; ou a vogal se abriu em *ela* em metafoia com a vogal final /a/. As formas do plural são criações românicas.” (TARALLO, 1991, p. 138-139).

b) “A queda, perda ou síncope da nasal alveolar simples em posição intervocálica do latim é um fenômeno [...] que caracteriza as variantes hispanorromânicas do noroeste peninsular, isto é, a variante galego-portuguesa, em oposição às outras – leonês, castelhano, etc. [...] A queda da consoante deixa o traço nasal da vogal que a precede e essa nasalidade se expande à vogal seguinte.” (SILVA, 2006, p. 69).

c) “O fato é que no latim clássico, exatamente pela independência dos constituintes, cuja desinência lhes garantia a recuperabilidade da função [...], a ordem dos termos da oração era livre. Gramaticalmente livre, deveremos dizê-lo, pois estilisticamente a frase latina clássica privilegia o verbo na última posição. Com as alterações fonéticas e morfológicas, o padrão sentencial ficou mais fixo nas línguas românicas; assim, o português, por apresentar uma ordem básica gramaticalmente mais fixa, pode, em princípio, desrespeitá-la menos, [...]” (TARALLO, 1991, p. 152).

d) “A palavra *estremecida*, que outrora significava *tremida* e *muito amada*, mantém somente o primeiro significado. *Meter* é usado hoje, muitas vezes, em lugar de *pôr*, por influência do francês *mettre*. *Capturar* substitui, em certas circunstâncias, *captar*, do inglês *to capture*.” (MATEUS; CARDEIRA, 2007, p. 45).

Resposta comentada

- a) mudança nos níveis fonológico e morfológico
 - b) mudança no nível fonético-fonológico
 - c) mudança no nível sintático
 - d) mudança nos níveis semântico e lexical.
-
-

Uma vez que perpassamos pelas principais motivações para o estudo histórico de uma língua, sendo – evidentemente – a principal delas o fato de que os sistemas linguísticos são códigos dinâmicos, que mudam em função das alterações histórico-sociais que marcam o contexto de seus falantes, cabe agora um aprofundamento na história da formação da língua portuguesa no quadro das línguas românicas.

O latim no ramo indo-europeu

Todas as línguas da Península Ibérica, à exceção do Basco, são derivadas do latim. Assim, é impossível estudar a história do português sem considerar os aspectos de formação e estabelecimento do latim como uma língua de império.

O latim é uma das línguas que formam a “família itálica” do grupo indo-europeu, no qual também estão outras “famílias linguísticas”, como a celta, a grega, a germânica, a báltica, a eslava, a armênia, a indo-iraniana, a albanesa, a hitita etc.

No diagrama a seguir, podemos observar um panorama das línguas derivadas do indo-europeu e como a língua portuguesa se situa nesse quadro.

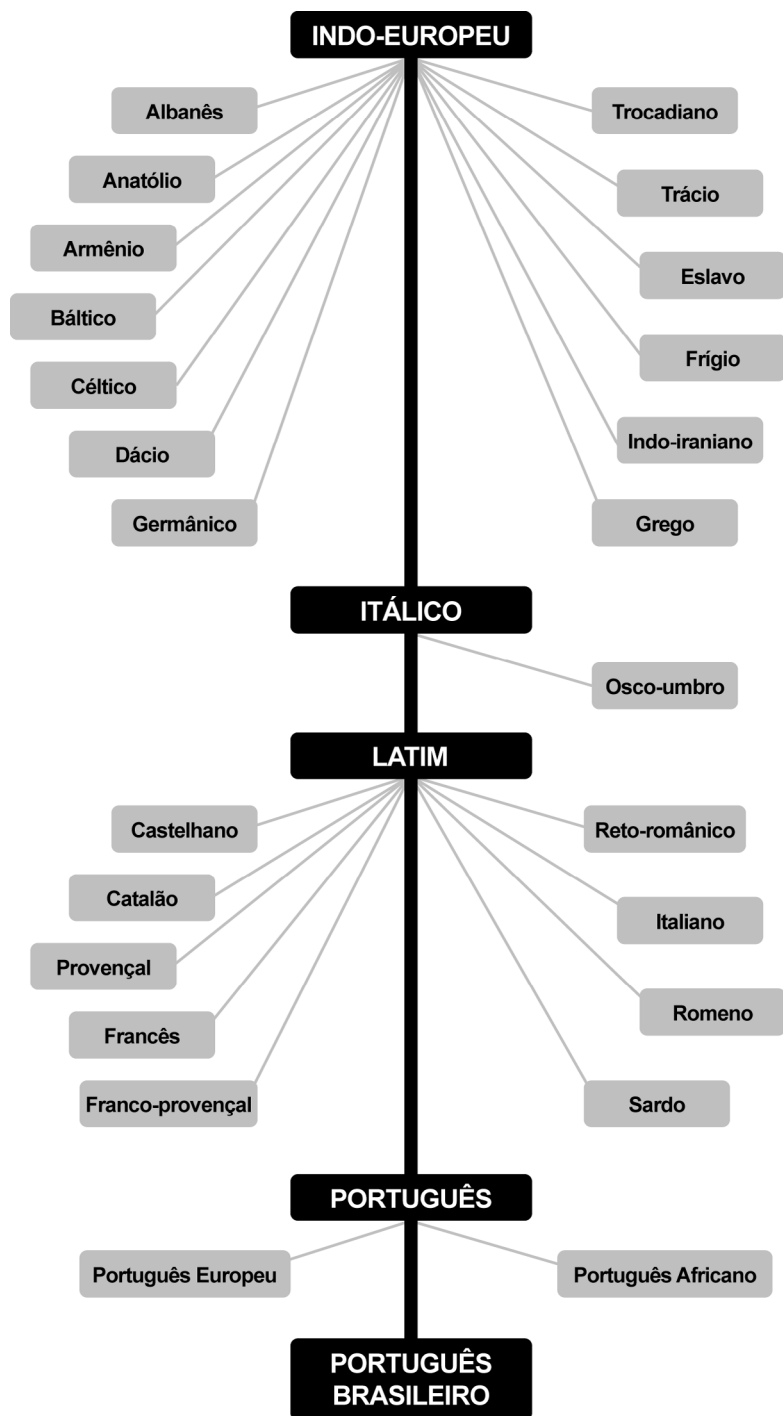


Figura 1.1: A origem da língua portuguesa.

Fonte: http://www.falemosportugues.com/semana_da_lingua/historia_da_lingua_final/index_historia_da_lingua.html.

A localização original do povo indo-europeu data, de acordo com Martinet (1987), de aproximadamente 5000 anos antes de nossa era,

em uma região ao sudoeste da antiga União Soviética. Apesar de terem deixado vestígios arqueológicos, não há registros da língua usada por esse povo, já que os indo-europeus eram ágrafos (isto é, não relegaram registros escritos).

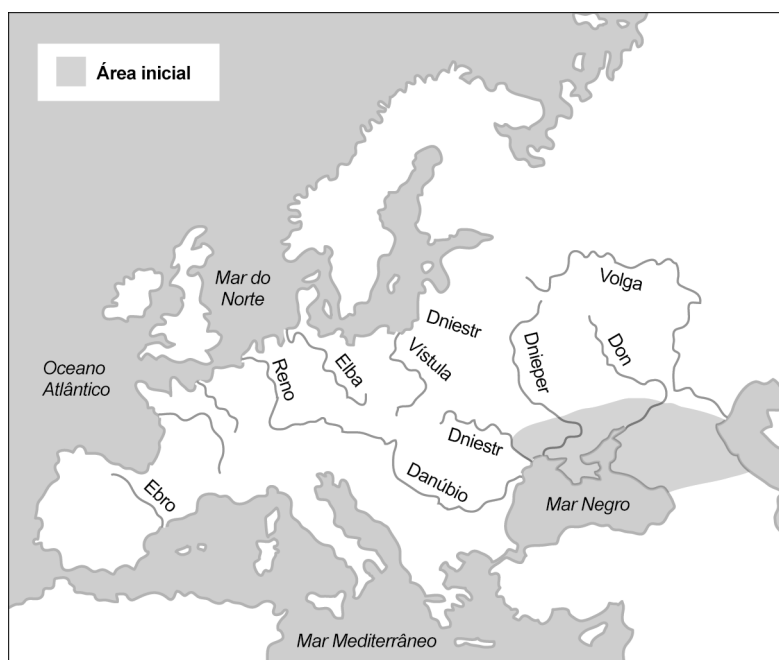


Figura 1.2: Área inicial do povo indo-europeu.

Fonte: Martinet (1987, p. 56, apud Castro, 1991, p. 79).

Mais tarde, houve uma separação em duas subfamílias: uma avançou até a região onde atualmente está a Índia (ramo indo-iraniano), ocupando também os territórios da parte Oriental da Europa, da Albânia até o mar Báltico (ramos albanês, báltico, eslávico e armênio – línguas que pertencem ao chamado ramo europeu-oriental). Os gregos constituem uma família linguística que se situa em uma posição intermediária entre o ramo europeu-oriental e o ramo europeu-ocidental, do qual descendem os itálicos, os celtas e os germânicos.

O latim é uma das línguas derivadas do grupo itálico (ao lado do osco-umbro). Como se deu a chegada dos indo-europeus na região que se tornou o berço do Império Romano? É o que veremos a seguir.

O surgimento do latim e o embrião do Império Romano

Os indo-europeus invadiram a região que hoje é denominada *Itália* a partir do segundo milênio antes de Cristo. Inicialmente, ocuparam uma faixa desse território através de duas ondas de migração distintas: por meio dos latinos, indo-europeus que se estabeleceram na região do Lácio, e por intermédio dos osco-umbros, que ocuparam as regiões no entorno do Lácio (leste, sul e noroeste da região).

Contudo, a Península Itálica abrigava muitos outros povos. Além dos latinos e dos osco-umbros, viviam também, na Itália, os etruscos (não indo-europeus), os sabélicos, os volscos, os ígures, os vênets, os gregos e os celtas.

A fundação de Roma data do século VIII a.C., e a história da civilização romana atravessou, de acordo com Castilho (s.d: p. 8-9), as seguintes fases:

Quadro 1.2

ROMA ANTIGA	ROMA REPUBLICANA	ROMA IMPERIAL
séc. VIII a.C. a 507 a.C.	507 a 31 a.C.	31 a.C. a 476 d.C.

Expansão de Roma e formação do Império Romano

A história da romanização da Península começa a se delinear no ano 218 a.C, momento em que Império Romano desembarca nas Ampúrias (região da Catalunha), em função da Segunda Guerra Púnica. A partir desse período, observa-se um longo processo de aculturação dos povos peninsulares, até a total dominação.

No quadro a seguir, extraído de Castilho (s.d: p. 2), pode-se observar como se deu, através dos séculos, a expansão dos latinos pela região da Itália Peninsular até a conquista de territórios fora do continente europeu.

Quadro 1.3: Expansão dos latinos pela Itália Peninsular

753 a.C.	Fundação de Roma no monte Palatino e rapto das Sabinas.
616-509 a.C.	Os reis etruscos organizam o Reino dos Tarquínios. É construída a Cloaca Maxima, para drenar os pântanos em que se fundara Roma.
509 a.C.	Expulsão de Tarquínio e nascimento da República.
390 a.C.	Invasão dos gauleses, que queimam Roma, mas são expulsos.
312 a. C.	Construção da primeira estrada romana, a Via Apia, que liga Roma a Capua.
241 – 238 a.C.	Conquista da Sicília, Sardenha e Córsega, transformadas em províncias romanas.
218a.C.	Conquista da Península Ibérica.
191 a.C.	Conquista da Galia Cisalpina, no norte da Itália.
167 a.C.	Conquista da Ilíria, na costa setentrional do Adriático.
148-146 a.C.	Conquista da Macedônia e da Grécia
146 a.C.	Primeiras expedições enviadas à África, na Tunísia.
120 a.C.	Conquista da Galia Transalpina, que passou a chamar ProuinciaNarbonensis.
58 a 50 a.C.	Conquista da Galia Setentrional.
15 a.C.	Conquista da Recia (Grisões, Tirol, Lombardia).
43 a 49 d.C.	Primeira expedição à Inglaterra.
106-124 d.C.	Conquista da Dácia, atual Romênia.

Fonte: Castilho (s.d: p. 2).

Quando os romanos chegaram à Península Ibérica, encontraram a região em uma situação bastante fragmentada, povoada por grupos das mais diversas origens. Sucessivas ondas migratórias atingiram a região por conta de sua localização geográfica privilegiada. Não há muita informação sobre a diversidade étnica que marcou os domínios peninsulares, mas tem-se conhecimento, através de registros arqueológicos, de quatro grandes contingentes: os iberos, oriundos do norte da África, que se estabeleceram no sul e no leste peninsulares; os celtas, que fixaram suas bases na região centro-oeste da Península; os fenícios, na costa meridional, e os bascos, que se encontravam nas cadeias rochosas ao norte.

A diversidade étnica refletiu-se na variedade linguística da Península. O processo de implantação do latim traz reflexos da complexidade

linguística da região. A propagação da língua romana pelas áreas colonizadas se dá através de uma fase em que as línguas do colonizador e do colonizado coexistem, implicando uma situação de bilinguismo: características das línguas nativas penetram, em maior ou menor grau, na língua recentemente chegada ao território e que, posteriormente, se tornaria a língua dominante.

Tendências evolutivas que marcavam a língua do colonizado poderiam passar, nesse processo, a marcar a língua implantada pelo colonizador. Tais tendências não afetam de modo imediato a língua recém-chegada: ao contrário, paulatinamente, marcas das línguas dos povos subjugados podem se infiltrar na língua do povo vencedor, promovendo uma situação de dialetação, com a possibilidade de provocar mudanças profundas no sistema dessa língua – sobretudo depois um processo de crise da norma linguística constituída, como o que se verificou com o latim, depois da fragmentação do Império Romano (por volta do século III d.C.). Todavia, essas discussões serão foco da próxima aula.

===== **Atividade 3** =====

Atende ao objetivo 3

Com base na leitura do texto da seção anterior, complete as lacunas com a informação adequada:

O latim é uma das línguas da família _____ do indo-europeu, ao lado do _____. O povo indo-europeu, cuja origem remonta 5000 anos antes de Cristo, na região que corresponde ao atual sudoeste da Rússia, relegou às civilizações posteriores vestígios arqueológicos; todavia, formavam uma comunidade _____, isto é, sem registros escritos.

Os indo-europeus chegam à região da Península Itálica por volta do ano _____, através de duas ondas distintas de migração: os latinos – que ocuparam a região do Lácio – e os osco-umbros – que ocuparam a região no entorno onde se fixaram os latinos.

Os latinos foram progressivamente dominando os demais povos que ocupavam a Península Itálica e, em _____, fundam a cidade de Roma, berço da civilização intercontinental denominada _____.

Uma vez dominada a região da Itália Peninsular, lançam-se os romanos

à conquista de novos territórios. Em _____, em decorrência da Segunda Guerra Púnica, os romanos chegam à Península Ibérica.

A partir de então, em um incessante processo de imposição de valores culturais, sociais, econômicos, políticos e linguísticos, o Império Romano fixa suas raízes no espaço territorial em que hoje se localizam Portugal e Espanha. No entanto, o processo de romanização da Península Ibérica é realizado a partir de uma dinâmica sociocultural e linguística em que traços do colonizador e dos povos colonizados coexistem em um determinado momento do processo de fixação da cultura românica na região, o que pode ter contribuído para a diferenciação dialetal.

Resposta comentada

itálica, osco-umbro, ágrafa, 2000 a.C., VIII a.C., Império Romano, 218 a.C.

Conclusão

Estudar a história de uma língua é ir além da observação dos fatos de mudança do sistema: ao propor um estudo histórico, o investigador da linguagem precisa observar de que forma os fenômenos de mudança no sistema linguístico estão correlacionados a aspectos socioculturais das comunidades a que esse sistema serve como veículo de comunicação. Todos os níveis do sistema linguístico são passíveis de processo de mudança.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Observe o fragmento a seguir:

Um dos desafios, portanto, para quem começa a estudar a história das línguas é justamente aprender a lidar com a realidade heterogênea das línguas humanas. Isso, no mais das vezes, exige um rompimento radical com a imagem da língua cultivada pela tradição gramatical e veiculada pela escola, imagem que

homogeneiza a realidade linguística, cristaliza uma certa variedade como a única, identificando-a com a língua e excluindo todas as outras como ‘incorretas’. (FARACO, 2005, p. 31).

O texto destaca uma atitude importante para se empreender adequadamente o estudo histórico de uma língua, atitude essa defendida ao longo de toda a unidade. A qual princípio básico de qualquer sistema linguístico o texto faz menção? Ainda: qual deverá ser a atitude do pesquisador da história de uma língua diante desse princípio? Produza um pequeno parágrafo associando as duas questões levantadas nesta atividade.

Resposta comentada

O fragmento reforça a ideia de que todo e qualquer sistema linguístico é heterogêneo, dinâmico e variável. Entender o sistema como variável por natureza permite ao estudioso da linguagem encarar as formas alternantes não como desvios a um modelo de língua idealizado, mas como meios alternativos de expressão, cuja ocorrência estará associada a aspectos socioculturais das diversas comunidades que usam o código como instrumento de comunicação. Sendo assim, todas as formas de expressão são passíveis de observação. A mudança linguística, objeto de estudo da história da língua, só ocorre por conta dessa propriedade dos sistemas linguísticos: a variação ordenada.

Resumo

A variabilidade linguística é uma propriedade que marca o repertório comunicativo de qualquer comunidade. É difícil imaginar um código de comunicação que seja homogêneo, uniforme e totalmente invariável.

A variação linguística se processa em função de vários condicionamentos de ordem extralinguística: origem social dos falantes, grau de escolaridade dos indivíduos, idade, sexo, proveniência geográfica, graus de formalidade da situação discursiva, modalidade de expressão (oralidade

e escrita) e, o que nos interessa neste momento, uma língua apresenta variação por conta da atuação do tempo.

Cabe à linguística histórica perceber os estágios de variação e mudança de uma língua do ponto de vista temporal – observando, evidentemente, a atuação dos demais fatores caracterizadores das comunidades discursivas em análise. O sistema linguístico, em toda sua organização, é passível de mudança: desde a pronúncia de determinados segmentos sonoros até o valor semântico de formas e construções linguísticas.

Estudar historicamente a língua portuguesa significa apreender os aspectos do código que lhe deu origem – o latim – e correlacionar fatos de mudança a traços característicos das comunidades que adotaram, por imposição, a língua latina como veículo de comunicação.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos aspectos constitutivos da língua latina em suas diversas variedades, além de observarmos em detalhes como se deu a implantação do latim na Península Ibérica, berço da língua portuguesa.

Referências

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à Fonética e à Fonologia*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 [1990].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Como, onde, e quando nasceu a língua portuguesa?* São Paulo: s.d. Disponível em: <<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. *Como as línguas nascem e morrem? O que são famílias linguísticas*. São Paulo: s.d. Disponível em: <<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br>>. Acesso em: 20 ago 2013.

CASTRO, Ivo. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

COLETÂNEA Pina Manique e a Universidade de Coimbra. *Cartas do Intendente e de José Rodrigues Lisboa para o Doutor Francisco Montanha*. (seleção e notas de Lígia Cruz). Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra. 1984. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/texts/xml/m_001>. Acesso em: 25 out. 2016.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FREIRE, Gilson Costa. Clíticos acusativo e dativo no ensino de língua padrão. In: PALOMANES, Rosa; BRAVIN, Angela Marina (Org.). *Práticas de ensino do português*. São Paulo: Contexto, 2012. p.108

GUEDES, Marymárcia; BERLINK, Rosane de Andrade (Org.). *E os preços eram commodos...: anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p. 465 (Série Diachronica: Fontes para a História da Língua Portuguesa, 2).

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Retratos da variação entre você e tu no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português Brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EdUFF, 2008, p. 67.

MATEUS, Maria Helena Mira; CARDEIRA, Esperança. Mudança da língua no tempo e no espaço. In: _____. *Norma e variação*. Lisboa: Editorial Caminho, 2007. p. 45.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância verbal. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 97-98.

Aula 2

Periodização da história do latim

*Marisandra da Costa Rodrigues
Ivo da Costa do Rosário
Danielle Kely Gomes*

Meta

Apresentar os principais momentos da história do latim como língua oficial do Império Romano, em suas variedades determinadas sócio-historicamente.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a diferença entre o latim literário escrito e a língua falada, sobretudo as variedades faladas pelos indivíduos não escolarizados (o latim vulgar);
2. identificar os fatores de diferenciação do latim vulgar.

Introdução

Costuma-se localizar historicamente a língua latina entre o século VIII a.C. – data da fundação de Roma – e os momentos finais do Império, em aproximadamente 450 d.C. Todavia, pode-se incluir também, ainda que como uma fase secundária, a produção literária em latim no período da Idade Média e do Renascimento.

Para a construção da “sócio-história” das línguas românicas (no caso aqui, o português), interessa particularmente o latim falado por volta dos séculos III e II a.C., momento em que o Império Romano ultrapassa os limites da Itália peninsular e chega aos territórios da Península Ibérica.

Dessa forma, nesta unidade vamos observar como se deu, na língua latina, a fixação de uma modalidade escrita, a oposição entre a escrita e a oralidade e as fases históricas da língua. Veremos ainda como registros históricos do latim sobreviveram até os tempos modernos (as chamadas fontes do latim). Por fim, examinaremos as etapas de implantação do latim nos territórios conquistados pelo Império Romano ao longo do processo de expansão.

A língua latina: oposição entre oralidade e escrita

Conforme vimos na aula anterior, o latim (ao lado do osco-umbro) é uma língua que constitui a família itálica, pertencente ao indo-europeu. Os latinos chegaram ao Lácio, berço da cidade de Roma, por volta de 2000 anos antes de Cristo. Todavia, só podemos começar a pensar na história da língua latina a partir do momento da fundação da cidade que será berço da civilização romana, o que ocorre, como já apontado, por volta do século VIII a.C.

Há de se considerar também a diferenciação promovida a partir do momento em que se estabelece um sistema literário, que – por suas funções sociais – é considerado um modelo de expressão. Com a fixação de um sistema literário, há uma nítida oposição entre oralidade e escrita, e essa oposição é de vital importância para a compreensão dos processos variáveis que culminarão na diferenciação do latim nas diversas línguas românicas. Assim, temos:

i) uma língua literária escrita – o *latim literário*. De acordo com Castro (1991, p. 82), nos primeiros momentos, a língua literária não deveria

ser totalmente oposta à variedade oral usada por escritores e leitores. O latim literário pode ser dividido em quatro fases:

- (a) o latim arcaico: até o século I a.C.;
- (b) o latim clássico: século I a.C. até século III d.C.;
- (c) o latim imperial: séculos III e IV d.C.;
- (d) o latim tardio (ou baixo latim): a partir do século V.

ii) a língua falada em todas as épocas – o *latim vulgar*. O conhecimento das variedades vulgares do latim ficou registrado em desvios presentes na escrita ou em obras de cunho normativo que faziam referência direta aos usos da oralidade. Acessam-se as formas vulgares por meio também da comparação entre as formas latinas e as formas sobreviventes nas línguas dela derivadas. O conceito de latim vulgar não é ponto pacífico nos estudos de linguística românica, conforme poderemos observar mais adiante.



De acordo com Ilari (2002, p.17-18), a linguística românica é uma ciência de orientação histórica, que se estabelece na segunda metade do século XIX, graças aos trabalhos do filólogo germânico Friedrich Diez (1794-1876). Em seus trabalhos, Diez comprovou que havia uma relação genética entre o latim e as principais línguas românicas, semelhante à relação do indo-europeu com o latim, o grego, o sânscrito, objeto dos estudos histórico-comparativistas realizados ao longo do século XIX.

As fases da língua literária

(a) latim arcaico

Fatos linguísticos dessa primeira fase são escassamente documentados e chegaram até nós por testemunhos escritos em restos arqueológicos da época pré-literária e também a partir da comparação entre o latim e outras línguas da Península Itálica, que por ele foram suplantadas.

Castro (1991, p. 83-84) elenca como principais características do latim arcaico as seguintes propriedades:

(i) rotacismo: a substituição sistemática do /s/ em contexto intervocálico por /r/. O fenômeno explica a diferença entre a forma nominativa terminada em /s/ e as formas dos demais casos, que substituem o /s/ por /r/ quando em contexto intervocálico (*honos*, *honoris*). O rotacismo pode ser justificado por conta de uma semelhança articulatória entre as consoantes: ambas são alveolares (a ponta da língua, na realização dos dois segmentos, toca a região alveolar – área em que estão fixadas as raízes dentárias). Vale destacar ainda que o rotacismo é um processo que atinge todas as línguas românicas.

(ii) monotongação: o ditongo /ei/ reduz-se a /i/, as formas /ou/ e /oi/ reduzem-se a /u/. A documentação da redução desses ditongos é relativamente tardia (por volta de 170 a.C.), todavia, o fato de esse processo ser verificável em todas as línguas românicas serve de indício para a hipótese de que a monotongação começou a se sistematizar antes que a diferenciação profunda entre as variedades do latim acontecesse (*d/ei/cerent* > *d/i/cerent*; *L/ou/cilius* > *L/u/cilius*; *m/oi/ros* > *m/u/rus*).

(iii) simplificação do sistema de casos: uma tendência geral das línguas indo-europeias, que também se verifica no latim arcaico, é a simplificação do sistema casual. A função sintática das formas nominais latinas era indicada por morfemas flexionais: a terminação dos substantivos e adjetivos era a forma de identificar a função que o termo exercia na estrutura sentencial.

Veja no quadro a seguir como ficavam, em latim, os nomes (substantivos e adjetivos) em diferentes funções sintáticas.

Quadro 2.1: Flexão dos nomes segundo o sistema de casos em latim.

Caso	Função sintática	Formas no singular	Formas no plural
nominativo	sujeito, predicativo	<i>terră</i>	<i>terrae</i>
genitivo	adjunto adnominal	<i>terrae</i>	<i>terrărūm</i>
dativo	objeto indireto	<i>terrae</i>	<i>terrīs</i>
acusativo	objeto direto	<i>terrām</i>	<i>terrās</i>
ablativo	adjunto adverbial/agente da passiva	<i>terrā</i>	<i>terrīs</i>
vocativo	vocativo	<i>terră</i>	<i>terrae</i>

No latim arcaico, ocorreram as seguintes alterações:

- (i) *locativo* e *instrumental*, casos que indicavam funções adverbiais, fundiram-se ao *ablativo*, que vinha acompanhado por preposições;
- (ii) o *vocativo* apresentava, em muitos casos, identidade com o *nominativo* – a diferença entre as formas estava na instanciância discursiva, pois o vocativo faz referência sempre a segunda pessoa;
- (iii) *dativo* e *ablativo* plurais fundiram-se também em uma forma apenas, ainda em função da identidade entre as formas;
- (iv) o obscurecimento da articulação do /m/ final, que pode ter se processado neste período, tornou indistintos o *nominativo* e o *acusativo* da primeira declinação [*terrā* = *terrā(m)*] e o *acusativo* e o *ablativo* da terceira declinação [*flore(m)* = *flore*].

(b) latim clássico

É a partir do primeiro século da era cristã que se aprofundaram as diferenças entre o latim literário e o latim falado. A diferenciação, entretanto, vai muito além de uma mera oposição entre a modalidade oral e a modalidade escrita: está fundamentada nas características da estrutura social do Império Romano. Notam-se, nesse contexto, situações socio-culturais heterogêneas por excelência: a classe dominante – com amplo acesso à cultura escrita – residente na capital do império ou em cidades de província cujo contato com o centro de irradiação de cultura era constante; a massa urbana residente na capital, formada por indivíduos das mais diversas origens étnicas, com pouco ou nenhum grau de contato com a modalidade escrita; e indivíduos das províncias que paulatinamente foram integradas ao Império, sendo o processo de aculturação desses novos povos mais ou menos pacífico. Cada um desses grupos usava um latim estruturado de acordo com normas diferentes.

O reconhecimento das variedades do latim não é processo recente. Gramáticos e retóricos entendem que, mesmo durante o ápice do Império Romano, a língua latina apresentava diversas formas de manifestação. A variedade com mais prestígio social – por ser a usada na literatura – era denominada *sermourbanus*; a segunda variedade mais bem avaliada em termos de prestígio correspondia à variedade cotidiana das classes cultas: o *sermo cotidiano* ou *usualis*. Seguiam, em franco processo de avaliação negativa, o *sermoplebeius* ou *vulgaris* – a variedade dos indivíduos urbanos sem instrução – e o *sermorusticus*, os falares não urbanos.

(c) latim imperial

O latim imperial corresponde aos momentos finais do Império (séculos III e IV d.C.) e é caracterizado por uma diferenciação profunda entre as variedades da modalidade oral (o latim vulgar) e o latim literário. O latim vulgar processa determinados fenômenos de mudança que não ecoam na língua escrita literária, que, por sua vez, se torna mais cada vez mais artificial e elaborada. Aí está o estopim para que as tendências de diferenciação que já existiam tomassem forma e agravassem ainda mais o panorama linguístico do Império Romano.

(d) latim tardio

O latim dessa última fase não corresponde mais à língua materna dos indivíduos nascidos nos territórios que constituíam o Império Romano, uma vez que o próprio Império estava em vias de colapso e, posteriormente, extinção. Era a língua ensinada nas escolas, com seu valor e prestígio, e muito diferente das variedades orais. O latim tardio tinha feições de uma língua não materna, uma segunda língua, com contextos de uso específicos: os registros escritos. Entretanto, como esperado em qualquer aprendizado de uma segunda língua, desvios em relação ao padrão codificado para a variedade tardia eram muito comuns, reflexos da grande distância entre a língua falada e a norma ensinada na escola.

A última fase da língua literária latina está fortemente marcada pela presença do Cristianismo e pelo papel centralizador da Igreja Católica como difusora das atividades intelectuais. Os órgãos administrativos e judiciais garantem a convivência mútua entre as línguas românicas e a variedade tardia do latim.

O latim vulgar

O conceito de latim vulgar é, sem dúvida, um dos mais controversos dentro da Linguística Românica. Geralmente, esse conceito é estabelecido em função de uma oposição entre o latim vulgar e o literário: o vulgar seria a contraparte falada da língua literária ao longo do período imperial. Ainda: o latim vulgar seria a fala de todos os indivíduos, das mais diversas classes que compunham a pirâmide social do Império.

A questão, contudo, não é tão simples assim. Na verdade, o latim falado seria um conjunto complexo de variedades, diversificadas não

só em termos temporais, como também em função do grupo social dos falantes, o grau de contato com os meios culturais de prestígio e a origem regional dos indivíduos. Associar o latim vulgar à fala é ignorar um complexo jogo de relações sociais, culturais e políticas que marcam as relações na capital do Império e entre Roma e as áreas progressivamente conquistadas. Ainda que o latim vulgar seja falado, é necessário entendê-lo em função do contato dos indivíduos com a norma escrita.

Em vista disso, o latim vulgar não é sinônimo de modalidade oral em sentido amplo: corresponde à língua falada, mas à fala das camadas pouco ou nada influenciadas pela educação formal e pelos modelos fixados na literatura. E, uma vez que o conceito de latim vulgar deve ser estabelecido em função do grau de contato com os modelos de escrita, só é possível pensar em latim vulgar quando a tradição escrita aparece com força (último século da República romana – em 27 a.C.). Entretanto, informações sistemáticas sobre o latim vulgar só começam a surgir a partir do século I d.C. Admite-se seu fim com a quebra da unidade do Império, no século V d.C., com as chamadas *invasões bárbaras*.

Como qualquer complexo de variedades linguísticas, o latim vulgar comportava um conjunto de diferentes estilos e níveis de linguagens, condicionados temporal e espacialmente. O que há em comum em todas as variedades é o fato de se tratarem de manifestações da modalidade oral, próprias de indivíduos distantes do universo da expressão escrita.

Fontes do latim vulgar

Como discutido na seção anterior, o conceito de latim vulgar ainda é bastante controverso na Linguística Românica, por conta de uma associação parcialmente equivocada entre oralidade e escrita (porque vai além da oposição entre a modalidade falada e a escrita). Na língua por definição não escrita, as propriedades só podem ser estabelecidas a partir de comparação, por meio da análise dos estados mais recentes das línguas dela derivadas ou de textos escritos que contenham vestígios de oralidade (conscientes ou não).

Por se tratar de uma variedade falada, não é muito apropriado falar em *texto vulgar*. Não há uma literatura em latim vulgar, mas sim textos escritos que deixam transparecer traços linguísticos das variedades vulgares, sejam esses traços marcados intencionalmente (como nos casos das comédias, ao retratarem os tipos populares) ou revelados inconscientemente (textos escritos sem preocupações literárias ou

cultas). A esses textos dá-se o nome de *fontes do latim vulgar*. As fontes podem ser de diversos tipos:

- i. obras gramaticais;
- ii. inscrições;
- iii. cartas pessoais;
- iv. obras técnicas;
- v. obras literárias;
- vi. glosas.

Observaremos, a seguir, cada um desses tipos de material e de que maneira tais fontes deixam transparecer aspectos do latim vulgar.

i. Obras gramaticais: a mais importante é o *Appendix Probi*, uma lista de 227 pares de palavras, em que se opõem a forma correta (a literária) e a forma considerada errada (a vulgar). Observe como estava organizada a oposição entre a forma correta e a errada em alguns pares retirados do próprio texto:

Forma literária		Forma vulgar
<i>tolonium</i>	<i>non</i>	<i>toloneum</i>
<i>speculum</i>	<i>non</i>	<i>speculum</i>
<i>vitulus</i>	<i>non</i>	<i>viclus</i>
<i>pancarpus</i>	<i>non</i>	<i>parcarpus</i>
<i>vico capitis Africae</i>	<i>non</i>	<i>vico caput Africae</i>
<i>vico tabuli proconsulis</i>	<i>non</i>	<i>vicotabuluproconsulis</i>

O texto aparece ao final de um manuscrito, a *Ars Vaticana*, atribuído ao gramático Valério Probo (que viveu no século I d.C.). Questiona-se o fato de o *Appendix* ser obra do gramático: a lista provavelmente seria fruto de anotações realizadas em um momento posterior à publicação da *Ars Vaticana*. Ainda que seja questionável a sua origem, o *Appendix Probi* constitui uma importante fonte de documentação de aspectos fonéticos e morfossintáticos das variedades vulgares.



Em http://www.ling.upenn.edu/~kurisuto/germanic/appendix_probi.html, há a lista completa com os 227 pares de palavras que compõem o *Appendix Probi*.

ii. Inscrições: ao contrário do *Appendix Probi*, cuja datação é questionável, as inscrições possuem a vantagem de serem datáveis e localizáveis, o que permite ao pesquisador contextualizar os fenômenos linguísticos dessas fontes em termos temporais e geográficos. Três grupos de inscrições trazem contribuições para se compreender aspectos das variedades vulgares:

a) Inscrições lapidares

Textos escritos em lápides. Não são tão reveladores de aspectos do latim vulgar por obedecerem a uma estrutura formulaica preestabelecida e por conterem muitas abreviaturas. Deixam transparecer, em alguns casos, fenômenos característicos da linguagem pessoal ou da variedade dialetal do escritor.

b) Inscrições murais ou *graffiti*

Textos efêmeros, isto é, não destinados a permanecer no tempo, gravados em pedra ou em bronze. Aparecem em paredes internas ou externas de prédios públicos e privados, com objetivos muito semelhantes aos dos grafites contemporâneos: desabafos, publicidades, declarações amorosas, propaganda política, impropérios, ou apenas assinaturas. Justamente seu caráter efêmero contribuía para que seus autores não respeitassem rigorosamente as normas convencionadas para a modalidade escrita.

c) Tábulas execratórias ou *defixionum tabellae*

Mensagens anônimas, direcionadas a divindades, com o propósito de obtenção de vantagens por vias sobrenaturais. Eram produzidas por indivíduos das camadas populares (escravos, gladiadores), que possuíam pouco ou nenhum contato com os modelos de escrita e deixavam transparecer em seus textos traços dialetais e individuais.

iii. Cartas pessoais: de acordo com Castro (1991, p. 98), conhecem-se cerca de 300 cartas enviadas do Egito, escritas por militares e comerciantes. Por conta do caráter heterogêneo dessas duas classes sociais, seus textos deixavam transparentes traços vulgares.

iv. Obras técnicas: tratados de medicina, veterinária, agricultura, botânica, arquitetura; livros de culinária, obras historiográficas. Ainda que sejam textos de cunho especializado, neles encontram-se vestígios das variedades vulgares.

v. Obras literárias: textos de extensões diversas e com intenções comunicativas as mais variadas. Traziam traços do latim vulgar intencionalmente (ao dar voz a personagens das camadas populares, como nas peças de teatro e nas sátiras) ou inconscientemente (em textos religiosos, como, por exemplo, na *Peregrinatio ad loca sancta*, texto escrito no norte da Península Ibérica por volta do século IV d.C. pela monja Etéria. O texto é uma narrativa cujo propósito é mostrar os principais eventos que marcam peregrinações a lugares santos).

vi. Glossas: os glossários são anotações, geralmente feitas às margens dos textos manuscritos latinos, que serviam para indicar o significado, nas línguas românicas ou em latim, de uma palavra latina considerada difícil. Serafim da Silva Neto (1977, p. 121) destaca que os glossários não pertencem mais à fase latina, mas são de extrema importância por trazerem fatos linguísticos que caracterizam o período de surgimento das línguas românicas.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Correlacione as afirmações da direita aos termos na coluna à esquerda.

- | | |
|--------------------|--|
| | () o latim desse período não corresponde mais à língua materna dos indivíduos nascidos nos territórios que constituíam o Império Romano. Ensinada na escola, tinha feições de uma segunda língua, por conta das diferenças profundas entre oralidade e escrita. |
| (a) latim arcaico | () variedades faladas pelas camadas pouco influenciadas ou nada influenciadas pela educação formal e pelos modelos fixados na literatura. |
| (b) latim clássico | () momento em que se acentuam as diferenças entre o latim literário e o latim falado. |
| (c) latim imperial | () nessa fase, as variedades orais processam determinados fenômenos de mudança que não ecoam na língua escrita literária, que se torna cada vez mais artificial e elaborada. |
| (d) latim tardio | () fatos linguísticos dessa fase são pouco documentados e nos chegaram por testemunhos escritos em restos arqueológicos da época pré-literária. Também são acessíveis a partir da comparação entre o latim e outras línguas da Península Itálica. |
| (e) latim vulgar | |

Respostas comentadas

D, E, B, C, A

A primeira linha corresponde ao latim tardio, pois – como vimos – nesse período o latim não correspondia à língua materna de nenhum povo que vivia sob a égide do Império Romano. Era uma língua essencialmente escrita.

A segunda linha corresponde ao conceito de latim vulgar que, como percebemos ao longo da aula, corresponde à variedade falada pelos indivíduos com pouco ou nenhum acesso às práticas de escrita.

A terceira linha corresponde ao conceito de latim clássico. É a partir do primeiro século da era cristã que se aprofundam as diferenças entre o latim literário e o latim falado. A diferenciação, como tratamos, está assentada em questões profundas da estrutura histórico-social do Império Romano.

A quarta linha corresponde ao conceito de latim imperial. Nessa fase, há uma diferenciação profunda entre as variedades da modalidade oral (o latim vulgar) e o latim literário.

A quinta linha corresponde ao conceito de latim arcaico. Há poucos registros históricos desse período da história do latim, e muito de sua história só é resgatada a partir da comparação entre as línguas que se originaram na Península Itálica.

Diferenciação do latim vulgar: aspectos extralinguísticos

Fatores de ordem extralinguística (sociais, culturais e históricos) contribuíram para a diferenciação do latim vulgar e, conseqüentemente, para o fortalecimento e a consolidação das variedades regionais, cerne das línguas românicas. Entre eles, destacamos:

- i. O processo de implementação do Império nas diversas regiões conquistadas (cronologia da romanização, os agentes do processo, os centros de difusão da inovação) e
- ii. O contato do latim com outras línguas (as que estavam presentes nos territórios conquistados – as línguas de *substrato* –, e as línguas transportadas para os territórios romanizados, mas que não vingaram nessas regiões – as línguas de *superstrato*).

Veremos a seguir, de forma detalhada, como cada um desses fatores contribuiu para o processo de dialeção do latim vulgar.

Cronologia da romanização

A romanização foi o processo de instalação da civilização romana nas regiões conquistadas e pacificadas pelo Império. Ela não foi totalmente homogênea: entre a primeira e a última região conquistadas, houve um

lapso temporal de mais de 500 anos. Evidentemente, nesse longo e heterogêneo processo, a língua levada para a primeira província dominada não foi igual à levada à última região conquistada. O percurso iniciou-se em V a.C.; em II d.C., o Império já envolvia todo o mar Mediterrâneo. Os romanos mostraram, ao longo da expansão, uma grande capacidade de absorção de outros povos e culturas e uma notável e espantosa ampliação territorial. O mapa a seguir mostra a dimensão intercontinental do Império.



Figura 2.1: Mapa do Império Romano: extensão.

As fases do processo de romanização

No processo de romanização, podemos distinguir três grandes fases: a conquista da Itália Peninsular, a conquista da Europa mediterrânea e as conquistas tardias.

i. Conquista da Itália Peninsular

A conquista da Itália Peninsular dura aproximadamente meio século. Nesse período, ocorrem a assimilação de povos vizinhos ao Lácio (sabinos, volscos, equos, etruscos), bem como a dominação das populações itálicas, lideradas pelos samnitas (349-290a.C.), e das populações gregas na Magna Grécia.



Figura 2.2: Mapa da conquista da Itália Peninsular.

ii. Conquista da Europa Mediterrânea – As guerras púnicas

A conquista da Península Itálica projetou Roma na política mediterrânea causando rivalidade com Cartago, uma colônia fenícia que explorava o comércio marítimo desde o atual Líbano até Portugal. Iniciaram-se, assim, os conflitos pelo domínio do mar Mediterrâneo, as chamadas guerras púnicas (os romanos chamavam os cartagineses de *púnicos*, do grego *phoínicoi* ‘fenícios’).

Ao total, foram três momentos de combate que consolidaram a dominação das regiões outrora controladas pelos fenícios:

a) Primeira guerra púnica (264 até 241a.C.): os romanos venceram e dominaram as Ilhas da Sicília, Sardenha e Córsega.

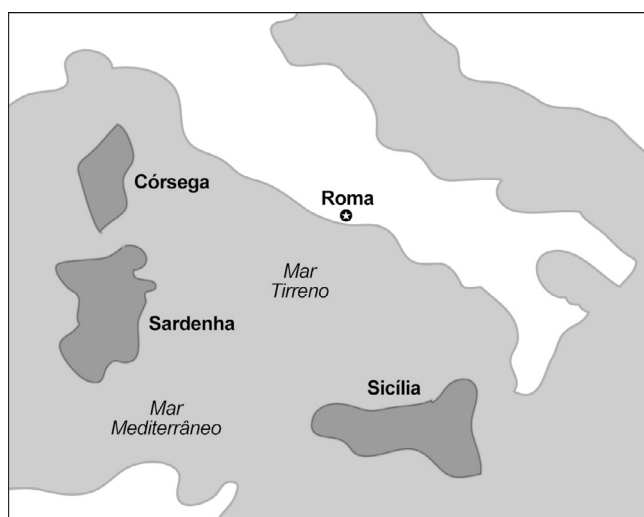


Figura 2.3: Mapa das regiões conquistadas na primeira guerra púnica.

Nessa mesma fase, em eventos não associados à primeira guerra púnica, Roma firmou poder na Itália do Norte e a dominou (Ligúria, Ilíria, Gália Cisalpina).



Figura 2.4: Mapa da conquista da Itália do Norte.

b) Segunda guerra púnica (219 até 201 a.C.): Aníbal comandou os cartagineses e quase venceu os romanos. Roma dominou as primeiras colônias não italianas, no espaço da Península Ibérica – Bética (Andaluzia) e Tarraconense (Castela, Múrcia e Valência).

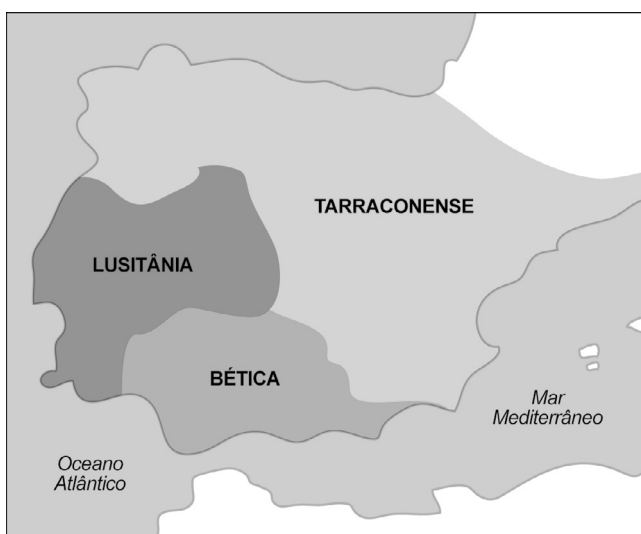


Figura 2.5: Mapa da conquista da Península Ibérica.

c) Terceira guerra púnica (século I a.C.): Roma chegou ao norte da África e dominou por completo os cartagineses.

iii. Conquistas tardias

Foram incluídas como conquistas tardias a Caledônia (atual Escócia) em 85 d.C. e a Dácia (atual Romênia) em 106 d.C.



Figura 2.6: Mapa das conquistas tardias.

O contato do latim com outras línguas: substratos e superstratos

Contatos linguísticos são fundamentais para a diferenciação do latim vulgar nas diversas línguas românicas. Entretanto, é necessário estabelecer uma distinção entre dois tipos de contato: o primeiro, feito a partir da relação entre a língua de colonização e as línguas colonizadas, em que a língua dos vencidos desaparece progressivamente, mas deixa traços na língua imposta pelos vencedores. Nesse caso, estamos diante de *línguas de substrato*. No âmbito das *línguas de superstrato*, a língua dos invasores deixa vestígios na língua dos povos sob dominação, mas não a substitui.

Em termos de influências das línguas pré-românicas, é extremamente difícil mapear traços linguísticos definidores de cada uma das línguas que estavam presentes nos territórios dominados, antes da chegada do colonizador romano. Vestígios dessas línguas são geralmente levantados a partir da comparação entre as línguas derivadas do latim: as diferenças entre elas podem, além de outros fatores, estar associadas a marcas das línguas já estabelecidas nas regiões antes do processo de aculturação.

Um exemplo de fenômeno linguístico cuja justificativa vincula-se à influência de uma língua de substrato está no comportamento do *F-* inicial latino em castelhano. Nessa língua, o *f-* inicial sofreu um processo de enfraquecimento, de forma que no castelhano moderno a consoante não é realizada, enquanto em português, por exemplo, há a manutenção da forma originária do latim (a fricativa labiodental). Observe a comparação:

Quadro 2.2: *F-* inicial latina: uma comparação entre o português e o castelhano.

latim	português	castelhano
<i>filium</i>	<i>filho</i>	<i>hijo</i>
/f/	/f/	/Ø/

De início, a diferença entre o castelhano e o português foi atribuída a um substrato ibérico. Todavia, tal fenômeno deve ser associado a outro substrato, o basco: na língua basca atual, não existem as consoantes fricativas labiodentais (/f/ e /v/). Nos empréstimos latinos derivados do basco, todo /f-/ passa para /p/, /b/, /h/ ou desaparece por completo. Assim, explica-se a origem de um fator de diferenciação entre duas línguas românicas graças à associação de um traço fonético/fonológico a um sistema linguístico pré-românico.

Quanto à questão do superstrato, o latim recebe – a partir do século V – a ação direta da língua dos povos que contribuíram para a fragmentação do Império Romano. O superstrato na România Ocidental (região em que se localiza a Península Ibérica) foi germânico; na România Oriental (parte oriental do continente europeu), o superstrato foi o eslavo.

Em termos das línguas ibéricas, os únicos povos germânicos que mantiveram contatos linguísticos do tipo de superstrato foram os suevos e os visigodos. A contribuição direta desses povos não produziu alterações profundas nas línguas da região, que mantiveram sua relação com a língua latina. A influência das línguas germânicas se aplica mais contundentemente ao léxico.

Ainda que não tenham deixado marcas profundas nas variedades latinas da região, os suevos tiveram um papel marcante na diferenciação linguística entre as línguas ibero-românicas ocidentais, papel esse nada vinculado a aspectos linguísticos: promoveram o isolamento do ângulo noroeste da península (região berço do galego-português), por

aproximadamente um século e meio. Tendências verificadas nas línguas surgidas na região (a queda de -l- e -n- intervocálicos e a transformação dos grupos pl-, cl-, fl- para /ʃ/) devem-se ao fato de terem surgido em um território politicamente isolado em um período crucial – logo após o desmembramento do Império.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

A queda do -l- e do -n- em contexto intervocálico se processou apenas em galego-português, entre os séculos IX e XI. Que fatos da história externa podem ter contribuído, de acordo com a seção anterior, nessa particularidade do galego-português frente às outras línguas românicas da Península Ibérica?

arena > *arê-a* > *arei*

tela > *te-a* > *teia*

luna > *lũ-a* > *lua*

dolorem > *door* > *dor*

dracones > *dragô-es* > *dragões*

malu > *mau*

Resposta comentada

Atribui-se a queda das consoantes -l- e -n- em contexto intervocálico no galego-português a dois eventos históricos diretamente relacionados. A região onde se origina a língua que posteriormente se desmembrará em galego, por um lado, e em português, por outro, ficou por mais de um século sob influência direta dos suevos – povos germânicos que promoveram um isolamento do noroeste de Península Ibérica. Em razão desse isolamento, a língua falada na região noroeste peninsular perdeu o contato com as demais línguas ibéricas de origem latina e, por conta disso, processou um conjunto de mudanças fonético-fonológicas que não encontram paralelo com as demais línguas de base românica faladas na região.

Conclusão

Conhecer a história do latim é uma “empreitada” bastante complexa: é necessário perceber de que forma a língua usada por um povo localizado num pequeno vilarejo na atual capital da Itália conseguiu expandir seus domínios por toda Europa e uma parte dos continentes africano e asiático. É importante destacar também que a língua usada no processo de aculturação dos povos dominados pelo Império Romano nunca foi um bloco homogêneo e uniforme; pelo contrário, a língua latina foi, na verdade, um complexo linguístico, sujeito a determinações de base sócio-histórico-cultural.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Ao longo desta aula, percebemos que vários foram os fatores que contribuíram para a diferenciação do latim nas numerosas línguas românicas, suas descendentes. A partir da leitura da citação a seguir, proceda ao levantamento dos fatores de ordem histórica e linguística que colaboraram para a formação das línguas românicas.

A gênese dos domínios lingüísticos românicos é o resultado de um processo longo e complexo. Em certo sentido foi preparada pela diversidade dos substratos étnicos (povos ibéricos, bloco galo-alpino, povos itálicos, substrato mediterrânico, etrusco, etc.). A essa diversidade juntaram-se depois as diferenças sociais daqueles que comunicaram o latim às populações autóctones; em algumas províncias, pertenciam a meios sociais inferiores e, noutras, já pertenciam a meios mais cultivados. Por outro lado, ao longo dos cinco séculos de história comum que os principais países românicos viveram, foram-se desenvolvendo, em cada um deles, inovações próprias. A desagregação assim esboçada precipitou-se a partir do século III, e sobretudo a partir do V, data das Grandes Invasões. A atuação dos invasores germânicos consiste, em parte, em interromper violentamente as comunicações entre as diferentes regiões da România; nesta perspectiva, funciona como um fenómeno externo, puramente territorial: separação do romance balcânico, cisão em dois do bloco galo-alpino a partir do norte. A cabo de três séculos de fermentação consecutivos às Grandes Invasões, os domínios lingüísticos românicos já

tinham adquirido, quanto ao essencial, contornos relativamente estáveis. (VON WARTBURG, 1952, p. 100).

Resposta comentada

O fragmento destaca como decisivos para a diferenciação do latim em diversas línguas românicas os seguintes eventos:

- (a) a atuação dos substratos, línguas que estavam presentes nos territórios colonizados em momentos anteriores à romanização;
 - (b) o tipo de agente colonizador;
 - (c) o grau de contato com a capital do Império, centro de irradiação de prestígio;
 - (d) o colapso do Império Romano e
 - (e) as invasões germânicas.
-
-
-
-
-
-
-

Resumo

Observamos nesta aula quatro aspectos fundamentais para a compreensão da evolução do latim para as línguas românicas, com ênfase no surgimento do português: (i) o estabelecimento de uma modalidade escrita para a língua latina; (ii) as fases definidoras dessa modalidade escrita; (iii) as diferenças entre escrita e modalidade oral e, por fim, (iv) o conceito de latim vulgar, a língua falada praticada por indivíduos com pouco ou nenhum acesso à cultura escrita.

Entender o que foi o latim vulgar é fundamental para a compreensão das diferenças dialetais nas áreas vastas do território romano. Foi-nos possível perceber, ainda, que fatores externos (línguas pré e pós-românicas e cronologia da romanização) contribuíram para que as variedades vulgares apresentassem traços muito particulares, traços esses que, conjugados, estão na gênese do nascimento das línguas românicas.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos o processo de romanização da Península Ibérica e o papel das invasões germânicas e árabes na diferenciação das línguas românicas da região.

Referências

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Caminho, 2006.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

_____. *Introdução à história do português*. Lisboa: Colibri, 2007.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2. ed. revista e ampliada por Evanildo Bechara e Joram Pinto Lima. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

VON WARTBURG, Walther. *La fragmentacion lingüística de La Romania*. Madrid: Gredos, 1952.

Aula 3

Fragmentação linguística da
Península Ibérica: do latim aos
primeiros momentos do português

Vanda Maria Cardozo de Menezes

Meta

Mostrar a influência de fatores sociais (históricos, geográficos e culturais) na constituição de uma língua e em seus processos de mudança.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever como as crises político-linguísticas da Península Ibérica levaram ao surgimento das línguas românicas peninsulares, enfatizando a língua portuguesa;
2. reconhecer os primeiros momentos da língua portuguesa como de língua de cultura.

Introdução

Você já viu que as línguas são dinâmicas: elas se apresentam variadas nos textos orais e escritos, em um mesmo período na linha do tempo e, sobretudo, se as observamos em épocas distintas.

Foram sugeridas duas maneiras de comprovar a mudança linguística:

1. observar o modo de falar de pessoas de idades bem distintas;
2. comparar textos escritos em épocas distintas.

No primeiro caso, ao comparar as diferenças entre pessoas de diferentes gerações, a observação da mudança linguística poderá ficar restrita a palavras que não sejam mais usadas pelos falantes mais jovens ou a novas palavras ou novos usos, não adotados pelos mais velhos



Os vocábulo *solteirão* e *solteirona*, por exemplo, não são mais usados pelos jovens para nomear, respectivamente, homens e mulheres com mais de trinta anos e ainda solteiros.

Já expressões como “Fomos numa *parada* aí” – em que o nome *parada* tem uma referência múltipla ou genérica na língua dos jovens de hoje e pode designar “evento”, “festa” etc. – talvez não sejam compreendidas por pessoas mais velhas.

No segundo caso, ao comparar textos escritos de diferentes épocas, a mudança, provavelmente, se apresentará mais ampla, compreendendo, além do léxico, a gramática.



É possível, por exemplo, observar uma mudança em curso na regência do verbo *assistir* na língua padrão do português do Brasil:

Assisti *ao* jogo > assisti *o* jogo

No decorrer deste curso, você vai observar que as mudanças no âmbito do léxico ocorrem em espaços menores de tempo do que as mudanças no âmbito da gramática.

Já falamos – através de explicações, exemplos e textos de épocas distintas – sobre diferentes tipos de mudanças no sistema das línguas (níveis fonético-fonológico, morfológico, semântico-lexical, sintático). O conjunto das explicações sobre mudanças sistemáticas na estrutura das línguas em desenvolvimento costuma ser chamado de *história interna* ou *mudança gramatical*.

Será que você se lembra da **figura 1.1** apresentada na Aula 1, que mostra a origem da língua portuguesa como uma espécie de árvore genealógica?

Lá está o indo-europeu como língua de origem de várias outras línguas, algumas não mais faladas, mas outras muito conhecidas de nós. Dentre as ramificações do indo-europeu, encontramos o itálico que originou o latim. Pronto, já nos sentimos familiarizados! Vamos o português dentre as línguas latinas! E, a partir do século XVI, o português brasileiro!

Mas como, de uma só língua, podem se originar tantas outras usadas por falantes de diferentes povos, que viveram em diferentes comunidades e em diferentes épocas?

A resposta à indagação feita não pode ser encontrada apenas no estudo das mudanças sistemáticas ocorridas na estrutura linguística, mas também e, principalmente, na história social dos grupos de falantes dessas línguas.

- Onde esses falantes viveram?
- Com que outros falantes se relacionaram?
- Que acontecimentos propiciaram certas mudanças linguísticas tão peculiares que chegaram a caracterizar a “língua” que eles usam?

Respostas a essas perguntas nos são dadas pela história externa ou, como se diz atualmente, pela história social. Castilho (2010, p. 169) assim define essa disciplina:

História social de uma língua é o estudo das condições que levaram determinada comunidade a desenvolver uma língua própria, a receber uma língua transplantada, ou mesmo a desaparecer, levando consigo sua língua.

O inter-relacionamento entre os fatores internos (lexicais e gramaticais) e externos (sociais) que promovem a dinamicidade das línguas já foi mostrado nas aulas anteriores. Mas é importante que você sempre tenha em mente que as mudanças linguísticas não ocorrem de um dia para o outro, nem são necessariamente concomitantes com outras mudanças. É também importante que você considere os fatos históricos, políticos e culturais citados pela história social da língua apenas como “marcos de referência” e não como datas ou momentos precisos.

Para prosseguir seu estudo nesta aula, é importante que você leia os resumos das aulas 1 e 2, de modo que possamos avançar para o momento em que o latim começa a se diversificar.

Lidos os resumos das aulas anteriores, começaremos a observar a diversificação do latim, que não fica restrita, como muitos pensam, a dois usos – *culto* (escrito) e *vulgar* (apenas falado), mas se amplia devido à estratificação sociocultural que diferenciava os falantes que habitavam as regiões romanizadas.



O latim culto também era falado pelas elites romanas e desaparece somente no século VII d.C.

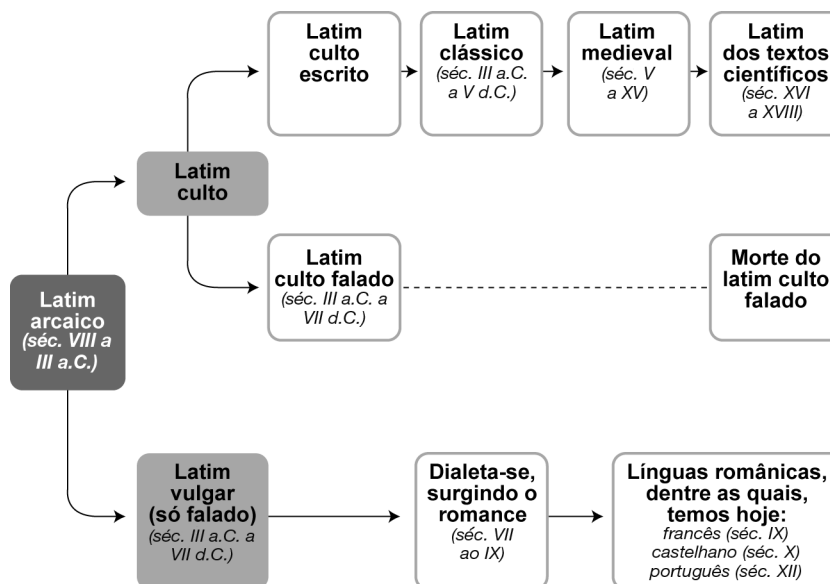


Figura 3.1: Variedades do latim.

Fonte: CASTILHO (2010, p. 171)

Do latim vulgar às línguas românicas

Pois bem, vamos começar a tratar da diversificação do latim, que levou ao surgimento das línguas românicas. Continue atento ao caminho que juntos vamos percorrer até chegar ao português que hoje falamos no Brasil.

Você já percebeu como os acontecimentos políticos e os destinos das línguas se encontram imbricados?

Até o século III d.C., o latim vulgar vinha apresentando relativa força e estabilidade nas regiões tomadas pelos romanos. Como se explica, então, que o latim vulgar tenha iniciado processos de mudança de tal ordem que se ramificaram em diversas línguas?

Evidentemente, a resposta a essa pergunta nos levará de volta aos acontecimentos do século III.

As crises político-linguísticas na Península Ibérica

Antes mesmo da invasão da Península Ibérica por grupos germânicos no século V e por muçulmanos no século VII, o latim vulgar já vinha se transformando.



O latim vulgar se diversificou, por um lado, por conta da cronologia da romanização (processo longo) e, por outro, por conta do contato com línguas que estavam presentes nos territórios conquistados (línguas de *substrato*) e com as línguas transportadas para os territórios romanizados, mas que não vingaram nessas regiões (línguas de *superstrato*). Deve-se ainda considerar o isolamento de certos grupos, cujos falares sofreram influências diversas.

Hauy (1989) relata uma situação geopolítica relevante para a fragmentação da imensa região conquistada (Império Romano) e, por consequência, para os rumos tomados pelo latim vulgar:

Terminadas as conquistas, tal era a vastidão do Império, tantas as dificuldades de transporte e de locomoção, e tantas as vicissitudes internas, que o controle de Roma se distanciava cada vez mais de seus domínios e se enfraquecia nas mãos de um só imperador, muitas vezes inepto. (HAUY, 1989, p. 10).

Em vista da situação, apesar da bem-sucedida empreitada dos romanos na constituição do Império Romano e na difusão da língua latina, devemos admitir que cumpre-se, aqui, a conhecida frase: “nada é para sempre”.

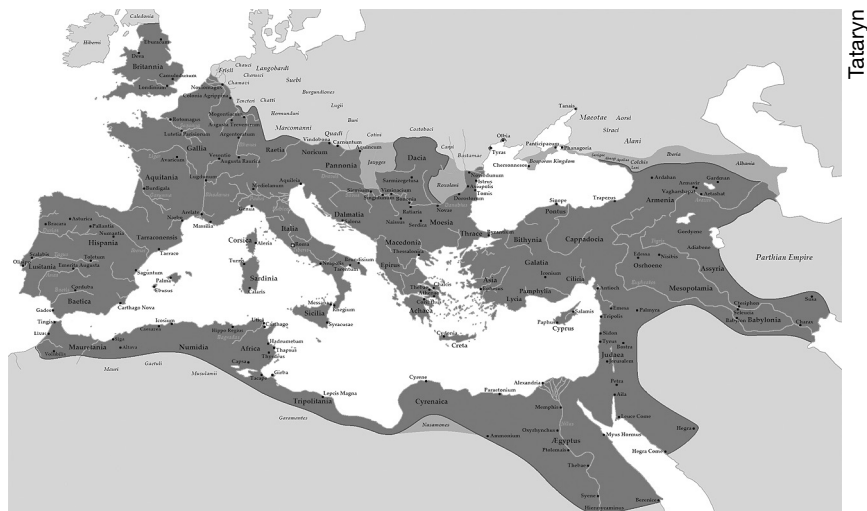


Figura 3.2: Império Romano em 117 d.C.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman_Empire_Trajan_117AD.png

Germânicos

Povo que falava as línguas indo-europeias germânicas. Também foram conhecidos como *bárbaros*.

Muçulmanos

Povo islâmico do norte da África. Também foram conhecidos como *mouros*.

A partir do século III, crises de governabilidade, escassez de mão de obra, em um momento da história em que a escravidão é questionada pela igreja e pela sociedade, pestes que dizimaram muitas vidas (séculos II e III) e, ainda, as invasões sucessivas dos **germânicos**, tudo isso levou o sistema econômico, social e político do Império Romano a uma completa desintegração no século V. Em 711, os **muçulmanos** chegaram à Península Ibérica e em pouco tempo conquistaram esse território, tendo o Islã como religião e o árabe como língua. O Império Romano parece agonizar!

Mas a história não termina aqui! Falaremos, adiante, da *Reconquista* – movimento importante para a formação geopolítica dos reinos cristãos de Leão, Aragão, Navarra e Castela – que influenciou na formação dos dialetos que vieram a constituir o galego e o português de hoje.



Figura 3.3: Mapa da Península Ibérica em 1037 d.C., portanto, no séc. IX.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Península_ibérica_1037.svg

Espero que você tenha percebido o quão impressionante foi a força da língua latina: os invasores (grupos germânicos e árabes) acabaram por adotar a língua dos vencidos (os romanos). E o latim sobreviveu pela resistência e vontade de seus falantes.

O latim vulgar continuou em sua deriva histórica, não estático ou intacto, mas com a dinamicidade inerente a todas as línguas faladas, acomodando-se à pronúncia dos povos que o adotavam (substratos) e, ao mesmo tempo, assimilando influências das línguas dos invasores (superstratos), na fase de decadência do Império.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Com base no que já lhe foi apresentado nesta aula, aponte, no mínimo, *cinco* diferentes fatores, de natureza histórica, política e/ou geográfica, que tenham contribuído para a diversificação do latim vulgar e, como efeito, para o surgimento das línguas latinas.

Resposta comentada

Foram muitos os fatores que contribuíram para a diversificação do latim vulgar. Abaixo estão alguns deles, que podem ter sido incluídos em sua resposta:

- o longo processo da romanização;
- o isolamento de certos grupos, cujos falares sofreram influências diversas (isolamento das comunidades);
- contato do latim com línguas dos povos que o adotavam – as línguas de *substrato*;
- contato com as línguas dos invasores – os *superstratos* (assimilação de influências);
- invasão da Península Ibérica por grupos germânicos no século V;
- invasão da Península Ibérica pelos mouros (ou muçulmanos) no século VII;
- a perda do poder político dos romanos;
- crises de governabilidade a partir do século III;
- escassez de mão de obra em um momento da história em que a escravidão é questionada pela igreja e pela sociedade, pestes que dizimaram muitas vidas (séculos II e III);
- a consequente perda de prestígio da língua latina.

O surgimento das línguas românicas

Para todos nós, é muito difícil acreditar que o latim tenha se transformado em tantos novos idiomas, incluindo o português, o francês, o italiano. E é natural que os falantes não percebam esse desenvolvimento.

Até mesmo para os estudiosos, é difícil explicar como e quando aconteceram as mudanças, por dois motivos, pelo menos:

1) Falta de documentação

As línguas românicas são prova dos diferentes caminhos do latim vulgar, apenas falado.

2) Características próprias do processo

As mudanças ocorreram de modo lento e gradual – em um *continuum* – e sob diferentes condições. O latim vulgar foi levado para a Península Ibérica antes da Era Cristã, a partir de 197 a.C. Seu registro na região denominada Dácia é, no entanto, de 107 d.C.

O fato é que podemos dizer que o latim sobreviveu nos dialetos que dele se formaram. A partir do século IX, entretanto, alguns desses dialetos latinos começaram a caracterizar falares. Esse processo foi se completando à medida que os falantes de um dado dialeto começavam a não mais identificar semelhanças entre o que usavam para a comunicação e o que usavam antes, mais próximo do latim (língua que, para esses falantes, apenas permanecia em textos escritos e na liturgia da Igreja).

Você certamente já pode prever alguns dos fatores externos ou sociais que motivaram esse processo de ramificação linguística a partir do latim. Era uma época muito diferente da que vivenciamos hoje, no século XXI, especialmente em termos de ocupação demográfica, meios de transporte e de comunicação. O isolamento das comunidades, a perda do poder político dos romanos e, conseqüentemente, a perda de prestígio da língua latina, naquela época, são alguns dos fatores que devem ser lembrados aqui. Sobre essa relação entre linguagem e poder, vale a pena fazer uma pausa para ler o que nos diz Maurizio Gnerre:

Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quanto confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional. Houve época em que o francês ocupava a posição mais alta na escala de valores internacionais das línguas, depois foi a vez da ascensão do inglês. O passo fundamental na afirmação de uma variedade sobre as outras é sua associação à escrita, e, conseqüentemente, sua transformação em uma variedade usada na transmissão de informações de ordem política e “cultural”. (1987, p. 4-5).

Nesse fragmento da obra de Maurizio Gnerre, destaca-se a importância da escrita para o reconhecimento de uma variedade linguística como língua de cultura. Esse foi mais um fator que favoreceu a ramificação do latim vulgar, que era apenas falado e, conseqüentemente, a consolidação das línguas românicas que passaram, com o tempo, a “línguas nacionais”.

Dentre as línguas românicas mais conhecidas na atualidade, temos:

- o galego;
- o vastelhano;
- o catalão;
- o português;
- o francês;
- o italiano;
- o romeno.

Algumas dessas línguas passaram por árduos conflitos políticos até firmarem-se como língua oficial. É o caso do catalão, que sofreu duros golpes, chegando a desaparecer (por decreto, no regime constitucional - séc. XIX) de todos os usos públicos, administração municipal, ensino elementar e tabelionato. A partir de 1913, como resultado de esforços feitos por movimentos literários e artísticos, iniciou-se o processo de normatização ortográfica e, novamente, o catalão foi usado pela administração local. Criou-se uma infraestrutura cultural de escolas, bibliotecas etc. para propagar seu uso.

A história de cada uma das línguas românicas é muito interessante e é estudada por uma área denominada *Linguística Românica*.



Para conhecer a história da língua catalã, acesse:

www.ramonllull.net/sw_instituto/l_br/historiadalingua.htm, *homepage* do Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio.

Os primeiros momentos da língua portuguesa como língua de cultura

É sempre oportuno lembrar que tanto as datas quanto os limites geopolíticos estabelecidos para contar a história de uma língua devem ser entendidos como dados de referência e não como dados precisos.



Não nos esqueçamos de que a língua é dinâmica e de que são os falantes que promovem esse dinamismo; eles se locomovem e interagem com outros falantes!

Pois bem, feita a observação, podemos entender melhor o que se vai dizer adiante sobre um dos **romances**, o galego-português, e sobre a formação da língua portuguesa como língua de cultura.

O galego-português e a língua portuguesa

Já mencionamos o movimento de Reconquista. Pois bem, a reação aos muçulmanos invasores reuniu os restos dos exércitos hispânico e visigótico e os cristãos, quase todos refugiados nas montanhas das Astúrias. De lá foram avançando e recuperando os territórios perdidos, mas já não mais se reconstruiu a unidade do Império Romano; vários reinos foram criados, dentre eles, os reinos cristãos de Leão, Aragão, Navarra e Castela, que influenciaram a formação dos dialetos que vieram a constituir o galego e o português de hoje.

A história desses reinos envolve interesses políticos, econômicos e, inclusive, matrimônios. Pelo sucesso dos nobres d. Raimundo e de seu primo d. Henrique no movimento de Reconquista, d. Afonso VI, rei de Leão e Castela, deu como prêmio a cada um, respectivamente, suas filhas Urraca e Tareja, e ainda um dote em terras. A d. Raimundo coube a região da Galiza e a d. Henrique, um feudo, o Condado Portucalense, território desmembrado da Galiza.

Romanço

Nome convencional englobando múltiplos e variadíssimos falares regionais, em que se diferenciou o latim por toda a România, durante a primeira parte da Idade Média (CÂMARA JR., 1979, p. 18).

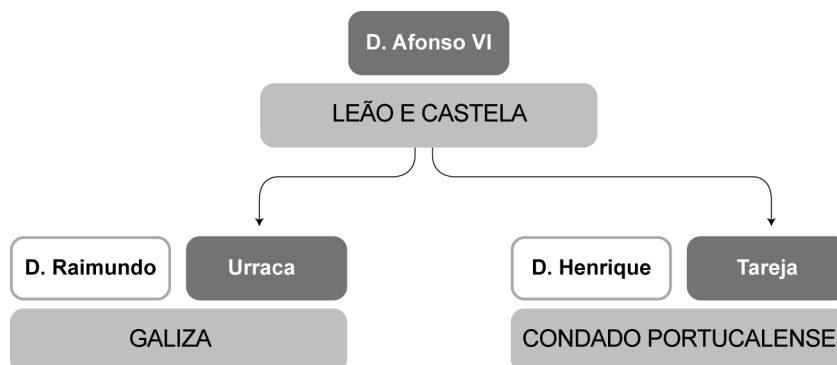


Figura 3.4: Prêmios de d. Afonso VI a d. Raimundo e d. Henrique.

Na época, havia certa unidade linguística em toda a região, que se manifestava no reconhecimento do galego-português como dialeto principal e como língua literária na poesia trovadoresca, o que politicamente expressava indiscutível prestígio da Galícia em relação ao Condado.

Os textos mais representativos da poesia trovadoresca figuram nos cancioneiros medievais, que reuniam as cantigas de amor, de amigo, de escárnio e de maldizer, poemas feitos para serem cantados ao som de instrumentos musicais.

A seguir você poderá conhecer o trabalho de um grupo de músicos que busca estudar e divulgar essas cantigas, cujas letras se apresentam ainda na fase arcaica da língua portuguesa.



Conjunto de música antiga da UFF resgata cultura da Idade Média e do Renascimento. Confira no site: <https://www.youtube.com/watch?v=b05-bop907g>. Acesso em: 10 mar 2015.

A língua portuguesa em seus primeiros passos como *língua de cultura*

Foi, como já dissemos, no Condado Portucalense, cujo centro era a região do Porto (*Portu Cale*), que desenvolveu-se um dialeto a partir do qual se constituiu a língua portuguesa. Vamos ler essa história resumidamente contada por Mattoso Câmara Jr.:

O português teve assim como centro linguístico a região do Porto. Levado para o sul, ao longo do Atlântico, à medida que Portugal se expandia nessa direção, aí encontrava falares **moçarábicos**, estruturalmente semelhantes a ele, e se enriquecia e modificava, em consequência, como língua nacional. Bem cedo, aliás, o grande centro linguístico passou a ser a cidade de Lisboa, às margens do Tejo, conquistada aos Mouros pelo primeiro rei português, Afonso Henriques, e feita capital do reino. (1979, p. 18).

Moçarábico

Dialeto desenvolvido pelas populações românicas submetidas à dominação dos mouros, cuja língua oficial era o árabe.

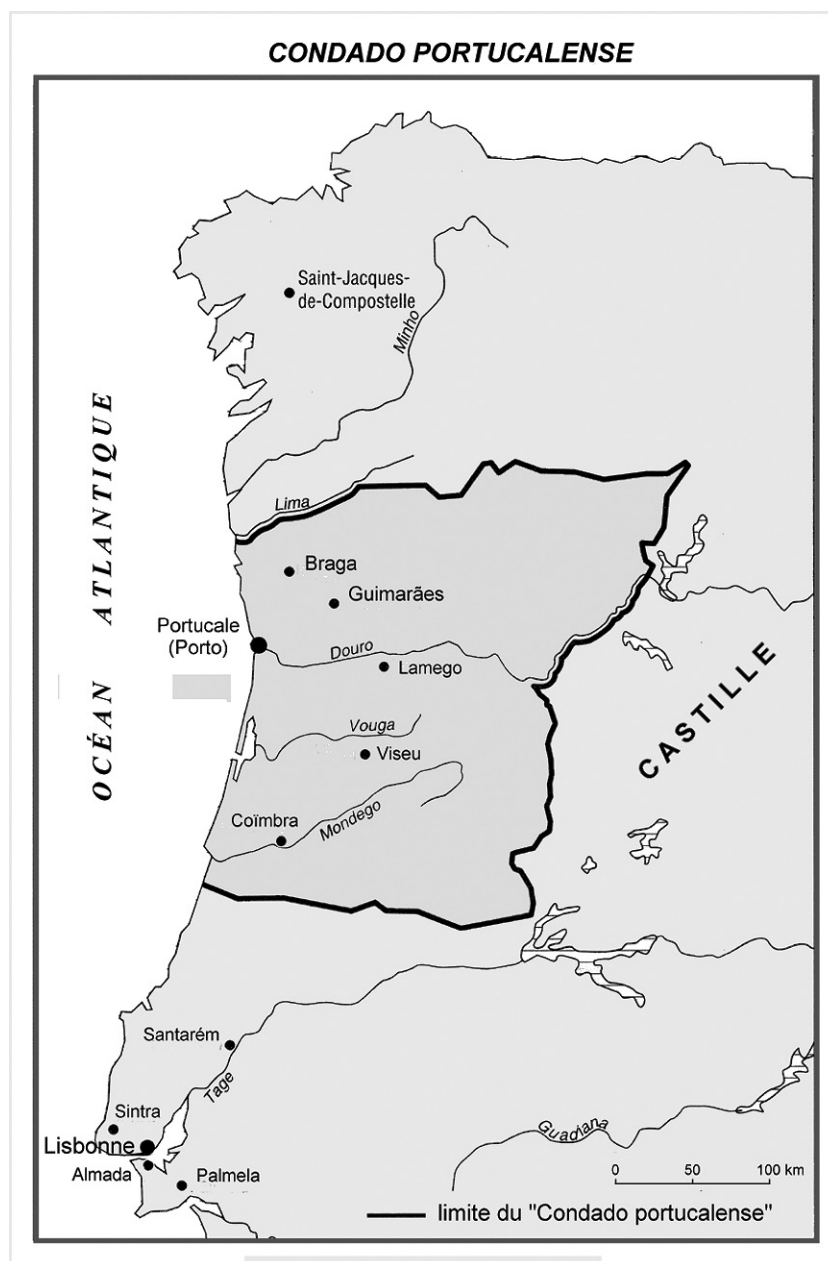


Figura 3.5: Mapa do Condado Portucalense em 1070 d.C.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Condado_portucalense_carte-1070-fr.png

Como vimos observando até aqui, as mudanças linguísticas, em geral, são lentas e acompanham as ações políticas e a ocupação do território, fatores que podem propiciar novos contatos linguísticos.

Naquela época, é certo, os contatos eram mais escassos, as regiões eram mais isoladas, portanto, a pressão para mudanças, pela via do contato

linguístico, era menor do que a que temos atualmente, mas não podemos, de modo algum, imaginar que as comunidades linguísticas possam ser tão bem delineadas como são as fronteiras que observamos num mapa geográfico.

No caso da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que se observavam diferenças entre falares de diferentes regiões, entre pessoas de diferentes idades e de diferentes níveis sociais, aos poucos também se tomava consciência de que havia uma língua em comum, ou seja, de que o português era a língua usada por aquela comunidade que politicamente constituía um reino e que se situava naquela região.

À época em que Portugal firmou seu território definitivo, na segunda metade do século XIII, já se podia observar a língua portuguesa na poesia lírica. Na escrita, porém, a língua portuguesa foi mais lentamente substituindo o latim – que sobreviveu, embora com gradativa perda de representação – no latim medieval (séc. V a XV) e no latim dos textos científicos (séc. XVI a XVIII). Também era forte a concorrência entre a língua portuguesa e o castelhano, considerado culturalmente mais importante.

Leia o que diz Castilho sobre o reconhecimento da língua portuguesa:

A consciência de que o português europeu era uma nova entidade linguística, servindo a uma comunidade, desenvolveu-se em dois centros irradiadores de cultura na Idade Média: os mosteiros, onde se levavam a cabo traduções de obras latinas, francesas e espanholas (mosteiros de Santa Cruz, em Coimbra, e Mosteiro de Alcobaça), e a Corte, para a qual convergiam os interesses nacionais. Escreviam ali fidalgos e trovadores, aprimorando a língua literária. (CASTILHO, 2010, p. 171).

Tomada a consciência linguística de que a língua portuguesa representava um povo, desenvolve-se a passos largos a afirmação de sua importância em relação ao castelhano – dialeto românico de grande prestígio – e em relação ao latim, ainda considerado, pelos mais conservadores, como única língua legítima.

A defesa da língua pátria – a língua portuguesa – ganhou força imensa; basta nos lembrarmos dos versos de Camões, que se referem à afeição da deusa romana Vênus pelos portugueses e à admiração pela língua que falavam. E ela, ouvindo-os, reconhecia sua própria fala:

“E na língua, na qual quando imagina / Com pouca corrupção crê que é a latina” (CAMÕES, 1980, canto I, 33).

O entusiasmo dos primeiros gramáticos da língua portuguesa em formação foi também fator importantíssimo para a sua estabilização na escrita a partir dos séculos XVI e XVII.

A seguir, mais um trecho do texto de Maurizzio Gnerre sobre a importância da escrita para o reconhecimento de uma língua como língua de cultura.

A associação entre uma determinada variedade linguística e a escrita é o resultado histórico indireto de associações entre grupos sociais que eram e são ‘usuários’ (não necessariamente falantes nativos) das diferentes variedades. Com a emergência política e econômica de grupos de determinada região, a variedade por eles usada chega mais ou menos rapidamente a ser associada de modo estável com a escrita. (1987, p. 5).

Para finalizar, cabe um comentário sobre a expressão *língua de cultura*. Podemos depreender que ela se refere a um determinado estágio alcançado por uma língua, em que, por intermédio da escrita, a língua, de uma certa forma, estabiliza-se. Mas devemos reconhecer que a expressão é inadequada, pois todas as línguas, em qualquer estágio, mesmo apenas faladas, são línguas de cultura, uma vez que representam uma comunidade historicamente situada.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

Responda às perguntas sobre os primeiros momentos da língua portuguesa.

1. É possível estabelecer uma data precisa para o surgimento da língua portuguesa como língua de cultura? Justifique sua resposta.

2. Que fator pode ser apontado como o mais importante para o reconhecimento da língua portuguesa como língua de cultura? Justifique sua resposta.

Resposta comentada

1. Não é possível estabelecer uma data precisa para o surgimento da língua portuguesa. As línguas são dinâmicas e se modificam lentamente. Os falantes promovem essas mudanças. Atuam fatores de naturezas diversas: sociais, políticos, históricos, culturais, geográficos etc.

O seguinte trecho desta aula (p. 63) apresenta essas ideias:

É sempre oportuno lembrar que tanto as datas quanto os limites geopolíticos estabelecidos para contar a história de uma língua devem ser entendidos como dados de referência e não como dados precisos. Não nos esqueçamos de que a língua é dinâmica e de que são os falantes que promovem esse dinamismo, eles se locomovem e interagem com outros falantes!

2. O desenvolvimento da escrita, pois possibilita seu uso em documentos oficiais e na literatura. “Por intermédio da escrita, a língua, de uma certa forma, estabiliza-se”. Também é importante o papel dos gramáticos.

Atividade 3

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Para recordar, apresente as línguas que indicam o desenvolvimento do indo-europeu em direção ao português brasileiro.

indo-europeu > _____ > _____ > _____ > português brasileiro

2. Leia novamente o início de um trecho apresentado nesta aula para, em seguida, analisar os fragmentos.

Uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1987).

Os fragmentos a seguir foram extraídos de Câmara Jr. (1979). Assinale aqueles que confirmam a relação estabelecida por Gnerre entre *língua* e *poder*:

- (a) “É o chamado romance, nome convencional englobando múltiplos e variadíssimos falares regionais, em que se diferenciou o latim por toda a România, durante a primeira parte da Idade Média.”
- (b) “O reino de Leão propiciou de início a supremacia do dialeto leonês; mas a importância crescente da província de Castela, no extremo norte, impôs afinal o dialeto castelhano como língua nacional do reino, o qual passou a se chamar de Leão e Castela.”
- (c) “O latim tinha se estabelecido na região do Lácio, na Itália, como parte dos movimentos migratórios dos indo-europeus, deslocando-se da Europa oriental.”
- (d) “No intercâmbio diário, mesmo da parte dos patrícios, funcionava um latim que era mais propriamente vulgar do que clássico. Acresce que as conquistas, no âmbito político, social e econômico, por parte dos plebeus, através de uma prolongada luta de classes, concorreram para diluir a diferenciação linguística no uso falado.”
- (e) “É justo dizer que as línguas românicas provêm do latim vulgar, no sentido de que resultaram de um latim dinâmico, essencialmente de língua oral, em processo de perene evolução.”
- (f) “Todas essas línguas são o resultado da evolução do latim, que se implantara numa vasta região da Europa em virtude de conquistas militares e do consequente domínio cultural e político de Roma, a partir do séc. III a. C.”

Resposta comentada

1. Indo-europeu > Itálico > Latim > Português > Português brasileiro
2. (b); (d); (f).

- (a) O enunciado focaliza o nome *romanzo* e faz referência à diferenciação dialetal no latim, mas não menciona os motivos dessa diferenciação, nem estabelece relações.
 - (b) O enunciado explicita a adoção do castelhano como língua nacional em razão da “importância crescente” da província de Castela.
 - (c) O estabelecimento do latim na região do Lácio é justificado, no enunciado, em razão dos movimentos migratórios dos indo-europeus, não havendo menção a razões de ordem política ou econômica.
 - (d) A aceitação do latim vulgar está relacionada às conquistas, por parte dos plebeus, “no âmbito político, social e econômico”.
 - (e) O enunciado justifica a ligação entre as línguas românicas e o latim vulgar, sem, contudo, mencionar qualquer relação social ou política.
 - (f) O enunciado focaliza a relação entre as línguas românicas e o latim, relacionando o sucesso na aceitação da língua latina à dominação política e cultural de Roma.
-
-

Conclusão

Dado o que vimos nesta aula, podemos concluir que: (i) as línguas são dinâmicas; (ii) os falantes têm papel fundamental no desenvolvimento das línguas; (iii) as línguas modificam-se em função de fatores internos e externos; (iii) história, cultura e língua estão interligadas.

Resumo

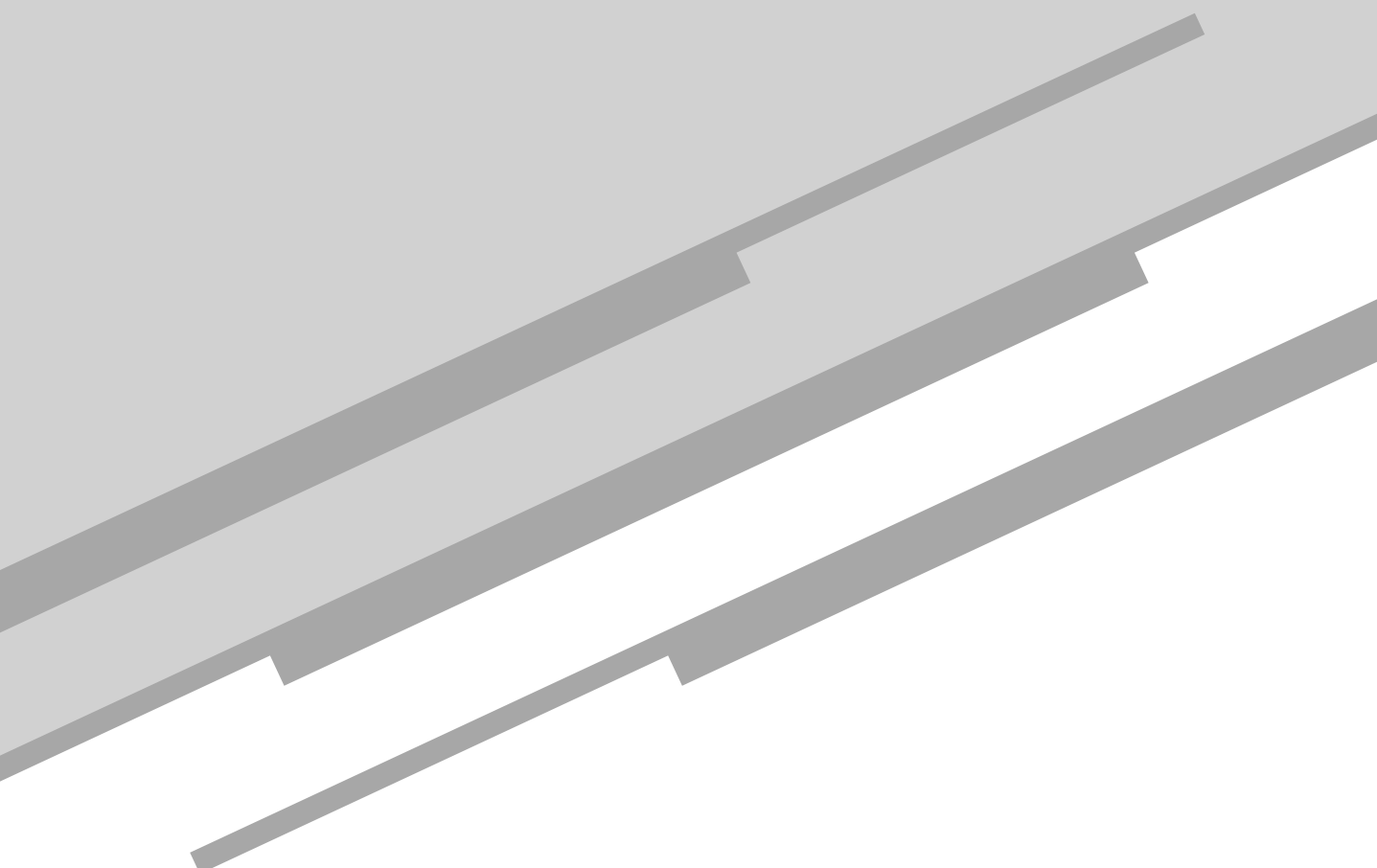
A história externa ou história social do português se inicia com as diversas migrações dos indo-europeus, que ocuparam, ao longo de extenso período de tempo, regiões na Europa e na Ásia. Nesse processo, formou-se o itálico, que, ao mesmo tempo em que dá continuidade à língua de origem, também se modifica e se desenvolve. Assim chegamos ao latim e seguimos até os primeiros momentos do português em Portugal e de sua afirmação como *língua de cultura*. Considerando que os fatores que promovem esses processos de mudança são recorrentes na história das línguas, não será difícil compreender a existência das diversas línguas românicas na atualidade, algumas oficialmente reconhecidas, outras não.

Referências

- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas* (ed. comentada). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- GNERRE, Maurizzio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- HAUY, Amini. *História da língua portuguesa: I. Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática, 1989.
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística Românica*. 2. ed. Trad. de Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2. ed. rev. e ampliada por Evanildo Bechara e Joram Pinto de Lima. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

Aula 4

O português no tempo e no espaço



Vanda Maria Cardozo de Menezes

Meta

Mostrar o processo de expansão do português de Portugal, que chega à África, à Ásia e ao Brasil, acompanhando a história do século XII até a atualidade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os principais aspectos da história da língua;
2. explicar de que maneira o português difundiu-se pelo mundo.

Introdução

Nesta aula, vamos observar um longo período de desenvolvimento da língua portuguesa: do final do século XII, apontado como época do seu surgimento, até os dias de hoje.

Todo esse período de desenvolvimento da língua portuguesa é, segundo a periodização estabelecida por Leite de Vasconcelos (1926), denominado *histórico*, pois, segundo o estudioso, foi a partir do século XIII que o português começou a ser reconhecido como língua, com registro, inclusive, em textos escritos (cf. Aula 3, item “A língua portuguesa em seus primeiros passos como ‘língua de cultura’”).

Não é, pois, de se estranhar que o surgimento das primeiras gramáticas da língua portuguesa e o aprimoramento da língua literária, a partir do século XVI, sejam citados como indicadores da consolidação da língua portuguesa.

É sempre importante lembrar que a constituição de uma língua é um processo lento que depende de muitas condições. A mudança sofrida pelo galego-português a partir do século XII, por exemplo, não implica, de modo algum, seu fim imediato. Enquanto *se modificava* no sentido de estruturação de outra língua – o português europeu –, o galego-português também *permanecia*. Haury (1989, p. 17) observa esse fato:

Delineado Portugal politicamente, a língua falada naquela faixa de terra continuou sendo o galego-português até o século XIV, quando fatores políticos, sociais e linguísticos determinaram a quebra da relativa unidade linguística galego-portuguesa.

A questão da periodização da história da língua portuguesa é, portanto, complexa e requer que consideremos que se trata de um esforço do estudioso em organizar didaticamente em etapas algo que, na realidade, é contínuo.

Passemos, pois, ao reconhecimento dos principais fatores que favoreceram o surgimento da língua portuguesa a partir do século XII, com o galego-português, para que possamos bem compreender como o português de hoje se diversifica num amplo espaço que compreende diferentes comunidades que se situam na África, na Ásia e na América, além da Europa, onde teve sua origem historicamente marcada.

Nacionalização de Portugal e surgimento da língua portuguesa

Foi no século XII que se iniciou – já sob o comando de d. Afonso Henriques, filho de d. Henrique e d. Tareja – o processo de independência do Condado Portucalense, tendo como marco histórico a Batalha de São Mamede (1128). “A fronteira, que no século XII isolou a Galiza de Portugal, estava destinada a ser definitiva”, afirma Teyssier (1990, p. 21).



A Batalha de São Mamede

A história do Condado Portucalense nos remete às lutas pela reconquista das terras que estiveram sob domínio dos muçulmanos durante um longo período de tempo, de 711 a 1492. Pelo sucesso dos nobres d. Raimundo e de seu primo d. Henrique, conde de Borgonha, no movimento de Reconquista, d. Afonso VI, rei de Leão e Castela, deu a d. Raimundo a filha legítima Urraca e a região da Galiza; e a d. Henrique deu a filha bastarda Tareja e um feudo, o Condado Portucalense, território desmembrado da Galiza, compreendido, a princípio, entre os rios Minho e Douro, e, a partir de 1095, entre o Minho e o Tejo.

Com a morte de d. Henrique, a viúva assumiu o poder do Condado, mas seus amores com o conde de Trava, da Galiza, geraram profundo descontentamento do povo do Condado Portucalense e, também, do filho, d. Afonso Henriques, que, em 1128, na Batalha de São Mamede, lutou contra o conde de Trava e, ao vencer, tomou de sua mãe o poder e se fez proclamar rei.

Em 1143, na Convenção de Zamora, Afonso VII, rei de Leão, lhe reconheceu a realeza, solenemente ratificada em 1179 pelo papa Alexandre III. Portugal tornou-se, assim, reino independente da Galiza. (HAUY, 1989.)

Separado da Galiza, o novo reino independente de Portugal iniciou sua expansão geográfica para o sul, com a retomada de terras invadidas

pelos muçulmanos (chamados *mouros*) desde o início do século VIII.

Esse movimento de reconquista foi importante para o desenvolvimento do galego-português, que foi se modificando à medida que seus falantes se deslocavam do Norte para ocupação do território expandido ao Sul.



Figura 4.1: As fronteiras entre Portugal e a Galiza.

Fonte: Teyssier (1990, p. 7).

E o galego-português foi se sobrepondo aos falares locais (nomeados dialetos moçárabes por terem se formado do contato entre a língua árabe e a língua de estrutura românica), sem, contudo, deixar de receber influências.

O período inicial da formação da língua portuguesa (começo do século XIII e meados do século XIV), denominado *galego-português* por Paul Teyssier (1990) e *português arcaico* por Rosa Virgínia Mattos e Silva (2006), coincide com o início da história escrita da língua portuguesa, marcado pelo *Testamento de Afonso I* (1224), pela *Notícia do Torto* (1214-1216) e, também, pelas mais antigas cantigas de amigo e de amor do *Cancioneiro Medieval Português* (início do século XIII).

A seguir, para que você inicie seu contato com a língua portuguesa dessa época, apresentamos dois fragmentos, extraídos de Silva (2006, p. 27-28).

Texto I: *Cantiga de amor* (A *Cantiga de Garvaia*)

- No mundo non me sei parelha
mentre me for como me vai,
ca ja moiro por vós e ai!
mia senhor branca e vermelha,
5. queredes que vos retraia
quando vos eu vi em saia.
Mao dia me levantei
que vos entom nom vi fea!
E, mia senhor, des aquelha
10. Me foi a mi mui mal di'ai!
E vós, filha dom Paai
Moniz, e bem vos semelha
d'aver eu por vós guarvaia,
pois eu, mia senhor, d'alfaia
15. nunca de vós ouve nem ei
valia d'ũa correa.

O texto I, muito conhecido dos estudiosos da língua portuguesa, pertence ao *Cancioneiro Medieval Português*. Segundo a interpretação de Francisco Rico, de 1973,

o poeta morre de desejo (mais do que de amor cortês), desde que viu *em saia* a 'filha de dom Paai Moniz'; esta quer que ele louve sua formosura, descrevendo-a não *em saia* como a viu, mas

adornada com um manto luxuoso [a garvaia, também escrito *guarvaia*], artifício a que o trovador não está disposto, visto nunca ter recebido da dona ‘valia d’ũa correa’. (SILVA, 2006, p. 30).

Do ponto de vista linguístico, a letra da cantiga nos possibilita observar algumas características comuns em textos do *período arcaico*.

- a) *mentre* (l. 2): ‘enquanto’, conjunção temporal, que deixou de ser usada no português, mas que ficou firme em outras variantes hispano-românicas;
- b) *moiro* (l. 3): 1ª pessoa do presente do indicativo antes de regularizar-se pelo infinitivo ‘morrer’;
- c) *senhor* (l. 4): sem a flexão do feminino, ausente em nomes terminados em -r e -l;
- d) *queredes* (l. 5): ‘quereis’ após síncope do d e outras regras fonológicas subsequentes;
- e) *des* (l. 9): ‘desde’, preposição à qual ainda não se associava o de;
- f) *aquelha* (l. 9): variante do demonstrativo aquela;
- g) *mia* (l. 10): possessivo feminino antes da inserção da nasal palatal que formou ‘minha’;
- h) *aver*: verbo com valor possessivo latino, perdido para ter, ainda no período arcaico: *aver garvaia* (l. 13), *aver valia* (l. 15-16).

Texto II: *O testamento de d. Afonso II*

Enõ nome de Deus, Eu rei don Afonso pelas gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma e aproe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios e de me(us) uassalos e de todo meu reino fiz mia

5. mada p(e)r

q(ue) depos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aqu(ue)las cousas q(ue) Deus mi deu en poder sten en paz e en folgâcia. Primeiram(en)te mado q(ue) meu filio infante don Sancho q(ue) ei da raina dona Orraca agia

10. meu reino entreg(ra)m(en)te e en paz. E ssi este for morto sen semmel, o maior filio q(ue).

Ouuer da raina dona Orraca agia o reino entregram(en)te e en paz. E ssi filio barõ nõ ouuermos, a maior filia que ouuermos agiaõ. [...]

O texto II é o início de um documento jurídico, portanto, de natureza formular, mas que permite observar características da grafia e da estrutura da língua portuguesa em formação. Alguns esclarecimentos podem auxiliar sua leitura, vejamos:

- a) *seendo* (l. 2): verbo *ser* é empregado com predicativo de valor semântico transitório. *Eu... seendo sano e salvo*, diferente de *estar*, que passou a substituir *ser* nesse tipo de estrutura;
- b) *sten* (l. 6): forma do subjuntivo etimológico de *estar*, depois substituído por *esteja*, análogo a *seja*;
- c) *a prol de*: ‘em prol de’;
- d) *manda* (l. 4): ‘testamento’, neste contexto;
- e) *integramente* (l. 8): ‘integralmente’, ‘inteiramente’;
- f) *semmel* (l. 9): ‘descendência’, por metonímia;
- g) *aver*: verbo com valor possessivo latino, perdido para *ter*, ainda no período arcaico: *filho que ei* (l. 8), *agia meu reino* (l. 8), *o maior filho que ouver* (l. 10), *agia o reino* (l. 10), *se filio baron non ouvermos* (l. 11).

Cabem aqui, ainda, alguns comentários mais gerais sobre esse estágio de língua.

A ortografia arcaica era essencialmente fonética; escrevia-se a língua para ser falada e ouvida. Os livros eram copiados manuscritamente, muitas vezes ditados ao mesmo tempo para diversos copistas, o que resultava em grafias diferentes, dependendo da facilidade maior ou menor do copista em entender o que estava sendo ditado. A confusão de grafias é, assim, uma das características dos textos na fase galaico-portuguesa.

E por não se ter registros convencionais das falas, as descrições da fonética e fonologia arcaicas são realizadas mais por hipóteses. Foram valiosas, nesse campo, as observações feitas pelos primeiros gramáticos do português – Fernão de Oliveira e João de Barros –, as representações gráficas da documentação remanescente e o que foi possível depreender da rima e da métrica do *Cancioneiro Medieval*.

No campo fonético, os historiadores da língua costumam apresentar como uma das características marcantes do galego-português a realização de quatro consoantes constrictivas. Além de /s/ e /z/, havia duas africadas /ts/ e /dz/, uma surda e uma sonora (TEYSSIER, 1990, p. 27).

Quadro 4.1: Consoantes constrictivas do galego-português

/ts/ ex.: cen	/s/ ex.: sen
/dz/ ex.: cozer	/z/ ex.: coser

No campo morfológico e sintático, podem-se observar tanto alterações promovidas pelos falantes do galego-português que o distanciam do conjunto hispânico e o situam como uma etapa no desenvolvimento do português europeu, como também ocorrências que o distinguem do português.

Na morfologia dos nomes e adjetivos terminados em *-ão*, *-an* e *-on*, a queda do *-n-* intervocálico já se dá em galego-português, resultando gradativamente nos grupos *-ão*, *-ãe* e *-õe*, que foram, primeiro, bissilábicos. Pronunciavam-se *mã-os*, *cã-es*, *le-ões*.

No quadro dos possessivos, existia para o feminino uma forma átona distinta da forma tônica. As formas *ma*, *ta*, *sa* e plurais correspondentes – *mas*, *tas*, *sas* – são chamadas *formas átonas*, já que ocupam uma posição não acentuada porque precedem o nome, que receberá o acento do grupo de força.

“E o enmiigo britou en si toda sa felonía e toda sa sobérvha.” (SILVA, 2006, p. 110).

Quadro 4.2: Pronomes possessivos do galego-português

Masculino	Feminino	
	Tônica	Átona
Meu	mha, mia, minha	Ma
Teu	tua	Ta
Seu	sua	sa

Na amostra constituída aqui apenas por esses dois textos do galego-português – *Cantiga de amor* (A *Cantiga de Garvaia*) e *O testamento de d. Afonso II* – já lhe deve ter sido possível observar tanto semelhanças, como diferenças em relação ao português que, a partir de então, desenvolveu-se em Portugal.



Figura 4.2: Mapa de Portugal atualizado.

Fonte: <http://amanda-larissa-luara.wikispaces.com/Portugal++Bandeira++Mapa>

A história do português europeu, a partir da segunda metade do século XIV, registra a importância de dois agentes externos em sua fase de afirmação: os *mosteiros* e a *Corte*.

Os mosteiros se desenvolviam sob a proteção da Corte; o de Alcobaça, por exemplo, pelos meados do século XV, reunia a maior biblioteca da Idade Média portuguesa. Nesse ambiente, foram realizadas inúmeras traduções do latim ao português, o que muito contrariava aqueles que desconsideravam as línguas românicas, mantendo-se fiéis ao latim.

A Corte dos príncipes da dinastia de Avis se destaca como incentivadora do desenvolvimento literário, dando prioridade à prosa, e não mais à poesia, como se fazia até então. Fernão Lopes, que escreveu entre 1418 e 1454, firmou-se como cronista-mor do reino; d. Duarte foi chamado “o rei filósofo” e d. Pedro, duque de Coimbra, também traduziu e escreveu em prosa, como seu pai d. João. No decorrer do século XV, multiplicaram-se traduções para o português.

A partir do século XVI, entrou em cena um novo agente nesse processo de consolidação do português como língua nacional: os gramáticos. Esses estudiosos apaixonados pela língua portuguesa atuaram no sentido de normatização da língua escrita e, de maneira especial, de valorização do idioma. “Gramáticos portugueses do século XVI e XVII proclamam as virtudes da língua pátria, capaz de veicular quaisquer tipos de sentimentos e arrazoados.” (CASTILHO, 2010, p. 172).

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Leia os enunciados a seguir e, com base no conhecimento que você já reuniu sobre a história da língua portuguesa, numere os parênteses de acordo com a ordem cronológica em que os fatos citados aconteceram:
 - () Esse movimento de Reconquista foi importante para o desenvolvimento do galego-português, que foi se modificando à medida que seus falantes se deslocavam para as terras reconquistadas.
 - () Foi no século XII que se iniciou o processo de independência do Condado Portucalense.
 - () E para a consolidação da língua portuguesa como língua de uma nação, entra em cena um novo agente: os gramáticos.
 - () O novo reino independente de Portugal iniciou sua expansão geográfica para o sul, com a retomada de terras que os muçulmanos invadiram no início do século VIII.

() Na fase de afirmação do português, a história da língua registra a importância de dois agentes externos: os mosteiros e a Corte.

2. Sabemos que os fatores geográficos, políticos e linguísticos atuam concomitantemente no desenvolvimento de uma língua. O estudo da história da língua, porém, por necessidade descritiva, ora enfatiza um dado fator, ora mais de um fator. Nas afirmativas apresentadas, identifique o fator, de acordo com a seguinte numeração:

(1) linguístico; (2) geopolítico; (3) sociolinguístico.

() Delineado Portugal politicamente, a língua falada naquela faixa de terra continuou sendo o galego-português até o século XIV.

() Da convivência com os africanos, temos em português os termos específicos da culinária baiana, como *vatapá* e *acarajé*.

() Na morfologia dos nomes e adjetivos terminados em *-ão*, *-an* e *-on*, a queda do *-n-* intervocálico já se dá em galego-português.

() A ortografia arcaica era essencialmente fonética; escrevia-se a língua para ser falada e ouvida.

() Separado da Galiza, o novo reino independente de Portugal inicia sua expansão geográfica para o sul.

() Uma das características marcantes do galego-português era a realização de quatro consoantes constrictivas.

Resposta comentada

1. (3) (1) (5) (2) (4)

Justificativas:

(3) Esse tópico dá prosseguimento ao assunto da expansão geográfica do novo reino que se constituía. A Reconquista aqui mencionada está relacionada à “retomada de terras que os muçulmanos invadiram no início do século VIII”.

(1) A data informada – século XII – é uma importante “pista” para a numeração do tópico, pois faz referência ao início do processo de independência do Condado Portucalense. Nesse fragmento, foi, portanto, mencionado o fato mais remoto.

(5) Por fim, ocorre a fase de consolidação da língua portuguesa como língua nacional, ressaltando-se o papel das gramáticas.

(2) Em seguida, esse tópico dá continuidade ao tema da independência de Portugal, ainda focalizando um período inicial, o da expansão geográfica para o sul.

(4) Temos uma afirmativa sobre a fase de afirmação do português, que é posterior à fase galego-português, mencionada na frase anterior.

2. (2), (3), (1), (1), (2), (1)

A primeira afirmativa, que menciona o delineamento político de Portugal, refere-se à continuidade do galego-português em um dado momento político e em uma dada área geográfica, portanto, prevalece o fator geopolítico, de número (2).

Na segunda afirmativa, a expressão “convivência com os africanos” já anuncia o fator sociológico; segue imediatamente uma informação sobre léxico, compondo o fator sociolinguístico, de número (3).

A terceira afirmativa, que aborda a morfologia de certos nomes e adjetivos, trata de um fenômeno morfofonológico em galego-português, prevalecendo, portanto, o fator linguístico, de número (1).

A referência à ortografia na quarta afirmativa configura a prevalência do fator linguístico, de número (1).

A quinta afirmativa traz primeiro uma informação que já pode ser considerada de natureza geopolítica (“separado da Galiza”), com preponderância do fator político; a segunda informação é de natureza geográfica (expansão do reino independente de Portugal para o sul), compondo o fator geopolítico, de número (2).

A sexta afirmativa faz referência a um fato da fonologia do galego-português (“realização de quatro consoantes constrictivas”), sendo enfatizado o fator linguístico, de número (1).

Expansão do português pelo mundo

A relação entre expansão do império e expansão da língua portuguesa não nos surpreende, pois, desde a primeira aula, vimos observando a relação estreita entre fatores político-sociais e fatores linguísticos. Não estranhemos, portanto, que o castelhano e o português tenham se tornado as línguas que mais se difundiram pelo mundo, em consequência das conquistas marítimas levadas a cabo a partir do século XV pelos espanhóis e pelos portugueses. É a conhecida fase dos descobrimentos!

Essa relação entre os fatos políticos e a expansão da língua já era reconhecida no século XVI pelo cronista João de Barros em “Diálogo em louvor de nossa linguagem”:

As armas e padrões portugueses postos em África e em Ásia e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são, e pode-as o tempo gastar; pero não gastará doutrina, costumes, *linguagem* que os portugueses nessas terras **leixarem**. (HAUY, 1989, p. 18).



O verbo *leixar* (do latim *laxare* “afrouxar”, “desaparecer”, antigo “deixar”) ainda tem registro no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* – Volp (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2009).

Os arquipélagos dos Açores, Madeira e São Tomé e Príncipe, ao largo da costa europeia e africana, foram os primeiros lugares ocupados por Portugal (1487-1488). Em seguida, foi alcançado o continente africano, onde os portugueses instalaram as primeiras feitorias.

Em 1500, como sabemos, Cabral descobriu o Brasil, depois da passagem por aqui de Duarte Nunes Pacheco, em 1498. A ocupação do território brasileiro, entretanto, iniciou-se apenas em 1530.

Nesse período, Vasco da Gama descobriu o caminho para as Índias, possibilitando a chegada dos portugueses à Ásia:

- na Índia (Goa, em 1510; Damão, em 1534 e Diu, em 1535);
- na Indonésia (parte da ilha de Timor);
- na China (pequena zona de Macau).

Nas terras conquistadas, a língua portuguesa não teve sempre o mesmo grau de adesão, porque diferentes foram as relações de dominação estabelecidas.

Angola e Moçambique, na África, por exemplo, permaneceram colônias portuguesas por um longo período, até 1976. Outras terras ocupadas pelos portugueses continuaram sob domínio militar por terem posições estrategicamente importantes (no caso de Diu e Goa, na Índia), e outras apenas permaneceram como entrepostos comerciais (no caso de Macau, na China).



Figura 4.3

O desenvolvimento do português na África, apesar da situação de colônia, deu-se de modo diferente ao que ocorreu aqui: lá as línguas nativas permaneceram majoritariamente faladas, configurando uma situação de bilinguismo, ao lado do português. Essa situação favoreceu uma adaptação diferenciada da língua portuguesa às línguas com as quais entrava em contato, o que caracterizou a emergência de *falares crioulos* (cf. *pidgins*).



[...] A palavra *crioulo* tem sido usada pelos linguistas para designar os falares que nascem do contato entre línguas diferentes e tem sido aplicada sobretudo ao contato de línguas europeias com as línguas nativas de regiões colonizadas.

O primeiro meio de comunicação usado no contato entre colonizadores e colonizados é geralmente um *pidgin*, e os *pidgins* são mecanismos de comunicação bastante precários, nos quais se faz um uso rudimentar do vocabulário das duas línguas em contato e a gramática é quase nula. Normalmente, os *pidgins* funcionam em contextos muito específicos (por exemplo, a troca de mercadorias). Quando o *pidgin* sobrevive por mais tempo, é normal que uma segunda geração de falantes, que teve exposição ao *pidgin* durante o período normal em que as crianças aprendem a falar, passe a desenvolver para ele uma gramática própria, distinta das gramáticas das duas línguas que entraram na formação do próprio *pidgin*. Ao passar por esse processo espontâneo de construção de uma gramática, o *pidgin* dá origem a um crioulo. É claro que, ao falar em “desenvolvimento de uma gramática”, estamos pensando no desenvolvimento de uma estrutura gramatical; e o fato a ressaltar é que, embora os materiais linguísticos que entram no *pidgin* de base sejam extraídos das duas línguas de origem, nada garante que a gramática desenvolvida no processo de criouliização contere os mesmos mecanismos (de concordância, regência, colocação etc.) encontrados nas línguas de origem. (ILARI; BASSO, 2006, p. 39-40).

Tratemos deste ponto em diante da aula sobre o desenvolvimento do português no Brasil.

A língua portuguesa no Brasil

Vamos tratar aqui dos principais fatores que se conjugam na explicação para o fato de o português europeu de 1500, relativamente homogêneo, ter aqui se modificado tanto que, já em meados do século XVIII, era possível identificar uma heterogeneidade generalizada, constituída de múltiplos falares.

Vinda de portugueses para o Brasil

Um texto de grande interesse linguístico que pode ser indicado como marco histórico da língua portuguesa trazida para o Brasil é o da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que registra as impressões dos portugueses em relação à terra descoberta.

A seguir, dois fragmentos da Carta de Caminha, extraídos de SILVA (1996, p. 110):

[...] e os vazios com a barriga e estomego era da sua propia cor e a tintura era asy vermelha que a agoalha nã comya nem desfazia (fol. 5v, 19-20-21)

[...] e aqueles hera cheos dhu ùsgraãos vermelhos pequenos, que esmagandoos antre os dedos fazia tintura muito vermelha daqueele a amda uam tintos e quanto se mais molhava tanto mais vermelhos ficauam (fol. 8v, 27-28-29-30-31)



Pesquis@!

Uma versão com grafia mais atual da Carta de Pero Vaz de Caminha está disponível no *site* da Fundação Biblioteca Nacional, em: objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Compare-as.

Silva (1996, p. 13-26) afirma que “esse testemunho linguístico de 1500 [a Carta] se apresenta, em muitos aspectos, como já moderno e, em outros, como ainda arcaico”. A autora recorre, mais uma vez, a uma sábia lição proferida em 1911, por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que vale a pena reproduzir aqui, por ir ao de encontro do que vocês já leram nas primeiras aulas.

O período arcaico prolonga-se até 1500 ou mesmo além dessa data. A língua não fica de modo algum inalterada. Bastantes dos fenômenos que a distinguem desaparecem depois de 1350, outros perduram ainda um século; vários subsistem até o século XVI... Em geral pode, contudo, dizer-se que o português moderno começa no tempo da Renascença... Claro que os limites entre os dois períodos são vagos e que houve uma época de transição... Uma língua não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento de um estado a outro. Algumas transformações realizam-se muito devagar, outras muito depressa. (VASCONCELOS, 1956, p. 19, apud SILVA, 1996, p. 19).

E assim se desenvolveu o português no Brasil, a partir do povoamento iniciado em 1530, com “algumas transformações muito devagar, outras muito depressa”, como nos ensina Carolina Michaëlis.

Atualmente, o Brasil é a maior nação de língua portuguesa no mundo, com população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em mais de duzentos milhões de habitantes, em referência a julho de 2014.

De acordo com Castilho (2010, p. 174), o povoamento e a implantação da língua portuguesa se deram a partir de oito focos irradiadores, quase todos localizados no litoral brasileiro:

- quatro focos no século XVI: São Vicente/São Paulo (1532, 1554), Olinda/Recife (1535), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1557);
- dois focos no século XVII: São Luís do Maranhão (1612) e Belém (1616);
- dois focos no século XVIII: Florianópolis (1738) e Porto Alegre (1752).

A partir desses polos, outras localidades tornaram-se centros de irradiação em momentos diferentes, registrando-se, em alguns casos, mais de uma onda demográfica.

Silva (1998, p. 47) alerta que “é melhor não simplificar as coisas, pois os portugueses continuaram vindo até o século XIX, e, com isso, é muito complexa a relação estrutural entre o português brasileiro e o europeu”.

Nessas condições, é possível compreender bem as dificuldades de se explicar com detalhes de localização no tempo e no espaço geográfico o desenvolvimento do português no Brasil.

Os habitantes do Brasil

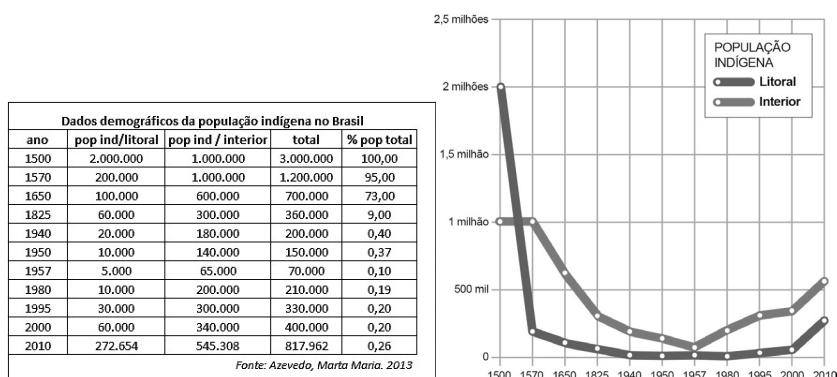
Havia aqui no Brasil, à época do descobrimento, uma população de três milhões de índios, hoje reduzida a 817 mil. Eram cerca de 300 línguas indígenas diferentes, atualmente se contam apenas 160.

As línguas indígenas existentes no ano de 1500 podiam ser distribuídas em dois grandes troncos: o tronco *macrotupi* e o tronco *macrojê*, cada qual com suas famílias, línguas e dialetos. Esses troncos correspondem a dois grandes grupos culturalmente diferentes e inimigos entre si na disputa de terras e poder no território brasileiro.

Os índios do grupo macrojê ocupavam os cerrados do Brasil Central; já os índios do grupo macrotupi eram nômades e espalhavam-se por toda a costa brasileira. Com a chegada dos portugueses, muitos tupis fugiram do litoral, indo rumo ao Paraguai, litoral do Nordeste e Amazônia, evitando o confronto com os jês.

Um levantamento realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) mostra muito bem a drástica redução da população indígena do litoral a partir do ano de 1500. A partir de 1570, também se observa a redução da população indígena do interior.

Tabela 4.1: Dados demográficos da população indígena no Brasil



Fonte: Funai. [201-].

E como se deram os primeiros contatos entre as línguas dos índios e a dos portugueses? Quais foram as consequências desses contatos?

Do plano de colonização do Brasil, fazia parte a difusão da língua portuguesa e da fé pregada pelo catolicismo. Língua, religião e política encontram-se, assim, amalgamadas.

Mas, para o alcance desses objetivos, fazia-se necessário estabelecer algum tipo de comunicação. “Os jesuítas tinham como princípio de catequese usar as línguas da terra em que chegavam”, afirma Silva (2004a, p. 77).

Do contato com as línguas indígenas, os jesuítas, baseando-se no tupi, fabricaram uma *língua geral* – o *tupi missionário*. Essa língua, então usada como língua de comunicação, caracterizava-se como um tupi despojado de “seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos para se adaptar à consciência linguística dos brancos e o português nela atuou assim, impressivamente, como ‘superestrato.’” (CÂMARA JR., 1963, p. 76 apud CASTILHO, 2010, p. 180).

A “língua criada pelos jesuítas” funcionou, de um lado, como veículo para difusão da religião católica e, de outro, para a descaracterização da identidade cultural e linguística dos indígenas. Mais adiante, veremos que essa prática dos colonizadores também é observada nas medidas tomadas em relação aos escravos africanos.

Outras línguas indígenas são chamadas de línguas gerais, mas não foram “fabricadas”; elas se modificaram como resultantes de processos comuns de mudança e se difundiram por movimentos migratórios. Esse é o caso da “língua geral amazônica”, de base tupinambá, cujo remanescente é o *nhengatu*; da “língua geral paulista”, de base tupiniquim e guarani; e também da “língua geral de base cariri”, difundida no Nordeste do país (SILVA, 2004, p. 8; ILARI; BASSO, 2006, p. 51-52).

A maior contribuição das línguas indígenas ao desenvolvimento do português no Brasil foi dada pelo tupi-guarani, do qual vieram cerca de dez mil vocábulos, a maioria nomes próprios – topônimos e antropônimos (*Itacema, Itaboraí, Itaipava, Jussara*) – a que se somam nomes comuns designativos de vegetais (*abacaxi, cajá, caju, mandioca*) e animais (*capivara, curimatã, jaguar, jiboia, lambari, piranha, siri*).

Africanos trazidos para o Brasil

O tráfico de escravos africanos iniciou-se em 1538, no período de efetiva colonização do Brasil, e prolongou-se até 1850, quando foi declarado ilegal. Os escravos eram tomados de diferentes comunidades africanas ou aqui separados de seus grupos de origem, no sentido de dificultar a formação de grupos, descaracterizando assim a identidade cultural e linguística desses indivíduos. Apesar dessas medidas, a

contribuição das línguas africanas foi fundamental na história do português do Brasil.

Os africanos trazidos ao Brasil integram duas culturas: a cultura banto e a cultura sudanesa. A cultura banto se origina de dois grupos: o oriental e o ocidental. A essa variação corresponde uma enorme variedade de etnias e línguas.



A cultura banto cinde-se no grupo ocidental, originário do Congo e de Angola, e no grupo oriental, originário de Moçambique, Tanganica e região dos Lagos. Seus representantes se fixaram no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e no Maranhão.

A cultura sudanesa compreende os fulas, os mandingas, os haussás, os fanti-ashantis, os ewês e os iorubas ou nagôs, originários da costa oeste africana: Sudão, Senegal, Guiné, Costa do Ouro, Daomé e Nigéria.

Eles se fixaram principalmente na Bahia, vieram em número menor que os bantos, e dois séculos mais tarde. (CASTILHO, 2010, p. 181).

Apesar de os estudos sobre as influências linguísticas africanas serem escassos, não restam dúvidas de que o português do Brasil é marcado por essas influências, que se manifestam particularmente na assimilação de palavras. São exemplos: *bengala*, *bunda*, *cachimbo*, *caçula*, *cafuné*, *cambada*, *camundongo*, *canga*, *fubá*, *maxixe*, *minhoca*, *quibebe*, *quitanda*, *tanga*; termos específicos da culinária baiana (*vatapá*, *acarajé*) e outros termos ligados ao candomblé baiano e às suas divindades (*agôgô*, *Aluá*).

A seguir apresentamos uma tabela com dados da distribuição populacional por etnias no Brasil, em vários períodos que compreendem os anos de 1538 a 1890. Note-se que aumenta progressivamente a proporção de mulatos, ao passo que diminui a de africanos e de índios integrados.

Tabela 4.2: Distribuição populacional por etnias no Brasil

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
europeus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163 apud SILVA, 2004a, p. 101).

O exame dos dados apresentados na **Tabela 4.2** nos possibilita entender bem a diversidade linguística no Brasil. A tabela já registra a diminuição do tráfico de escravos e o aumento de europeus na segunda metade do século XIX. Mas cresce a população brasileira constituída por mulatos e brancos que falam já um português diferenciado do português europeu: é o “português brasileiro em formação”.

Imigrantes europeus e asiáticos

A imigração de europeus e asiáticos, a partir do século XIX, instala no Brasil uma nova situação de bilinguismo (entre o português e a língua do imigrante) e contribui para tornar ainda mais complexo o panorama do multilinguismo brasileiro, isto é, da diversidade de falares no Brasil.

Na complexa história da formação do povo brasileiro, a relação com as línguas desses imigrantes foi mais uma vez de desigualdade. De início o Estado brasileiro deixou por conta dos imigrantes a questão de alfabetizar seus filhos brasileiros e não encarou a questão da língua como problema. Contudo, no início do século XX, a participação social e política desses novos brasileiros em movimentos de rebelião fez com que o governo começasse a adotar medidas de restrição ao uso de línguas estrangeiras. Uma dessas medidas foi a proibição de alfabetizar em outra língua que não em português (1939); outra, foi a de rebatizar com nomes brasileiros muitas comunidades de imigrantes cuja designação lembrava a origem de seus habitantes – *Neu-Württemberg*, por exemplo, no Rio Grande do Sul, passou a se chamar *Panambi*.

As influências das línguas dos colonos imigrantes ficaram mais restritas ao vocabulário do português e não se comprovam na gramática. Os falantes brasileiros se sentem à vontade no uso de palavras como

paella, quibe, esfiha, talharim, yakissoba, sashimi, tchau, grana, ofurô, quimono.



Pesquis@!

Para saber mais sobre a construção da identidade do povo brasileiro, recomendo que você assista ao documentário “Viva o Povo Brasileiro”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eqlcHGj4f7k>.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Responda às questões:

1. Como foram vencidas as dificuldades de comunicação entre a língua dos portugueses e a língua dos índios?

2. Que fatores se conjugam para explicar a diversificação do português europeu ocorrida em território brasileiro a partir de 1500?

Resposta comentada

1. Fazia parte do plano de colonização do Brasil a difusão da língua portuguesa e da fé pregada pelo catolicismo. Para o alcance desses objetivos, fazia-se necessário estabelecer algum tipo de comunicação. Os jesuítas, baseando-se no tupi, fabricaram uma *língua geral* – o *tupi missionário*. Essa língua foi, então, usada como língua de comunicação.
 2. O povoamento e a implantação da língua portuguesa deram-se a partir de oito focos irradiadores, quase todos localizados no litoral brasileiro. Já em meados do século XVIII, era possível identificar uma heterogeneidade generalizada, constituindo-se o português do Brasil de múltiplos falares. O contato com as línguas indígenas, com as línguas africanas e, mais tarde, com línguas dos colonos europeus, resultou, principalmente, na incorporação de muitas palavras ao léxico do português.
-
-
-

Conclusão

Quando se observa o desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil, como o fizemos nesta aula, tem-se a devida noção da importância dos fatores socioculturais para a caracterização de uma língua que se constitui na diversidade de falares, etnias e culturas.

Resumo

Nesta aula, partimos do surgimento da língua portuguesa, passando pelo período de sua afirmação como língua nacional dos portugueses, e chegamos à fase de expansão externa, de natureza eminentemente política, com as descobertas de novas terras em outros continentes.

Com foco no português que aqui chegou a partir de 1500 e que se desenvolveu e se modificou em tempos e circunstâncias diferenciadas, em contato com línguas indígenas, com dialetos africanos trazidos pela gente escravizada e com diferentes línguas trazidas por imigrantes europeus e asiáticos, podemos compreender melhor a natureza e a importância do multilinguismo que caracteriza o português do Brasil, a maior nação de língua portuguesa no mundo.

Informação sobre a próxima aula

A partir da próxima aula, focalizaremos os aspectos propriamente linguísticos que marcam o desenvolvimento da língua portuguesa a partir de sua origem latina. Iniciaremos pelos aspectos fonológicos e trataremos, na Aula 5, das principais alterações, no quadro consonântico, do latim ao português.

Até lá!

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 2009. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario?sid=23>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso da. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

FUNAI (Brasil). *Índios no Brasil: quem são*. [201-]. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

HAUY, Amini. *História da língua portuguesa: I. Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática, 1989.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (Org.). *A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

_____. Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, A. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. I: primeiras ideias. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 1998.

_____. *Para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004a.

_____. *O português são dois...: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004b.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 4. ed. Tradução de Celso Cunha. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1990.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de filologia portuguesa*, segundo as preleições feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/1913. Lisboa: Revista de Portugal, 1956.

VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1926.

Aula 5

Aspectos linguísticos da evolução
do latim ao português: fonologia
diacrônica (parte 1) – consonantismo

Meta

Apresentar os quadros de consoantes do latim e do português, observando as principais divergências, bem como os processos fonológicos responsáveis por tais diferenças.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as principais alterações no quadro de consoantes, do ponto de vista evolutivo;
2. comparar o quadro consonântico do latim com o do português, em busca de intersecções e diferenciações.

Introdução

O assunto desta nossa aula será o *consonantismo*. Então, antes de começarmos, é importante que você entenda o que exatamente é isso. Em nossas aulas anteriores já vimos que a língua muda ao longo do tempo. Ao estudo das transformações sofridas pelas consoantes ao longo de sua evolução histórica chamamos *consonantismo*.

No caso da língua portuguesa, podemos afirmar que seu quadro consonantal apresenta segmentos mais simétricos, numerosos e bem equilibrados do ponto de vista estrutural, quando comparada à língua latina. Nos termos de Tarallo (1990), houve mais *ganhos* que *perdas* em relação às consoantes, ou seja, o português foi marcado pelo lucro de novas conquistas fônicas. O quadro a seguir sintetiza as perdas e os ganhos no que concerne às consoantes:

Quadro 5.1: Perdas e ganhos consonantais

Perdas	Ganhos
consoantes geminadas	quatro fricativas
	uma nasal
	uma líquida
	segmentos palatais

Para entendermos as perdas e os ganhos ao longo do tempo, comecemos analisando o quadro de consoantes do latim.

O sistema consonantal latino

Assim posiciona-se Mattoso Câmara Jr, em relação ao quadro de consoantes do latim:

Abstraídas as considerações meramente fonéticas, que levam em conta as variantes posicionais, e até livres, das consoantes latinas, o quadro dos fonemas consoantes do latim é particularmente simples e não se presta a maiores dúvidas. (CÂMARA JR., 1976, p. 48).

De fato, os segmentos contrastivos do latim eram em número bastante reduzido:

- seis oclusivas;
- duas fricativas;
- duas nasais;
- duas líquidas (lateral e vibrante).

A perfeita simetria não se refletia nas demais séries, que continham apenas dois pontos de articulação, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 5.2: Inventário de consoantes do latim

	labiais	alveolares	pós-alveolares
oclusivas	p, b	t, d	k, g
fricativas	f	s	
nasais	m	n	
lateral		l	
vibrantes		r r	



Falamos em perfeita simetria das oclusivas porque, no latim, elas contavam com três lugares de articulação e uma constante oposição de vozeamento, ou seja, para cada oclusiva surda havia uma sonora.

Os segmentos /k, g/

A articulação dos segmentos /k, g/ dependia do som subsequente. Se a vogal seguinte fosse não recuada, isto é, /e, i/, esses sons eram produzidos como palatais, [c, ʝ]. Caso a vogal seguinte fosse recuada, isto é, /a, o, u/, a articulação correspondente era a velar, [k, g]. Oclusivas velares e palatais eram, pois, variantes condicionadas pelo contexto fônico seguinte. O esquema a seguir resume essa alternância.

[c, ʝ]

Antes de V não recuadas

*uicino, cippu, cito**generare, gingivam, generum*

[k, g]

Antes de V recuadas

*acucula, periculu, cogitare**navigare, augusto, paganu*

É importante ressaltar que as letras <c> e <g>, em latim, só são usadas na representação de [k] e [g], nunca com valor de [s] ou [ʃ], respectivamente, como acontece em português.

Jordan e Manoliu (1972) entendem que as combinações /k+w/ e /g+w/ constituem segmentos lábio-velares (/k^w/ e /g^w/ respectivamente) que contrastam com as velares correspondentes /k/ e /g/. Como os autores não apresentam pares mínimos que embasem sua proposta e o assunto é polêmico também na descrição do português – pois há fonólogos que consideram esses segmentos contrastivos na língua (BISOL, 1992, por exemplo) – optamos por não incluí-los no **Quadro 5.2**, que contém o inventário de consoantes que reflete a opinião da maior parte dos estudiosos na área.

A aspirada glotal /h/

Zágari (1988) argumenta em favor do estatuto fonológico da aspirada glotal /h/, tendo em vista a possibilidade de ela se opor a sua ausência, a exemplo de ‘/h/ ortus’ (“horto”) vs. ‘ortus’ (“correto”). Além de envolvida em poucos pares mínimos, a aspirada só aparece na posição inicial, razão pela qual acreditamos que possa ser considerada **alofone posicional** de outro segmento, certamente uma **vibrante**. Qualquer que seja a interpretação fonológica dada a esse segmento, fato relevante do ponto de vista histórico, é seu sistemático apagamento, ainda que sobreviva na escrita de inúmeras palavras do português:

habere > haver*herba* > erva*homine* > homem*hibernu* > inverno*hodie* > hoje*habile* > hábil

Alofone posicional

Variação na produção de um som devido à sua posição na cadeia fonológica ou à proximidade com outros fonemas.

Vibrante

Termo usado em referência ao tepe, /r/, e ao trill, /r/.



Diferentemente do português, em que a letra <h> não está associada a som algum em início de palavra, em latim, os vocábulos assim iniciados sempre eram produzidos com uma aspiração, o que equivale à emissão do <r> inicial de *rato*, por exemplo.

As oclusivas

Já falamos da simetria na série oclusiva. De fato, cada segmento desvozeado apresenta um vozeado correspondente (/p:/b/, /t:/d/, /k:/g/), o que não acontece na série fricativa, com apenas dois segmentos, ambos desvozeados (/f, s/). Constata-se, ainda, outra assimetria na comparação entre as oclusivas e as demais espécies de consoantes: a falta de pós-alveolares.

Como se observa no **Quadro 5.2**, a série oclusiva é a única que apresenta segmentos articulados numa área posterior à da arcada alveolar, uma vez que as nasais (/m, n/), a lateral (/l/) e as vibrantes eram todas anteriores, isto é, apresentavam articulação mais à frente na cavidade bucal.



Para relembrar como as consoantes são produzidas, consulte o site http://www.fonologia.org/fonetica_consoantes.php.

Os acréscimos consonantais do português

O **Quadro 5.3**, a seguir, sintetiza as consoantes do latim e do português, deixando fora da caixa as aquisições do português. Observe que os acréscimos fizeram com que o quadro resultante ficasse bem mais equilibrado, o que mostra que a mudança ocorreu no sentido de harmonizar as oposições consonantais:

Quadro 5.3: Aquisições do português em relação ao latim

p	b	t	d	k	G
f	v	s	z	ʃ	ʒ
m		n			ɲ
		l			l
		r			
		r			

Observe também que, com as aquisições, todas as obstruintes surdas passam a apresentar sonoras correspondentes, uma vez que o contraste de vozeamento se estendeu para as fricativas (/f:/v/, /s:/z/, /ʃ:/ʒ/). Além disso, tanto a série nasal quanto a lateral refletem o ponto de articulação pós-alveolar já existente nas oclusivas. Por isso, na introdução desta aula, dissemos que o português possui um quadro fonológico bem mais simétrico.

Se você observou atentamente o **Quadro 5.3**, imagino que possa estar se perguntando:

Que fenômenos, além da própria pressão interna em favor do preenchimento das lacunas, levaram à criação dos segmentos /v, z, ʃ, ʒ, l, ɲ/?

Antes de responder a essa pergunta, cabe, primeiramente, falar da situação das geminadas, a perda fonológica à qual nos referimos no **Quadro 5.1**.

A simplificação das geminadas

Chamamos *geminadas* às consoantes de dois tempos, isto é, consoantes de duração intrínseca duas vezes superior à das **homorgânicas** simples. Em latim, muitos segmentos contrastam com geminados correspondentes em posição intervocálica, como se vê nos dados a seguir:

<i>agger</i> (monte)	×	<i>ager</i> (campo);
<i>annus</i> (ano)	×	<i>anus</i> (anel);
<i>mollis</i> (mole)	×	<i>molis</i> (tu móis);
<i>cattus</i> (gato)	×	<i>catus</i> (cado).

O tempo na emissão das consoantes era relevante apenas na posição intervocálica, razão pela qual apresentava baixo rendimento estrutural, ou seja, não distinguia um grande número de palavras por se restringir

Homorgânicas

Consoantes que diferem numa única propriedade articulatória, como o vozeamento (ex.: /f/ e /v/).

a esse ambiente. Esse fato, aliado à rápida difusão do latim em territórios de línguas com fonologia tão diversificada, levou ao debilitamento na articulação das geminadas, fazendo-as se igualar às não geminadas correspondentes. Na verdade, a duração, traço distintivo tanto de vogais como de consoantes em latim, não foi assimilada na maior parte dos territórios conquistados. Vejam-se os exemplos a seguir:

<i>bucca</i> > boca	<i>gutta</i> > gota	<i>cippu</i> > cepo
<i>sufferere</i> > sofrer	<i>assare</i> > asar	<i>annus</i> > ano

É impossível saber qual foi o sistema fonológico do latim vulgar porque as diversas mudanças: (a) não ocorreram simultaneamente e (b) não se manifestaram uniformemente em todas as províncias conquistadas.

Por isso, faremos, daqui em diante, uma tentativa de acompanhar cronologicamente a evolução do sistema latino, na linha direta das tendências da língua falada que resultaram na gramática fonológica do português.

A situação das assilábicas

As letras <i> e <u> representavam, em latim, vogal ou consoante, a depender de sua posição no interior da sílaba. Quando pré-vocálicas, isto é, na posição de **onset** silábico, equivaliam aos *glides* /j/ e /w/: ‘iam’ (“já” - /j’já/); ‘maior’ (“maior” - /ma’jor/); ‘uaca’ (“vaca” - /waka/), ‘ouo’ (“ovo” - /owu/).

Onset

Conhecido também por *ataque* – é o constituinte da sílaba que precede o núcleo e geralmente corresponde a uma consoante. Mattoso Câmara Jr. denomina o *onset* de posição explosiva da sílaba – aquela em que se verifica um aclave em direção ao pico (núcleo), elemento que, em português, sempre é uma vogal.



Zágari (1988, p. 102-103) leva em conta os seguintes aspectos para defender o estatuto consonantal de <i> e <u> pré-vocálicos:

- O testemunho insuspeito dos gramáticos latinos. Nenhum deles, em momento algum, referiu-se a eles como constituintes de ditongos nessa posição [...].
- O aspecto distributivo acima declarado – posição pré-vocálica – é outro argumento, por ser esta, em latim, uma posição típica de consoante.

- Pelo sistema de oposição, vê-se que estes fonemas [...] não criavam oposições a vogais. A pertinência era em relação a uma outra consoante:

<i>iocus</i> : focus	<i>noua</i> : nota
<i>iactus</i> : tactus	<i>uas</i> : faz

- Os resultados românicos: [...] em todas as línguas evoluíram para consoantes.

A consonantização do *glide* /w/ data, aproximadamente, do século I d.C. (SILVEIRA, 1964). Por ser um segmento labial, contínuo e vozeado, esse segmento evolui para /v/, uma fricativa labial sonora, ou seja, /w/ perde sua articulação vocálica, mas se transforma numa consoante de articulação bastante aproximada. Em termos funcionais, já havia pressão para o preenchimento da “célula vazia” referente à homorgânica vozeada de /f/. Os exemplos a seguir comprovam a mudança /w/ > /v/:

<i>auis</i> > aves	<i>auena</i> > aveia
<i>uacare</i> > vagar	<i>uos</i> > vós
<i>uidere</i> > ver	<i>pauone</i> > pavão

Entretanto, a perda da semivogal recuada ocasionou novo desequilíbrio no sistema fonológico, já que /j/ deixou de apresentar seu par correlativo recuado. Com apenas um *glide* pré-vocálico, agora totalmente não integrado, o destino de /j/ não pôde ser diferente: sofreu consonantização em quase todas as línguas românicas, assumindo, em português, como /w/, também uma articulação contínua (fricativa) e vozeada. Sendo /j/ um segmento alto, produzido com grande elevação da língua em direção ao palato, deu origem a /ʒ/, segmento de articulação semelhante:

<i>Iesus</i> > Jesus	<i>ianuarium</i> > janeiro
<i>iurare</i> > jurar	<i>iustum</i> > justo
<i>iactus</i> > jato	<i>iam</i> > já

A criação de /ʒ/ tem, portanto, duas justificativas estruturais: de um lado, surge em decorrência da não integração de /j/ na língua, uma vez consolidada a consonantização de /w/; de outro, surge da “casa vazia”

referente a elementos pós-alveolares na série fricativa. Começa, assim, um lento e progressivo movimento em direção à simetria observada no **Quadro 5.3**.

Consoantes: do latim ao português

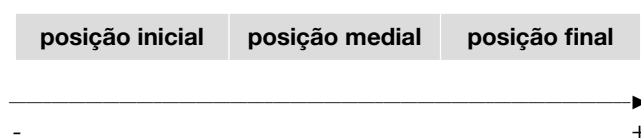
Lenização

Termo usado em referência a qualquer processo de enfraquecimento (abrandamento) articulatorio.

Dois processos caracterizam a evolução do sistema consonantal latino-português: (a) tendência à **lenização** articulatoria, isto é, ao abrandamento na realização de segmentos, e (b) aquisição da palatalização.

Os dois processos foram condicionados por ambientes fonológicos particulares. Começamos abordando a lenização.

Há uma progressiva tendência à lenização, da posição inicial à posição final da consoante no interior da palavra:



Desse modo, a lenização é mais fraca na posição inicial, em decorrência do chamado *acento de insistência*, que sempre incidia na primeira sílaba (na próxima aula, abordaremos melhor a questão). Em função disso, os segmentos iniciais tenderam à manutenção. Na posição medial, a lenização foi um pouco maior, levando a substituições ou a quedas. Na posição final, a lenização foi tão forte que levou as consoantes a atingirem o zero fonético. Confira o quadro de tendências a seguir:

Quadro 5.4: Tendência à lenização articulatoria do início ao fim do vocábulo

posição	transformação	contexto
inicial	permanecem	quando diferentes de /k,g/
	modificam	quando /k,g/ antes de /i, e/
	sonorizam	quando surdas intervocálicas
medial	caem (em geral)	quando sonoras intervocálicas
	caem	final absoluto de palavra
final	permanecem	caindo a vogal final

Como regra geral para as consoantes em início de palavra, pode-se afirmar que elas tenderam à preservação, conforme os seguintes exemplos, todos retirados de Tarallo (1990, p. 108):

/p/ = /p/: <i>pedem</i> > pé	/b/ = /b/: <i>bonum</i> > bom
/t/ = /t/: <i>tela</i> > teia	/d/ = /d/: <i>dare</i> > dar
/k/ = /k/: <i>carum</i> > caro	/g/ = /g/: <i>gutta</i> > gota
/f/ = /f/: <i>faba</i> > fava	/s/ = /s/: <i>salire</i> > sair
/m/ = /m/: <i>manun</i> > mão	/n/ = /n/: <i>nidum</i> > nenhum
/l/ = /l/: <i>luna</i> > lua	/r/ = /r/: <i>rota</i> > roda

Na série inicial, a única mudança ocorrida, fora a que aconteceu com as semivogais, envolveu as oclusivas pós-alveolares (/k, g/) precedidas de /i, e/, que, já na fase latina, como vimos, eram articuladas palatais ([c, ʝ]).



Teyssier (1997, p. 11) observa que o processo de palatalização iniciou-se já na época imperial, em quase toda a România, vindo a ocasionar, posteriormente, realizações africadas, respectivamente, [kʲi], [kʲe] e [gʲi], [gʲe].

No caso do português, as africadas surdas apresentaram comportamento diferente do das sonoras. A surda se tornou alveopalatal, [tʃ], para depois de se transformar em alveolar ([ts]), perder a oclusão e evoluir para uma fricativa ([s]). A sonora, [dʒ], por sua vez, apenas passou à fricativa (nos exemplos a seguir, lembre-se de que as letras <c> e <g>, em latim, representam os sons /k/ e /g/):

<i>ceram</i> > cera	<i>cervum</i> > cervo	<i>cito</i> > cedo
<i>gemere</i> > gemer	<i>geminum</i> > gêmeo	<i>genuclum</i> > joelho

O processo histórico que abrandou as oclusivas velares, transformando-as em fricativas, pode ser visto ainda hoje na morfologia do

português, como atestam dados do tipo ‘históri[k]o’ > ‘histori[s]ismo’ e ‘filólo[g]o’ > ‘filolo[ʒ]ia’. Desse modo, /k/ e /g/ latinos precedidos de /i, e/ têm como correspondentes em português, respectivamente, /s/ e /ʒ/. Veja-se, a seguir, a evolução completa de *ceram* e *gemere*:

ceram ([k]) > *cjeram* > *tʃera* > *tsera* > *cera* ([s])

gemere ([g]) > *gjemere* > *dʒemere* > *gemer* ([ʒ])



Câmara Júnior (1976, p. 51) afirma que “/k/ - /g/, diante de /e, i/, quando eram pós-palatais, e não velares, sofreram um processo de assimilação à vogal anterior que lhes seguia, e se tornaram anteriores, perdendo a oclusão”.

Ainda no que diz respeito à evolução de /k, g/ diante de vogais não recuadas (anteriores), pode-se afirmar que, em posição medial, o processo de assibilação se deve “à profunda, extensa e vitoriosa tendência que a língua portuguesa tem de desfazer hiatos” (CÂMARA JR., 1976, p. 76). Atuaram, nessa empreitada, vários processos fonológicos e o que nos interessa no momento é o fechamento de timbre da primeira vogal do encontro, transformando-a em *glide* e, conseqüentemente, formando um ditongo crescente, para depois desfazer a contiguidade de dois ápices silábicos por meio da mutação consonantal. Desse modo, um /ʒ/ português também pode estar associado a um /d/ latino:

lancea > *lancia* > *lancja* > *lantʃa* > *lantsa* > *lança*

video > *vedio* > *vedjo* > *vedʒo* > *vejo*

Dois outros processos fonológicos afetaram as consoantes intervocálicas: a sonorização das surdas (/p, t, k, f/) e o enfraquecimento das sonoras, sobretudo oclusivas (/b, d, g/) e líquidas alveolares (/l, n/).

As surdas intervocálicas (ambiente V_V), via de regra, se tornam vozeadas:

/p/ > /b/:

sapone > sabão; *lupum* > lobo; *sapere* > saber; *superbiam* > soberba;
capitulum > cabido

/t/ > /d/:

uitam > uida; *mutum* > mudo; *potere* > poder; *totum* > todo;
monetam > moeda; *catenam* > cadeia; *acutum* > agudo

/k/ > /g/ (se antes de /a, o, u/):

secare > segar; *dico* > digo; *pacare* > pagare; *carricare* > carregar;
acuculam > agulha; *ciconia* > cegonha

/f/ > /v/:

aurificem > ourives; *trifolum* > trevo; *profectum* > proveito;
defensam > defesa; *aurifices* > ourives

/s/ > /z/:

thesaurum > tesouro; *sponsum* > esposo; *rosam* > rosa; *ansam* > asa;
causam > causa; *mensa* > mesa

As sonoras intervocálicas lenizam e, na maior parte dos casos, sofrem síncope, isto é, caem. Na série oclusiva, admite-se ter havido um processo geral de fricativização, uma vez que inscrições do séc. IV d.C. denotam que o /b/ intervocálico era francamente articulado como segmento contínuo labial vozeado ([β]), produção encontrada no espanhol e em alguns dialetos de Portugal (SILVA NETO, 1992). Se o /b/ enfraqueceu e se transformou na fricativa bilabial [β], é provável que os demais membros de sua série, [d, g], devido à simetria, sofreram, no mesmo ambiente, análogo debilitamento, articulando-se, pois, [ɖ] (fricativa alveolar vozeada) e [ɣ] (fricativa velar vozeada).



Confira a produção desses sons no seguinte endereço eletrônico:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto_fonético_internacional.

O processo de fricativização se generalizou apenas na série labial. Isso porque a língua já dispunha de uma fricativa de articulação bem próxima, (/v/), resultante tanto da consonantização de /w/ (p. ex., *uidere* > ver) quanto do vozeamento de /f/ (p. ex., *trifulo* > trevo). Por isso mesmo, houve confluência entre os sons [β] e [v], diferentes apenas em relação ao articulador passivo (no primeiro caso, o lábio superior e, no último, os dentes incisivos superiores). Em outras palavras, o /b/ intervocálico tem como correspondente em português a consoante /v/, conforme atestam os exemplos a seguir:

<i>nébula</i> > névoa	<i>caballu</i> > cavalo	<i>habere</i> > haver
<i>trabe</i> > trave	<i>faba</i> > fava	<i>parabola</i> > palavra
<i>rabia</i> > raiva	<i>debere</i> > dever	<i>rebellare</i> > revelar

No que concerne aos demais segmentos oclusivos sonoros (isto é, /d, g/), ocorre predominantemente a queda (síncope). Com a alveolar (/d/), o cancelamento foi praticamente categórico, sendo inteiramente irrelevante a qualidade das vogais circunvizinhas:

<i>uidere</i> > ver	<i>radice</i> > raiz	<i>tradere</i> > trair	<i>gradu</i> > grau
<i>nodu</i> > <i>noo</i> > nó	<i>nudu</i> > <i>nuu</i> > nu	<i>sede</i> > sé	<i>pede</i> > pé

Quanto ao /g/, o cancelamento não foi geral, havendo preservação, substituição ou queda. Os três diferentes destinos da velar vozeada dependiam, grosso modo, dos segmentos vocálicos adjacentes. Entre duas vogais recuadas, /g/ tende à manutenção (primeira linha de exemplos). Se apenas a segunda é recuada, a queda quase sempre é o processo resultante (segunda linha):

<i>negare</i> > negar	<i>paganu</i> > pagão	<i>rogare</i> > rogar	<i>navigare</i> > navegar
<i>legale</i> > leal	<i>ligamen</i> > liame	<i>aligare</i> > aliar	<i>uagatiuu</i> > vadio



Não estamos assumindo que a mudança caminha sempre na mesma direção. Na verdade, apresentamos, aqui, as principais tendências gerais da evolução consonantal do latim ao português.

É claro que existem contra-exemplos para cada um dos processos comentados. Em *ruga*, por exemplo, espera-se a manutenção do /g/, tendo em vista a circunvizinhança de vogais recuadas. No entanto, o correspondente português é *rua*, com a queda desse segmento. Também em *plaga*, a manutenção era a tendência, mas a velar foi apagada, ocasionando a crase das vogais (*plaa*), posteriormente desfeita com a epêntese do glide /j/: *praia*.

Cabe relatar, por fim, uma última situação envolvendo a oclusiva velar sonora [g]: a lenização acompanhada de palatalização, processo semelhante ao que ocorreu com essa consoante em início de palavra. Na posição intervocálica, no entanto, o gatilho é a vogal /i/. Observe, nos dados, que a letra é a mesma, muito embora tenhamos [ʒ] em português:

rugire > *rugjire* > *rudʒire* > ru[ʒ]ir

mugire > *mugjire* > *muʒire* > mu[ʒ]ir

Frisamos que as oclusivas surdas se transformam em homorgânicas vozeadas no ambiente intervocálico. Assim, /p/ > /b/ e /f/ > /v/, por exemplo. Há duas situações, no entanto, em que o segmento surdo muda o ponto de articulação, além de se sonorizar: é o caso de /t/ e /k/, diante de /i, e/. Novamente aqui, opera o processo de africativização, descrito em Teyssier (1997): a oclusiva se transforma em africada para, logo depois, perder o início oclusivo. Nesse caso, porém, por encontrar-se em posição intervocálica, a consoante também vozeia e o resultado, nos dois casos, é [z]:

acedu > *acʼetu* > *atsetu* > *asetu* > *azedo*

ratione > *raʼione* > *ratsone* > *rason* > *razão*

O processo de sonorização foi tão geral que mesmo os grupos consonantais intervocálicos têm a primeira consoante transformada em vozeada:

capram > *cabra* *petra* > *pedra* *lacrima* > *lágrima*

Voltemos à questão do abrandamento articulatorio das consoantes na posição intervocálica. Até então, abordamos as oclusivas sonoras, mas nada dissemos a respeito das soantes (nasais e líquidas). Com as oclusivas sonoras, a lenização não se deu de modo uniforme, uma vez que implicou alteração de propriedades articulatorias (no caso de /b/ e /g/) ou queda (no caso de /d/).

Os únicos segmentos que efetivamente conservaram-se entre duas vogais são a nasal labial e as vibrantes. Também se preservaram, no interior da palavra, as consoantes em coda silábica, isto é, em posição de travamento (*superbia* > soberba, *agusto* > agosto, *legenda* > lenda). Nessa posição, apenas as oclusivas velares se vocalizaram, formando ditongos decrescentes: *regnu* > reino; *provectu* > proveito.

As soantes /l, n/ sofreram síncope no ambiente V_V, criando encontros de vogais posteriormente desfeitos de maneiras variadas, como veremos na aula seguinte.

A síncope das soantes alveolares e seus reflexos na morfologia

Na posição medial, intervocálica (V_V), a lenização atingiu mais severamente as soantes alveolares (/l, n/), que chegaram ao zero fonético, isto é, sofreram síncope. Os reflexos desse apagamento são vistos no português arcaico (séc. XII-XV), fase histórica em que se verificam encontros vocálicos variados decorrentes da queda das soantes alveolares. Observe-se, a seguir, um trecho da *Crónica de Dom Fernando Lopes*, escrivão dos livros de d. João I e do infante d. Fernando. As linhas foram aqui numeradas por conveniência:

1	Razoões desvairadas, que alguuns fallavam sobre o casamento delRei Dom Fernando
2	Quando foi sabudo pello reino, como elRei requeira de praça
3	Dona Lionor por sua mulher, e lhe beijarom a mão todos por Rãia, foi
4	o poboo de tal feito mui maravilhado, muito mais que da primeira; por
5	que ante desto nom enbargando que o alguuns sospeitassem, por o
6	grande e honroso geito que viam a elRei teer com ella, nom eram
7	porem certos se era sua mulher ou nom; e muitos duvidando, cuidavam
8	que se emfa daria elRei della, e que depois casaria segundo pertença
9	a seu real estado: e huuns e outros todos fallavam desvairadas razões
10	sobresto, maravilhamdo muito delRei nom entemder quanto desfazia
11	em si, por se contentar de tal casamento. E delles diziam que melhor
12	fezera elRei teella por tempo, e des icasar com outra mulher; mas que
13	esto era cousa que mui poucos ou ne nuhum, posto que entendessem
14	que tal amor lhe era danoso, o leixavam depois e desemparravam,
15	moormente nos manços anos. E leixadas as fallas dalguuns
16	simpreses, que em favor delleraçavam, dizendo que nom era
17	maravilha o que elRei fizera, e que ja a outros acontecera semelhavel
18	erro, avendo grande amor a alguumas mulheres; dos ditos dos
19	entendidos fundados em siso, alguma cousa digamos em breve: os
20	quaaes fallando em esto o que parecia, diziam que tal bem querença
21	era muito demgeitar, moormente nos Reis e senhores, que mais que
22	nenhuuns dos outros desfaziam em si per liança de taes amores. Ca
23	pois que os antigos derom por doutrina, que ho Rei na mulher que
24	ouvesse de tomar, principalmente devia desguar dar nobreza de
25	geração, mais que outra alguma cousa, que aquel que o contrario
26	desto fazia, nom lhe viinha de bom siso, mas de sandiça, salvo se
27	husança dos homeens em tal feito lhe emprestasse nome de sesudo: e
28	pois que elRei Dom Fernando leixava filhas de tam altos Reis; com que
29	lhe davom grandes e honrosos casamentos, e tomava Dona Lionor,
30	que tantos com trairos tiinha pera o nom ser, que bem devia seer posto
31	no conto de taes. Outros diziam, que isto era assi como door da qual
32	ao homem prazia e nom prazia, dizemdo que todollos sabedores
33	concordavam, que todo homem namorado tem huuma espeça de
34	sandiça; e esto por duas razões, a primeira por que aquello que em
35	alguuns he causa intrinseca das outras maneiras de sam diça, he em

36	estes causa de taaes amores: a segunda por que a virtude extimativa,
37	que he emperatriz das outras potências da alma acerca das cousas
38	senssivees, he tam doemte em taaes homeens, que nom julga o ogeito
39	da cousa que vee tal qual elle he, mas tal qual a elle parece; ca el jullga
40	a fea por fremosa, e aquella que traz dampno seer a elle proveitosa; e
41	por tanto todo juizo da razom he sovertido acerca de tal ogeito, em tanto
42	que qual quer outra cousa que lhe consselhem, podera bem receber;
43	mas quamto açena de tal molher a elle prazivel, cousa que lhe digam do
44	boom comsselho nom recebe, se o consselho he que a leixe e nom cure
45	delle, ante lhe faz huum acreçentamento de door, que he fora de todo
46	boom juizo; de guisa que se he tal pessoa o que comsselhou, de que
47	possa tomar vingança, tomaa assi como fez elRei Dom Fernando, que
48	mandou fazer justiça em alguuns do seu poboo, que o bem
49	comsselhavom em semelhante caso, segundo já teendes ouvido.

Fonte: Lopes [13-?]

Como você pode observar no fragmento, os encontros vocálicos oriundos do apagamento de consoantes intervocálicas, sobretudo /l, d, n/, formando hiatos, são muito frequentes neste texto do século XIII, apesar da tendência à eliminação no século XV, atestada nos poetas do final da lírica trovadoresca (TEYSSIER, 1997, p. 48). São inúmeros os exemplos de hiatos:

razões (l. 1, 9), *maão* (l. 3), *poboo* (l. 4, 48), *teella* (l. 12), *moormente* (l. 15, 21), *taaes* (l. 22, 31, 36), *quaaes* (l. 20), *boom* (l. 26, 44, 46), *homeens* (l. 27, 38), *door* (l. 31, 45), *senssivees* (l. 38), *vee* (l. 39), *teendes* (l. 49).

Os encontros vocálicos são posteriormente desfeitos pela contração das duas vogais, a exemplo de *door* > dor e *boom* > bom, pela formação de um ditongo, como em *senssivees* > *sensíveis*, ou pela intrusão de uma consoante intervocálica (*vão* > vinho). Quando uma das vogais é nasal, o resultado da contração é também uma vogal nasal: *maão* > mão, *razões* > razões.

Não é difícil verificar a consequência desses apagamentos na morfologia, o que constitui mudança encaixada, tendo em vista que implica outras mudanças. Começamos com a descrição da síncope da lateral.

O **caso lexicogênico** do português é o acusativo. Por essa razão, as formas de plural terminam em -s, por oposição à falta desse segmento no singular, como em *canale vs. canales*, *fidele vs. fideles* e *cubile vs. cubiles*. Singular e plural tiveram destinos diferentes, uma vez que o primeiro foi caracterizado pelo apagamento da vogal final /e/, o que levou à ressilabificação da lateral, que passou de *onset* a coda, isto é, travou a sílaba final recém-criada: *canale* > canal; *fidele* > fi(d)el; *cubile* > covil.

No plural, o /e/ final se preservou graças à presença do -s, que travava a sílaba de que essa vogal era núcleo. Por outro lado, o contexto em que a líquida se encontra é V_V, ambiente propício ao apagamento. Desse modo, o plural foi caracterizado pela manutenção da vogal /e/. Essa manutenção, no entanto, levou à queda da líquida /l/: *canales* > *canaes*, *fi(d)eles* > *fiées*, *coviles* > *covies*. Com o surgimento de hiatos, abundantes no português arcaico – como vimos na *Crónica de Dom Fernando Lopes* – processos fonológicos, a fim de evitar esse tipo de encontro e diminuir o número de sílabas sem *onset*, levaram ao alçamento da vogal final, criando ditongos nos dois primeiros casos (*canais*, *fiéis*) e promovendo a crase no último (*covis*). A irregularidade singular/plural em relação à manutenção da consoante lateral no singular e queda no plural tem, portanto, explicação histórica: singular e plural sofreram diferentes processos fonológicos.

Por situação semelhante passou a nasal alveolar /n/. Nesse caso, porém, esse segmento cai somente depois de nasalizar a vogal precedente. A nasalização desaparece quando as vogais posteriormente contíguas são diferentes (primeira linha) ou se encontram em posição não final (segunda linha).

ponere > *põer* > *poer* > por *bona* > *boa* > boa
generale > *gẽeral* > geral *moneta* > *mõeta* > moeda

Quando as vogais finais são diferentes, favorecendo, portanto, a desnasalização, um *glide* epentético aparece para desfazer o hiato:

avena > *avẽa* > *avea* > aveia *arena* > *arẽa* > *área* > areia

A nasalização não desaparece quando, em final de palavra, as duas vogais que favoreceram a queda da nasal são idênticas ou parcialmente idênticas (primeira leva de exemplos). A nasalização também persiste quando se desfaz o eminente hiato por meio da ditongação (segundo

Caso lexicogênico

Caso a partir do qual se desenvolvem as palavras do latim nas línguas românicas. Em português, o caso lexicogênico é o acusativo. Já em italiano, é o nominativo.

bloco de exemplos). Esse processo, como vimos, distingue as duas fases do português arcaico:

<i>ieiunu</i> > <i>jejũu</i> > <i>jejum</i>	<i>unu</i> > <i>ũu</i> > <i>um</i>	<i>fine</i> > <i>fīe</i> > <i>fīi</i> > <i>fim</i>
<i>bene</i> > <i>bēe</i> > <i>bem</i>	<i>lana</i> > <i>lāa</i> > <i>lã</i>	<i>sonu</i> > <i>sōu</i> > <i>som</i>
<i>veranu</i> > <i>verāu</i> > <i>verão</i>	<i>sanu</i> > <i>sāu</i> > <i>são</i>	<i>canes</i> > <i>cães</i>
<i>granu</i> > <i>grau</i> > <i>grão</i>	<i>panes</i> > <i>pães</i>	<i>limones</i> > <i>limões</i>

Como se vê, a queda de /n/ levou à criação de ditongos nasais, sobretudo -*ão*. No entanto, ditongos nasais também provêm da queda do /e/ final em sílaba aberta (terminada em vogal). Na *Crónica de Dom Fernando Lopes*, atestam-se alguns exemplos em que o ditongo ainda não havia sido formado, o que mostra ser a ditongação processo posterior a essa fase: *non* (l. 5), *geeraçom* (l. 25), *tam* (l. 28), *razom* (l. 45). Na verdade, são várias as terminações que culminaram no ditongo -*ão*, como vemos a seguir:

- <i>anu</i> :	<i>granu</i> > <i>grano</i> > <i>grão</i> ; <i>sanu</i> > <i>sano</i> > <i>são</i>
- <i>ane</i> :	<i>cane</i> > <i>canē</i> > <i>cān</i> > <i>cão</i> ; <i>pane</i> > <i>panē</i> > <i>pan</i> > <i>pão</i>
- <i>one</i> :	<i>latrone</i> > <i>ladronē</i> > <i>ladrōn</i> > <i>ladrão</i> ; <i>leone</i> > <i>leonē</i> > <i>leōn</i> > <i>leão</i>
- <i>udine</i> :	<i>solitudine</i> > <i>solidodīnē</i> > <i>solidōin</i> > <i>solidō</i> > <i>solidão</i>
- <i>unt</i> :	<i>sunt</i> > <i>sont</i> > <i>sōn</i> > <i>são</i>
- <i>unc</i> :	<i>intunk</i> > <i>entunk</i> > <i>entūn</i> > <i>então</i>

Por ora, vale lembrar que, também aqui, temos uma mudança encaixada, pois as diferentes terminações de plural -*ãos*, -*ães* e -*ões* são ocasionadas por questões históricas: as diferentes combinações de vogais resultantes da queda da nasal, como se observa abaixo:

<i>granus</i> > <i>grãos</i>	<i>manus</i> > <i>mãos</i>	<i>orphanus</i> > <i>órfãos</i>
<i>panes</i> > <i>pães</i>	<i>capitane</i> > <i>capitães</i>	<i>canes</i> > <i>cães</i>
<i>leones</i> > <i>leões</i>	<i>pauones</i> > <i>pavões</i>	<i>sapones</i> > <i>sabões</i>

A criação de palatais

De uma forma geral, todas as consoantes palatalizáveis, isto é, aquelas em que a língua é órgão ativo, sofreram o processo de palatalização diante da vogal /i/, seja ela resultante ou não de alçamento. Desse modo, além da já existente /ʒ/, aparecem, em português, também /ɲ/ e /ʃ/:

hodie > *hodje* > *hodʒe* > hoje *inuidea* > *invedia* > *invedʒa* > inveja
palea > *palia* > *palja* > *pala* > palha *muliere* > *muljer* > *muler* > mulher
russeum > *rossio* > *rossjo* > *roʃo* > roxo *passion* > *passion* > *paʃion* > *paɪson* > paixão

Outro segmento que se torna palatal no contexto de /i/ é a nasal alveolar. Portanto, a inclusão de /ɲ/ no quadro de consoantes se explica, primeiramente, pela tendência da língua à palatalização:

línea > *linia* > *linja* > *liɲa* > linha *uíneo* > *vinio* > *vinjo* > *viɲo* > vinho
baneo > *banio* > *banjo* > *baɲo* > banho *ingeniu* > *engenjo* > *engeɲo* > engenho
ciconea > *cegonia* > *cegonja* > *cegoɲa* > cegonha

A queda da consoante nasal e a consequente nasalização da vogal precedente também são responsáveis pelo surgimento da palatal /ɲ/, que tende a aparecer quando a vogal precedente ao /n/ sincopado é a alta anterior (/i/), gatilho da palatalização, por ser um segmento de articulação francamente palatal. Novamente aqui, a tendência ao desfazimento de hiatos e a preservação do padrão silábico CV explicam as inovações na língua. Sequências com o hiato -iV-, em que V representa qualquer vogal diferente de /i/, são encontradas no português arcaico, a exemplo de *Raia* (l. 7), *rainha*, na *Crónica de Dom Fernando Lopes*. A seguir, são dados outros exemplos:

Quadro 5.5

Latim	Fase arcaica	Fase atual
<i>galina</i>	<i>galia</i>	galinha
<i>uinu</i>	<i>vño</i>	vinho
<i>molino</i> > <i>moino</i>	<i>moño</i>	moinho
<i>camino</i>	<i>camño</i>	caminho
<i>pinu</i>	<i>pño</i>	pinho

Realizações com o hiato [ĩV] são até hoje encontradas em alguns falares brasileiros, como o baiano, por exemplo, o que mostra que a variedade de língua que chegou até nós, por ser mais arcaica, ainda não tinha consolidado o processo de epêntese de /ɲ/. Quando o /n/ latino intervocálico é subsequente ao /i/, a inserção da palatal só não ocorre nos casos em que a vogal seguinte é idêntica ou quando /i/ é breve e se transforma em /e/, como veremos na aula seguinte. Nessas duas situações, a nasal cai e a vogal precedente se realiza nasal, havendo, posteriormente, a crase:

uini > *vĩi* > *vim*

homine > *homene* > *homee* > *homem*

sine > *sene* > *sêe* > *sem*

Consoantes finais

Sem dúvida, a posição que menos resistiu à tendência à lenização articulatória foi a de coda final (final absoluto de palavra). Nesse ambiente, todas as consoantes caíram, sobretudo as oclusivas, fato que levou a rearranjos no sistema morfológico, já que /t/, por exemplo, era desinência verbal de terceira pessoa do singular:

amat > *ama*

quid > *que*

Job > *Jó*

bibit > *bebe*

ad > *a*

nec > *nem*

mutat > *muda*

vermen > *verme*

intunk > *então*

Das consoantes latinas finais, só se conservaram em português (WILLIAMS, 1961): (a) as nasais dos monossilábicos: *cum* > *com*; *in* > *em*; *quem* > *quem*; (b) o /s/ de plural: *aves* > *aves*; *caminos* > *caminhos*; *ouos* > *ovos*; (c) o /s/ de nomes próprios (*Marcus*, *Carlos*) e de advérbios (*magis* > *mais*; *minus* > *menos*).

A existência hoje de /r/ e /l/ em coda silábica é fruto de evoluções fonéticas outras, como a já aludida apócope de /e/ em final de palavra. Isso mostra que determinadas mudanças estão encaixadas em outras e, por isso, têm repercussão na língua como um todo:

male > *mal*

muliere > *mulher*

amare > *amar*

uigilare > *vigiar*

fidele > *fiel*

legale > *leal*

A queda do /e/ final, no entanto, não atingiu somente as soantes. Na verdade, afetou as alveolares (exceto a oclusiva), atingindo, igualmente, /s/. Essa consoante, no entanto, está muitas vezes relacionada a um /k/ etimológico (grafado <c>), que, como vimos, realizava-se palatal nesse ambiente e posteriormente tornou-se africado. Com a perda do início oclusivo, [ts] evolui para [s], que, assim, cria contexto para a aplicação da regra de síncope. Observe que as palavras resultantes são sempre grafadas com <z>, muito embora não sejam realizadas com a consoante sonora (trata-se apenas de convenção ortográfica):

pace > *pac'e* > *patse* > *pase* > paz

rapace > *rapac'e* > *rapatse* > *rapase* > rapaz

uorace > *vorac'e* > *voratse* > *vorase* > voraz

Grupos consonânticos

Teyssier (1997, p.16) mostra que os grupos iniciais *cl-*, *fl-* e *pl-*, com segmentos surdos precedendo a lateral, sofreram, no galego-português, um processo de palatalização de /l/: /l/ > /l/. Ele observa, ainda, que “em castelhano, a consoante inicial caiu posteriormente, tendo restado o *l* palatal, transcrito *ll*; ex.: *plaga* > *llaga*; *clave* > *llave*; *flamma* > *llama*”.

No caso do português, ressalta o autor, “a evolução foi mais profunda”, pois os grupos consonantais produzidos com a líquida palatal (/pl, tl, kl/) acabaram se transformando, por um processo natural, numa africada alveopalatal /tʃ/, uma vez que a palatalização subsequente à oclusão cria situação propícia para a realização de uma consoante complexa, com término palatal, mas início de articulação alveolar por assimilação. Com a perda do início oclusivo, cria-se a fricativa palatal /ʃ/, também desenvolvida pela palatalização de /s/ diante de /i/, como vimos:

plenu > *plenu* > *tʃeo* > cheio

flamma > *flama* > *tʃama* > chama

clamare > *clamar* > *tʃamar* > chamar

Sabemos que a mudança nem sempre toma a mesma direção. Muitas palavras com esses grupos, as mais populares, foram caracterizadas pelo rotacismo, fenômeno que, nesse caso, consiste na permuta da líquida

pelo tepe. Encontramos esse processo em realizações como *praca* (por *placa*), *frocos* (por *flocos*) e *Craúdia* (por *Cláudia*). Como se vê, o que hoje constitui produção altamente estigmatizada esteve na base da formação histórica do português:

flaccu > fraco *clauu* > cravo *placere* > prazer

Os grupos iniciais e mediais com o tepe se mantêm na evolução para o português, a exemplo de *dragão* (< *dracone*), *esfregar* (< *sfricare*) e *entrar* (< *intrare*). Os grupos mediais com a lateral podem ter a primeira consoante lenizada em ambiente V_V, ou seja, podem passar pelos mesmos processos que as consoantes simples: sonorização (*patrem* > padre; *socrum* > sogro) e fricativização (*libro* > livro). Além disso, podem, como na posição inicial, desenvolver uma fricativa palatal (*implere* > encher; *aflare* > achar, *masc(u)lus* > macho) ou passar pelo rotacismo (*implicare* > empregar, *eclesia* > igreja, *nob(i)litia* > nobreza).

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Diz a gramática de Coutinho (1938, p. 123) que os grupos consonantais *-br-*, *-cr-*, *-dr-*, *-gr-*, *-pr-* e *-tr-* apresentam, na passagem para o português, dois reflexos: um em que a forma é mantida e outro diferenciado. Analise os dados seguintes e decida se a mudança é estruturalmente condicionada e, se for o caso, explicita o condicionamento.

-br- *membru* > membro; *libru* > livro; *lib(e)rare* > livrar

-cr- *prescriptu* > prescrito; *lacrima* > lágrima

-dr- *lorandru* > loendro; *cat(h)edra* > cadeira

-fr- *sulf(u)re* > enxofre; *africu* > ábrego (arc.)

-gr- *nigru* > negro; *frangare* > cheirar

-pr- *scalpru* > escopro; *capra* > cabra

-tr- *intrare* > entrar; *putre* > podre

2. Explique o condicionamento que justifica as diferentes evoluções da oclusiva velar sonora (os pontos indicam fronteira de sílabas):

<i>e.go</i> > eu	<i>re.ga.le</i> > real	<i>a.gus.tu</i> > agosto
<i>li.ga.mem</i> > liame	<i>ro.ga.re</i> > rogar	<i>le.gen.da</i> > lenda

3. A seguir, são dados três processos fonológicos que operaram na evolução do latim para o português. Estabeleça a sucessão mais provável entre eles, justificando o ordenamento com exemplos que compõem o *corpus* dado logo abaixo.

sonorização de surdas intervocálicas

degeminação de consoantes

fricativização

<i>Corpus:</i>	<i>malum</i>	<i>abbate</i>	<i>additione</i>	<i>annus</i>
	<i>uitam</i>	<i>superbia</i>	<i>peccatu</i>	<i>pulica</i>
	<i>caballu</i>	<i>oculus</i>	<i>trabe</i>	<i>paganu</i>

Resposta comentada

1. Pelos dados, observa-se que os grupos consonantais se conservam quando vêm precedidos de consoante. A mudança atua no contexto intervocálico, situação em que a primeira consoante do grupo se torna sonora, quando surda (*putre* > *podre*), e cai quando sonora (*frangare* > *cheirar*).
2. A oclusiva sonora sofre queda quando não é recuada por uma das vogais adjacentes, a exemplo de *ego* > *eu*. Se as duas vogais circunvizinhas são recuadas, esse segmento se mantém.
3. Pelos dados, pode-se observar que degeminação não ocorreu antes dos outros dois fenômenos, pois criaria contexto tanto para que surdas se sonorizassem (em *peccato*, isso não aconteceu) quanto para que sonoras lenizassem (em *additione*, o /d/ se mantém). Do mesmo modo, a sonorização não pode ser anterior lenização, o que levaria as sonoras resultantes, quando oclusivas, a passar pelos processos que caracterizaram essa série: apagamento com (/d, g/) e confluência com /v/. Isso não ocorreu, por exemplo, com *uitam* > *vida* > **via* e *superbia* > *soberba* > **soverba*. Desse modo, a sonorização e a degeminação são processos fonológicos que ocorreram numa fase histórica posterior à fase em que se deu o processo de lenização.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. Sabe-se que o português apresenta um número elevado de ditongos decrescentes. O latim vulgar, no entanto, segundo comentam os gramáticos históricos, só dispunha do ditongo /ow/, que alternava com a vogal simples /o/ (*taurus* > *touro* ~ *toro*). Levando em conta o *corpus* abaixo, explique o surgimento de alguns ditongos decrescentes do português, analisando a evolução dos segmentos consonantais.

<i>cena</i>	<i>auena</i>	<i>paganu</i>	<i>gradu</i>	<i>malum</i>
<i>canes</i>	<i>papeles</i>	<i>profectu</i>	<i>regnu</i>	<i>capitanes</i>

2. Explique o surgimento de consoantes palatais a partir do seguinte grupo de palavras latinas:

<i>plano</i>	<i>palea</i>	<i>malea</i>	<i>vineo</i>
<i>gemere</i>	<i>baneo</i>	<i>hodie</i>	<i>passione</i>

Resposta comentada

1. Os ditongos explicam-se pela queda das soantes intervocálicas, como em *malum* > mau, e pela queda de /d/ nesse mesmo ambiente, como em *gradu* > grau. Também se explicam pela vocalização das oclusivas /k, g/ em coda silábica, a exemplo de *regnu* > reino.

2. As palatais se originaram da dissolução de grupos consonantais, como *plano* > chão, e principalmente da presença de vogal alta anterior em posição subsequente à de consoantes em que a parte anterior da língua constitui articulador ativo, como /s/ (*passione* > paixão) e /l/ (*malea* > malha). A oclusiva velar sonora também se transforma em palatal quando seguida por /e, i/, a exemplo de *gemere* > gemer.

Conclusão

Como se vê, são muitas as transformações das consoantes do latim para o português e muitas delas têm repercussão em outro componente, como o morfológico. A perda da geminação como propriedade contrastiva foi compensada pelo ganho de novas conquistas fônicas – as palatais

e novas fricativas sonoras –, o que fez com que o quadro se tornasse mais simétrico. Além disso, muitas mudanças efetuadas ao longo do tempo são encontradas hoje na forma de variações linguísticas, como é o caso da permuta de /l/ por /r/ nos grupos consonantais e a queda de consoantes finais, em realizações como *falá* (por falar) e *garage* (por garagem), por exemplo.

Resumo

Fez-se, nesta aula, a apresentação das mudanças do latim ao português no que diz respeito às consoantes. Vimos que é extremamente importante, para a descrição dos processos fonológicos envolvendo tais segmentos, observar a posição da consoante não apenas no interior da sílaba (*onset* ou *coda*), mas também – e principalmente – no interior da palavra (inicial, medial e final). Observamos que duas principais tendências caracterizam a passagem do latim ao português: a lenização e a palatalização.

A lenização foi maior na posição final, o que levou à queda de quase todos os segmentos nesse ambiente, repercutindo, inclusive, na morfologia, como veremos em aulas posteriores. Em início de palavra, a principal mudança ocorreu nos grupos consonantais, quase todos evoluídos para /ʃ/. Em posição medial, as surdas sonorizaram e as oclusivas sonoras passaram a fricativas, apresentando diferentes destinos conforme o ponto de articulação. Assim, /b/ evolui para /v/, /d/ sofre síncope e /g/ pode se manter, apagar ou se transformar em /ʒ/, a depender das vogais circunvizinhas.

As consoantes alveolares se transformaram em palatais diante de /i/, o que justifica a existência de /ɲ/ e /l/ em português. Também as fricativas alveopalatais /ʃ, ʒ/ muitas vezes resultaram da palatalização de consoantes nesse ambiente.

A aquisição de novos segmentos fez com que o quadro fonológico do português se tornasse bem mais simétrico que o do latim.

Informação sobre a próxima aula

Utilizaremos, na próxima aula, encaminhamento semelhante para descrever as mudanças ocorridas no quadro de vogais. Desse modo, algumas das questões discutidas nesta aula serão retomadas na aula

seguinte, e outras, como a criação de ditongos, serão aprofundadas com as informações referentes às mudanças vocálicas do latim ao português.

Referências

BISOL, Leda. Aspectos da fonologia atual. *Delta*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 263-283, 1992.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 1. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. *Manual de Linguística Românica*. Madrid: Gredos, 1972.

LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Fernando*. [13-?]. Lisboa: Escrip-torio, 1895-1896.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1992.

SILVEIRA, Souza da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Livros de Por-tugal, 1964.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1997.

WILLIAMS, Edwin. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961.

ZÁGARY, Mario. *Fonologia diacrônica do português*. Juiz de Fora: Ed. da Universidade, 1988.

Aula 6

Aspectos linguísticos da evolução
do latim ao português: fonologia
diacrônica (parte 2) – vocalismo

Meta

Apresentar os quadros de vogais do latim e do português, observando as principais divergências e os processos fonológicos responsáveis por tais diferenças.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais alterações no quadro vocálico do ponto de vista diacrônico;
2. comparar o quadro vocálico do latim com o do português em busca de intersecções e diferenciações;
3. reconhecer as principais alterações no ritmo e no acento lexical do ponto de vista diacrônico.

Introdução

No que diz respeito ao vocalismo, estudo das transformações sofridas pelas vogais ao longo da sua evolução histórica, pode-se afirmar que a língua portuguesa, comparativamente à latina, apresenta um quadro de segmentos menos numeroso, devido à “perda” da quantidade (oposição longo/breve) como propriedade fonologicamente relevante. Por outro lado, inovou em relação ao latim ao estabelecer oposição entre dois tipos de vogais médias – as abertas e as fechadas. Nos termos de Tarallo (1990), as “perdas” foram compensadas pelo “ganho” de novas conquistas fônicas.

Para entendermos essas perdas e ganhos ao longo do tempo, é necessário descrever as vogais de acordo com a posição que ocupam em relação ao acento, uma vez que houve uma importante alteração no ritmo, o que tornou mais marcada a oposição entre tônicas e átonas. Tomemos o latim clássico como ponto inicial de referência.

O sistema vocálico do latim clássico

O sistema vocálico latino, em sua **variedade culta ou erudita**, era constituído de dez vogais em posição tônica. Essas vogais se opunham, basicamente, por três propriedades: (a) duração (longa ou breve); (b) altura (alta, média ou baixa) e (c) recuo (anterior, central, posterior). De acordo com Maurer Jr. (1962), o /a/, longo ou breve, era sempre aberto. Nas demais vogais, ao contrário, havia correspondência entre quantidade e timbre, uma vez que as longas tendiam a se realizar como fechadas e as breves como abertas.

Como se pode ter certeza da manifestação fonética de uma língua já morta há tanto tempo, como o latim? Uma resposta convincente a essa pergunta vem do depoimento dos gramáticos, que, a exemplo de Quintiliano e Sêrvio, eram extremamente meticolosos na descrição da pronúncia de vogais e consoantes.

Variedade culta ou erudita

Variedade do latim usada pelos romanos na literatura latina clássica.



Quintiliano

Foi um romano que viveu entre 35 d.C. e 100 d.C. e se notabilizou como professor de retórica. Sua obra mais famosa é *Institutos de Oratória*, na qual descreve as funções do *grammaticus*, o profissional a quem cabia ministrar, na antiga Roma, conhecimentos relativos ao “bom” uso da linguagem.

Sérvio

Foi um romano que viveu no final do séc. IV d.C. e se destacou como um grande gramático de seu tempo. Sua obra mais famosa são os comentários sobre Virgílio.

Observem-se os seguintes comentários sobre a oposição longa/breve (FARIA, 1970):

(01) *Longa esse duorum temporum, breuem unis etiam pueri sciunt.*
(Quintiliano)

Até as crianças sabem que as longas têm dois tempos e as breves, um.

Vocales sunt quinque, a, e, i, o, u. Ex his duae, e et o, aliter sonant producta e correptae. (Sérvio)

As vogais são cinco: *a, e, i, o, u*. Dessas, duas, *e* e *o*, têm produção alterada quando breves.



O macron (¯) é um sinal diacrítico colocado sobre uma vogal para indicar que essa mesma vogal é longa (tem emissão prolongada no eixo temporal). Seu oposto é uma braquia (ˇ),

diacrítico usado para representar uma vogal breve (ou curta). Em latim, uma longa corresponde, em tempo, à duração de duas breves (FARIA, 1970).

Em latim, a duração (oposição breve/longa) marcava a oposição de vários pares de palavras, o que constitui evidência de seu estatuto fonológico:

(02)	<i>mǎlum</i> (mal)	×	<i>mālum</i> (maçã)
	<i>lēuo</i> (erguer)	×	<i>lēuo</i> (aplainar)
	<i>līber</i> (livro)	×	<i>līber</i> (livre)
	<i>nōta</i> (marca)	×	<i>nōta</i> (conhecida)
	<i>lūtum</i> (lodo)	×	<i>lūtum</i> (amarelo)

Além disso, a quantidade distinguia o nominativo e o ablativo da primeira declinação. Por exemplo, uma palavra como *rosă*, com vogal final breve, relacionava-se ao caso nominativo e, portanto, correspondia ao sujeito da sentença. A forma *rosā*, com vogal longa, manifestava o caso ablativo e tinha, na sentença em que ocorria, função de adjunto adverbial. Em (03), a seguir, dependendo da quantidade das vogais finais de *magna* (grande) e *pugna* (batalha), havia interpretações completamente distintas, uma vez que as funções sintáticas se alteravam radicalmente. Os exemplos são de Zágari (1988).

(03) *Sic magn/ă/ pugn/ă/ extrincta est.*

Assim se extinguiu uma grande batalha.

Sic magn/ā/ pugn/ā/ extrincta est.

Assim se extinguiu numa grande batalha.

Como se vê, se *magna* e *pugna* terminam em /ă/, correspondem ao sujeito (estão no nominativo), o que leva à interpretação de que foi a batalha que se extinguiu. Se essas mesmas palavras terminam em /ā/, sinalizam o caso dativo e, por isso, caracterizam o lugar em que algo ou alguém (o sujeito não está explícito) se extinguiu numa batalha (adjunto adverbial).

As vogais latinas também se diferenciam pelo recuo, pois havia contraste entre anteriores e posteriores (04a) e pela altura (oposição entre altas e médias, por exemplo), como se vê em (04b):

(04) a. *mētum* (medo) × *mōtum* (movimento)

b. *tōtum* (todo) × *tūtum* (seguro)

As dez vogais do latim clássico são dispostas como na **Figura 6.1**, o triângulo cardeal, que didaticamente representa a abertura da cavidade bucal e a área aproximada de articulação de cada vogal ao longo do espaço entre a língua e o palato.

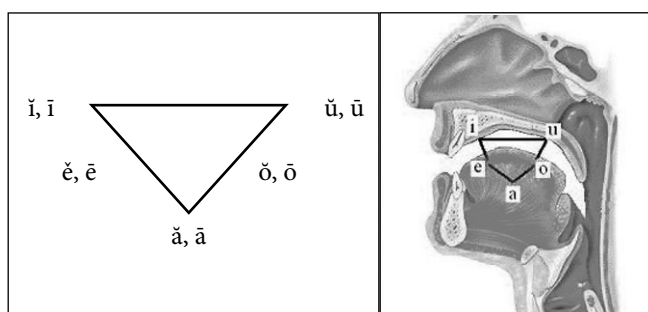


Figura 6.1: Sistema vocálico do latim clássico.

Cada vogal da variedade culta é devidamente classificada como:

/ă/: vogal baixa, central, breve;

/ā/: vogal baixa, central, longa;

/ĕ/: vogal média, anterior, breve;

/ē/: vogal média, anterior, longa;

/ĭ/: vogal alta, anterior, breve;

/ī/: vogal alta, anterior, longa;

/ŏ/: vogal média, posterior, breve;

/ō/: vogal média, posterior, longa;

/ŭ/: vogal alta, posterior, breve;

/ū/: vogal alta, posterior, longa.

Na próxima seção, comparamos o ritmo das variedades culta e popular com o objetivo de mostrar de que maneira o acento se manifestava nos dois “latins” e o motivo pelo qual passou a influenciar diretamente a qualidade das vogais.

Ritmo e acento: latim clássico e latim vulgar

De acordo com Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1976), não foram as línguas neolatinas que neutralizaram a oposição de quantidade, tão produtiva no latim clássico. Nas palavras de Tarallo (1990, p. 95), “já no latim vulgar a quantidade das vogais havia perdido a função distintiva, dando lugar a um sistema prosódico acentual que se tornaria fonêmico nas línguas românicas”. Câmara Jr. (1976, p. 40) é ainda mais contundente ao ressaltar a relação entre acento e qualidade vocálica:

A intensificação do acento destruiu esse delicado jogo quantitativo no latim vulgar. Ao mesmo tempo, as vogais passaram a ser condicionadas pela incidência ou não do acento. Assim se eliminou a quantidade como traço vocálico distintivo e se estabeleceram três quadros diversos para as vogais, conforme tônicas, pretônicas ou átonas finais.

Pela citação, percebe-se que o latim vulgar neutralizou a oposição de quantidade – traço de difícil assimilação para falantes de línguas tão variadas com que os romanos entraram em contato durante as conquistas. Em compensação, houve modificação no ritmo da variedade culta, fazendo com que o acento deixasse de ser foneticamente regulado pela duração das sílabas e passasse a ser fonologicamente determinado pela intensidade.



Perceba que o acento, extremamente previsível e determinado pelo peso da penúltima sílaba, passou a relativamente imprevisível, manifestando-se, sobretudo, pela intensidade, o que tornou mais marcada a oposição entre tônicas e átonas (e mesmo entre átonas).

Maurer Jr. (1962, p. 65) observa que, no latim clássico, todas as sílabas são pronunciadas com igual intensidade, sendo a tônica emitida num tom mais alto. Em favor de tal posição, o autor apresenta os seguintes argumentos:

- a métrica latina possuía ritmo quantitativo, não havendo tratamento diferenciado para sílabas tônicas e átonas;
- autores do período clássico aplicavam com correção o sistema quantitativo de vogais latinas;
- a própria descrição do acento feita por gramáticos antigos caracterizava o ritmo dessa variedade como predominantemente silábico.



Em todas as línguas a fala possui um ritmo, que se encaixa em um de [dois] tipos. No ritmo silábico, caso do francês e do espanhol, as sílabas têm todas a mesma duração. No ritmo acentual, as sílabas têm durações diferentes, mas o intervalo de tempo entre as sílabas tônicas é regular. É o caso da língua inglesa (RITMO, 2016).

Ainda de acordo com Maurer Jr. (1962, p. 66), não é fácil estabelecer uma data precisa para o surgimento do acento de intensidade no latim vulgar. A respeito da coexistência dessas diferentes manifestações do acento, o autor nos apresenta evidências de que “o acento no latim urbano era entonado da mesma forma que o fazia o grego”, língua de ritmo silábico. Salienta, por fim, que havia uma clara oposição “à fala rústica (vulgar) do entorno da cidade de Roma”, cujo ritmo, ao que tudo indica, era acentual.

Na variedade culta, não havia oxítonas. A esse respeito, assim se posiciona Quintiliano (1º séc d.C.): “*ultima syllaba nec acuta*” (a última sílaba nunca é aguda – leia-se acentuada). Como o acento não incide em sílabas finais, dissílabos são sempre paroxítonos (as tônicas, doravante, estarão sublinhadas), seja a sílaba acentuada leve ou pesada: *fāctu* (fato), *lŭpu* (lobo), *rēte* (rede), *cĭtu* (cedo), *brĕues* (breves), *cæcu* (cego), *nĕrvii* (nervo), *fĭcu* (figo). Sílabas leves são sílabas sem coda (consoante em posição de travamento, pós-vocálica) e com núcleo preenchido por vogal breve, a exemplo das sílabas iniciais de *lŭpu* (lobo) e *cĭtu* (cedo).

Sílabas pesadas, por sua vez, ou apresentam um constituinte em coda, como *něrviu* (nervo) e *făctu* (fato), ou apresentam vogal longa no núcleo, a exemplo de *rēte* (rede) e *fīcu* (figo).

Nas palavras trissilábicas e polissilábicas, o acento podia incidir na penúltima ou na antepenúltima sílaba, a depender do peso da penúltima. Se essa sílaba fosse pesada (isto é, apresentasse coda e/ou vogal longa no núcleo), o resultado era uma palavra paroxítona. Caso contrário, isto é, se a penúltima sílaba fosse leve (não apresentasse coda e tivesse núcleo preenchido por vogal breve), o resultado era uma proparoxítona:

(05)	paroxítonas	proparoxítonas
	<i>scū<u>t</u>u</i> (escudo)	<i>pul<u>i</u>ca</i> (pulga)
	<i>sup<u>ě</u>rbia</i> (soberba)	<i>acucū<u>l</u>a</i> (agulha)
	<i>caritā<u>t</u>e</i> (caridade)	<i>lep<u>ö</u>re</i> (lebre)
	<i>secr<u>ē</u>tu</i> (segredo)	<i>persī<u>c</u>u</i> (pêssego)
	<i>prof<u>ě</u>ctu</i> (proveito)	<i>virī<u>d</u>e</i> (verde)
	<i>ec<u>l</u>ēsia</i> (igreja)	<i>regū<u>l</u>a</i> (regra)
	<i>magī<u>s</u>ter</i> (mestre)	<i>int<u>ě</u>gru</i> (inteiro)
	<i>sp<u>ě</u>ctrum</i> (fantasma)	<i>calī<u>d</u>u</i> (quente)
	<i>adu<u>ě</u>rsu</i> (avesso)	<i>debī<u>t</u>a</i> (dívida)
	<i>amā<u>t</u>u</i> (amado)	<i>popū<u>l</u>os</i> (povos)

O acento era previsível na variedade culta porque as palavras podiam ser paroxítonas e proparoxítonas, classificação determinada tanto pelo tamanho do vocábulo (dissílabos) quanto pelo peso da penúltima sílaba (trissílabos e polissílabos). Vale lembrar que as geminadas participam de duas sílabas, sendo *onset* da última e coda da penúltima, o que torna essa sílaba pesada e, portanto, acentuada (seja a vogal breve ou longa):

(06)	<i>spīss<u>u</u></i> (fino)	<i>uerecūnn<u>i</u>a</i> (vergonha)
	<i>capīll<u>u</u></i> (cabelo)	<i>st<u>ě</u>lla</i> (estrela)

O quadro que segue resume o comportamento do acento na variedade culta:

Quadro 6.1: Posição do acento no latim clássico

Última sílaba	Duas sílabas	Três ou mais sílabas	
Jamais acentuada	Acento na primeira sílaba (leve ou pesada)	Penúltima pesada	Penúltima leve
		Acento nesta sílaba	Acento na anterior
	<i>sōcru, prātu</i>	<i>marītu, aduērsu</i>	<i>apicūla, barbāru</i>

Já dissemos que o latim vulgar não conservou a oposição de quantidade do clássico e inovou em relação a essa variedade no que diz respeito ao ritmo, que passou de silábico a acentual. O que os autores – Câmara Jr. (1976), Maurer Jr. (1962), Tarallo (1990), para citar apenas alguns – chamam de “fonologização do acento de intensidade” levou a uma série de alterações no vocalismo átono já no próprio latim vulgar.

Em primeiro lugar, um processo fonológico já comentado na aula anterior – apócope do /e/ final, longo ou breve, subsequente a segmentos contínuos alveolares, ou seja, /n, l, s, r/ – provocou a ressilabificação da última consoante, que passou de *onset* a *coda*, e, com isso, tornou a sílaba final acentuada, dando origem a palavras oxítonas:

(07) *amāre* > *amar* *fidēle* > *fiel* *leōne* > *leon* *crūce* > *cruz*
potēre > *poder* *legāle* > *legal* *cāne* > *can* *fāce* > *faz*
debēre > *dever* *anēle* > *anel* *pāne* > *pan* *lūce* > *luz*
colōre > *color* *canāle* > *canal* *ratiōne* > *ration* *rapāce* > *rapaz*

Por outro lado, como bastante atestado no Appendix Probi, as proparoxítonas tendiam a se realizar como paroxítonas, em função da síncope de vogais em sílaba postônica (os números a seguir são das próprias glosas; há, na lista, inúmeros outros casos, além dos exemplificados aqui):



Appendix Probi

Lista de 227 correções em que se confrontavam, lado a lado, as duas variedades de língua, num esquema do tipo “diga X não diga Y”.

- (08) 3. *Speculum non speclum.*
 4. *Masculus non masclus.*
 5. *Vetulus non veclus.*
 8. *Articulus non articlus.*
 10. *Angulus non anglus.*
 36. *Barbarus non barbar.*
 53. *Calida non calda.*
 54. *Frigida non fricda.*
 201. *Viridis non virdis.*

Pode-se perceber, até aqui, que o acento não mudou de lugar de uma variante para a outra; o que ocorreu foi o enfraquecimento das átonas, que caíram e, com isso, modificaram a estrutura da sílaba e, consequentemente, a posição da tônica. Casos efetivos de deslocamento do acento, no entanto, foram comuns quando as sílabas finais apresentavam *onset* complexo (grupo consonantal). Nessa situação, especificamente, ocorreu o fenômeno da diástole – deslocamento do acento para a sílaba seguinte:

- (09) *colūbra* > *colobra* (cobra) *teněbras* > *tenebras* (trevas)
intěgru > *integru* (inteiro) *cathědra* > *catedra* (cadeira)

Ao que tudo indica, o latim vulgar tendeu à rejeição a proparoxítonas, do mesmo modo em que tornou ainda mais frequente a incidência do acento na penúltima sílaba. Além disso, reconheceu o acento nas

sílabas finais, desde que essas terminassem nas seguintes codas alveolares: /n, l, s, r/. Por tudo isso, o acento realmente fonologizou na variedade popular. O **Quadro 6.2** resume o comportamento do acento no latim vulgar:

Quadro 6.2: Posição do acento no latim vulgar

Antepenúltima sílaba	Penúltima sílaba	Última sílaba
Pouco acentuada (ou não acentuada)	Acentuada como na variedade culta <i>boni<u>t</u>ate, pr<u>a</u>tu</i>	Acentuada em função da apócope de /e/ <i>ap<u>r</u>i</i>
Glosa 149 do <i>Appendix Probis</i> : <i>p<u>ē</u>rs<u>i</u>ca non p<u>e</u>ssica? p<u>e</u>ss<u>i</u>ca?</i>	Resultado da síncope: Glosa 142 do <i>Appendix Probis</i> : <i>st<u>ā</u>b<u>ū</u>lum non st<u>a</u>blum</i> Resultado da diástole: Glosa 177 do <i>Appendix Probis</i> : <i>c<u>ō</u>l<u>ū</u>bra non col<u>o</u>bra</i>	<i>ap<u>r</u>i</i> le > <i>ap<u>r</u>i</i> l <i>rap<u>ā</u>ce</i> > <i>rap<u>a</u>z</i> <i>serm<u>ō</u>ne</i> > <i>sermon</i>

Em relação às vogais, é extremamente difícil determinar de que maneira a oposição longa/breve se desfez, de fato, uma vez que o latim vulgar não foi uniforme. Ele abarcou inúmeras variedades diatópicas (relacionadas às diferentes regiões em que o latim foi falado) e diastráticas (relacionadas aos variados grupos sociais que tinham o latim como língua nativa ou de cultura).

Na **Figura 6.2**, aparecem as correlações entre as vogais do latim clássico e do latim vulgar:

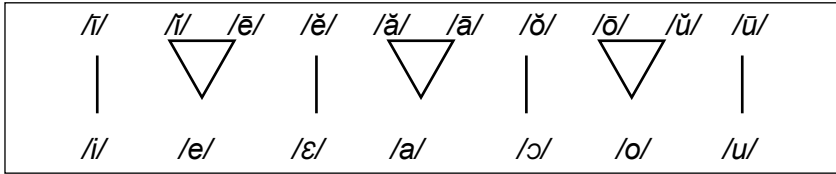


Figura 6.2: Correlações entre as vogais do latim clássico e do latim vulgar.

Como Zágari (1988), acreditamos que esse esquema de correlações de modo algum pode caracterizar o latim vulgar como um todo, uma vez que (a) nem todas as línguas neolatinas apresentam médias abertas;

(b) a reinterpretação da quantidade ocorreu de modo diferenciado nas várias línguas evoluídas do latim vulgar; e (c) a escolha desse esquema “tem sabor pessoal e torna-se preconcebido, pois o situa como prioritário por continuar as línguas românicas ditas ‘mais civilizadas’.” (p. 69).

Porém, se considerarmos que o esquema representa a variedade de língua latina evoluída para o português, a **Figura 6.2** torna-se mais consistente, pois, de fato, as vogais breves têm correspondentes mais baixos em nossa língua (*lŭtum* > l[o]do; *cĭtu* > c[e]do). Além disso, as médias breves estão na base da criação das médias abertas /ɛ/ e /ɔ/ (*mĕle* > m[ɛ]l; *rĕta* > r[ɔ]da) e também sofreram um processo fonológico muito comum na transição latim-português: a metafonía.



Metafonia e harmonização vocálica

A metafonía é um processo de assimilação a distância que envolve vogais. Esse fenômeno fonético e fonológico consiste na alteração do timbre de uma vogal tônica pela influência de outras vogais próximas. Trata-se, portanto, de uma espécie de harmonização vocálica, pois uma vogal exerce pressão para que outra, em sílaba adjacente, aproxime-se dela em algum aspecto articulatorio.


Na harmonização vocálica, a pressão parte da tônica, a exemplo do que ocorre na palavra *coruja*, em que a pretônica tende a realizar-se alta, [u], em decorrência da presença de uma alta, [i], na tônica.

A reinterpretação da quantidade pela altura acarretou a neutralização (perda de contraste) entre altas breves e médias longas, ambas realizadas como médias fechadas, a exemplo de *sĭccu* > s[e]co, *placĕre* > praz[e]r (vogais anteriores) e *lŭpu* > l[o]bo, *flōre* > fl[o]r (vogais posteriores). Outra diferença relevante é a confluência das vogais baixas (*pāce* > p[a]z, *āqua* > [a]gua), agora realizadas como um único segmento, /a/.


Por fim, temos a grande inovação em relação ao latim culto: a existência de médias abertas, fruto da evolução das médias breves, como em *dēce* > d[ɛ]z e *lōcu* > l[ɔ]go. A seguir, apresentam-se exemplos de cada correspondência estabelecida na **Figura 6.2**:

(10)


/i/ > /i:/ *fīcu* > f[i]go; *amīcu* > am[i]go; *uicīnu* > viz[i]nho; *uīta* > v[i]da

/ĩ/  /e/:
/ẽ/ *cītū* > c[e]do; *sīccu* > s[e]co; *pīllu* > p[e]lo; *nīgru* > n[e]gro
crēdo > cr[e]io; *sapēre* > sab[e]r; *placēre* > praz[e]r

/ě/ > /ɛ:/ *sěpte* > s[ɛ]te; *fěrru* > f[ɛ]rro; *děce* > d[ɛ]z; *pětra* > p[ɛ]dra

/ā/  /a/:
/ǣ/ *pāce* > p[a]z; *grātia* > gr[a]ça; *locāle* > lug[a]r; *ānsa* > [a]sa
ǣqua > [a]gua; *lǣtu* > l[a]do; *ǣues* > [a]ves; *mǣre* > m[a]r

/ū/ > /u:/ *cūio* > c[u]jo; *acūtu* > ag[u]do; *uirtūte* > virt[u]de; *frūctu* > fr[u]to

/ü/  /o/:
/ō/ *mūsca* > m[o]sca; *tūrri* > t[o]rre; *crūsta* > cr[o]sta; *lūpu* > l[o]bo
scōpa > esc[o]va; *famōsu* > fam[o]so; *colōre* > c[o]r; *flōre* > fl[o]r

/ö/ > /ɔ:/ *prōba* > pr[ɔ]va; *nōtūla* > n[ɔ]doa; *lōcu* > l[ɔ]go; *pōtet* > p[ɔ]de

As correspondências exemplificadas de modo algum devem ser interpretadas como categóricas; antes, têm de ser vistas como tendências gerais de evolução que podem não ocorrer por diversos fatores, desde condicionamentos fonológicos a motivações de ordem morfológica ou mesmo lexical (isso sem contar os contraexemplos de difícil explicação). Nosso propósito, portanto, é o de descrever os casos mais regulares, explicando as exceções sempre com base em fatores fonológicos.

Vogais tônicas: do latim ao português

Na série tônica, as correspondências apresentadas na **Figura 6.2** podem não ocorrer em função da metafonía.

Na metafonía, uma vogal átona é o gatilho da modificação da tônica. Silveira (1964) salienta que as átonas finais, por desempenharem importantes funções morfológicas na língua, acabaram influenciando a realização das tônicas. Desse modo, a metafonía, numa perspectiva histórica, corresponde à mudança no curso normal de evolução das vogais tônicas por influência das átonas finais.

Ressaltamos que as médias breves, /ĕ, ǝ/, têm correspondentes abertos em português, /ɛ, ɔ/. No entanto, há situações em que essas vogais evoluem para fechadas, quando a átona subsequente é alta. Nos dados a seguir, ocorre o alçamento da tônica em um grau, ou seja, a esperada média aberta realiza-se como fechada, como se vê nos exemplos e na representação via triângulo cardeal:

- (11) *mētum* > m[e]do *fōrtia* > f[o]rça
pěrsicu > p[e]ssego *iōcu* > f[o]go
pěrdita > p[e]rda *cōrpu* > c[o]rpo
prētiu > pr[e]ço *hōdie* > h[o]je
cerēsia > cer[e]ja *fōlia* > f[o]lha

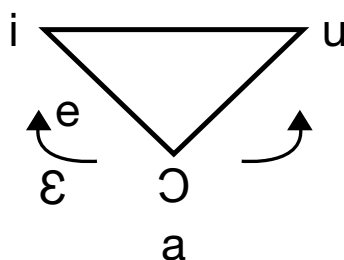


Figura 6.3: Alçamento por metafonía (um grau): de média aberta à média fechada.

Médias longas, /ē, ō/, também se elevaram quando seguidas de /i, u/, igualmente caracterizando o alçamento em um grau:

- (12) *dēbīta* > d[i]vida *testemōnia* > testem[u]nha
fēci > f[i]z *pōtuit* > p[u]de
vēni > v[i]m *pōsui* > p[u]s

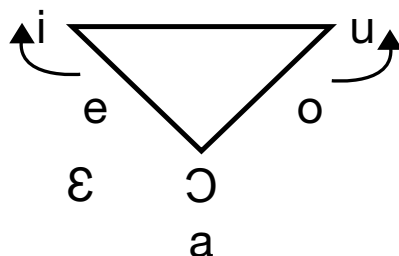


Figura 6.4: Alçamento por metafonia (um grau): de média fechada à alta.

O alçamento pode ser de dois graus. Nos verbos, as altas finais longas fazem com que uma média breve evolua para uma alta, sendo caracterizada, portanto, por uma dupla subida em relação ao correspondente esperado:

- (13) *fērīo* > f[i]ro *dōrmīu* > d[u]rmo
sērūio > s[i]rvo *pōtūt* > p[u]de
sēqūo > s[i]go *cōmplīo* > c[u]mpro

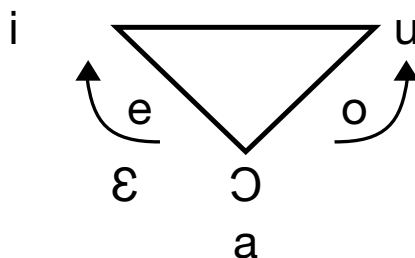


Figura 6.5: Alçamento por metafonia (dois graus): de média aberta à alta.

O fenômeno da metafonia explica o comportamento de vários pares de palavras com flexão de gênero e/ou de número redundante, ou seja, marcada pelo acréscimo de partículas morfológicas específicas (o -s de plural e o -a de feminino) e pela alternância de vogais no radical.

Como se vê nos exemplos a seguir, o masculino caracteriza-se pela presença de vogais fechadas, e o feminino e o plural, de vogais abertas. Câmara Jr. (1976) denomina essa alternância de *submorfêmica*:

(14)	[o]	[ɔ]	[ɔ]
	porco	porca	porcos
	novo	nova	novos
	morto	morta	mortos
	grosso	grossa	grossos
	fogo		fogos
	povo		povos
	ovo		ovos
	osso		ossos

Do ponto de vista histórico, as formas marcadas são as de masculino e singular, uma vez que foram elas – e não as de feminino e plural – que sofreram o fenômeno da metafonía, pois terminavam em vogal alta, gatilho do processo. Formas femininas e plurais não finalizavam em altas; por isso mesmo, as médias breves seguiram o curso normal de evolução, apresentando correspondentes abertos. Desse modo, o termo “plural metafônico” não é inteiramente adequado, numa perspectiva histórica. Observe-se que, em latim, as tónicas eram idênticas:

(15)	masculino	feminino	plural
	<u>p</u> ōrcu > p[o]rco	<u>p</u> ōrca > p[ɔ]rca	<u>p</u> ōrcos > p[ɔ]rcos
	<u>m</u> ōrtu > m[o]rto	<u>m</u> ōrta > m[ɔ]rta	<u>m</u> ōrtos > m[ɔ]rtos
	<u>n</u> ōuu > n[o]vo	<u>n</u> ōua > n[ɔ]va	<u>n</u> ōuos > n[ɔ]vos
	<u>i</u> ōcu > j[o]go		<u>i</u> ōcos > j[ɔ]gos
	<u>p</u> ōpŭlu > p[o]vo		<u>p</u> ōpŭlos > p[ɔ]vos

A metafonía também atuou no sentido de tornar as vogais tónicas mais baixas. Isso ocorreu quando a átona final era /a/, segmento com maior grau de abertura. Nos pronomes femininos, por exemplo, a alta

breve tônica, /i/, deveria apresentar /e/ como correspondente, mas a presença de /a/ na sílaba final promove o abaixamento para /ɛ/:

- (15) *īsta* > [ɛ]sta *īlla* > [ɛ]la
īpsa > [ɛ]ssa *accuīlla* > aqu[ɛ]la

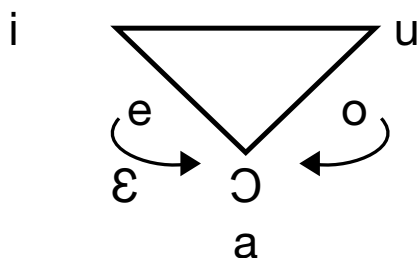


Figura 6.6: Abaixamento por metafoia (um grau): de média fechada à média aberta.

Comportamento semelhante aparece em outras formas cujo resultado seria uma média fechada, haja vista que a forma latina apresentava, na tônica, uma média longa, /ē, ō/:

- (16) *rēgūla* > r[ɛ]gra *hacōra* > ag[ɔ]ra
monēta > mo[ɛ]da *fōrma* > f[ɔ]rma
aphotēca > bod[ɛ]ga *hōra* > h[ɔ]ra

A metafoia foi, portanto, um processo fonológico bastante geral na evolução latim-português, só deixando de atuar quando o alvo do processo (a vogal tônica) aparecia antes de uma geminada, a exemplo do que ocorre com *fērrum* > f[ɛ]rro e *martēllum* > mart[ɛ]lo.

Há, além da metafoia, outra situação que modifica o comportamento das tônicas: o fechamento de médias breves em função da contiguidade com um *glide*, seja ele oriundo de uma oclusiva vocalizada, como nos exemplos a seguir, ou resultante da dissolução de hiatos (*mĕ.u* > m[e]u), alguns formados pela queda de consoantes intervocálicas (*ĕgo* > [e]u):

- (17) *pěctu* > p[e]ito *nöcte* > n[o]ite
rěgnu > r[e]ino *öcto* > [o]ito
profěctu > prov[e]ito *döcto* > d[o]utor

Vogais átonas: do latim ao português

Ensina-nos Câmara Jr. (1976) que, com a fonologização do acento de intensidade, há uma gradação de atonicidade entre pretônicas e postônicas, sendo as últimas bem mais débeis que a primeira. Desse modo, é de se esperar que as pretônicas resistam mais à ação das mudanças que as postônicas. De fato, vogais iniciais átonas tendem à manutenção, exceto quando desapoiadas, isto é, quando formam sílabas sozinhas, sem consoante em *onset* ou *coda*. Nessa situação, o apagamento, isto é, a *aférese*, foi o resultado mais comum:

- (18) *acūme* > gume *inamorāre* > namorar *Olispōna* > Lisboa
inōdio > nojo *attōnitu* > tonto *epīgru* > prego
insānia > sanha *episcōpus* > bispo

Muitas vezes, vogais iniciais desapoiadas, quando /o/ ou /a/, acabaram se confundindo com o artigo definido, inovação do português em relação ao latim. Num claro processo de reanálise, o falante interpreta um nome como um sintagma nominal constituído de artigo + substantivo. Por isso mesmo, processa a decomposição e extrai a vogal inicial interpretada como artigo definido:

- (19) *abbatīna* > batina *aphotēcam* > bodega
opacūm > baço *horolōgio* > relógio

Acréscimos de vogal inicial também podem ser explicados por analogia, tendo o artigo definido se acoplado ao nome seguinte, num processo chamado **prótese** (20a). Esse mesmo /a/ pode ser oriundo, também, das preposições latinas *ab* e *ad*, que se prefixaram à palavra seguinte, originando uma sílaba (20b):

Prótese

Acréscimo de letra ou sílaba no início da palavra (mostrar > amostrar).

- (20) a. *mōra* > *amora* *minācia* > ameaça
 b. *ad pōst* > após *ad cīma* > acima
 ad maniāna > amanhã *ad īllic* > ali
 ad cāntum > acento *ad mirāre* > admirar

Um caso categórico de inserção de vogal inicial é o de /e/ antes do grupo consonantal latino *sC-*, em que C representa uma consoante oclusiva surda (/p, t, k/). Pode-se entender, por esse processo de prótese, que a língua passa a impor restrições a determinadas combinações no interior da sílaba, o que determinará outras mudanças no vocalismo átono, como mostraremos na sequência:

- (21) *stēllam* > estrela *scūtu* > escudo *spātiu* > espaço
 stāre > estar *scālae* > escala *spēcies* > espécies
 spōnso > esposo *spēcūlum* > espelho *spīssu* > espesso

Como a sequência *es-* tornou-se produtiva na língua, muitas palavras de articulação aproximada, por analogia, modificaram suas sílabas iniciais (COUTINHO, 1938, p. 103): *auscultāre* > *ascuitar* (arcaico) > escutar; *abscondēre* > *asconder* (arcaico) > *esconder*; *aestimāre* > *estimar*; *aestīvo* > estio.

Vogais pretônicas mediais podem sofrer apagamento num processo chamado *síncope*. Nesse particular, comportam-se da mesma maneira que as postônicas não finais, estas últimas encontradas em palavras proparoxítonas. Vimos que o latim vulgar evitava proparoxítonas, seja processando a diástole (*tēnēbras* > *tenebras*), seja suprimindo vogais contíguas ao acento (*pūlica* > pulga).

Vogais átonas mediais, pretônicas ou postônicas, caíram sempre que as condições de boa formação silábica o permitiram, isto é, (1) quando o resultado da queda é um grupo consonântico constituído de líquida (/l, r/) na segunda posição ou (2) quando a consoante dita flutuante (sem lugar na sílaba, devido ao apagamento do núcleo) pode ocupar a posição de coda, nesse caso, /l, n, s, r/. Em (22a), apresentam-se exemplos de pretônicas e em (22b), de postônicas:

(22)	onset complexo	consoante em coda
a.	<i>labor<u>ā</u>re</i> > lavar	<i>honor<u>ā</u>re</i> > honrar
	<i>aper<u>i</u>re</i> > abrir	<i>uerit<u>ā</u>te</i> > verdade
	<i>oper<u>ā</u>riu</i> > obreiro	<i>cabalic<u>ā</u>re</i> > cavalgar
	<i>cooper<u>i</u>re</i> > cobrir	<i>delic<u>ā</u>to</i> > delgado
	<i>compar<u>ā</u>re</i> > comprar	<i>bonit<u>ā</u>te</i> > bondade
b.	<i>par<u>ā</u>bōla</i> > palavra	<i>am<u>ā</u>rīcu</i> > amargo
	<i>ōp<u>ě</u>ra</i> > obra	<i>g<u>ē</u>n<u>ě</u>ro</i> > genro
	<i>r<u>ě</u>g<u>ū</u>la</i> > regra	<i>u<u>ī</u>r<u>i</u>de</i> > verde
	<i>l<u>ī</u>tt<u>ě</u>ra</i> > letra	<i>c<u>ō</u>m<u>i</u>te</i> > conde
	<i>ā<u>l</u>t<u>ě</u>ru</i> > outro	<i>m<u>ā</u>n<u>i</u>ca</i> > manga

Resta tratar, ainda, das postônicas finais. De um modo geral, as vogais se conservaram nessa posição, exibindo o que pode ser chamado de *efeito de borda*: a margem direita da palavra, por vincular-se à flexão, acabou se tornando menos propensa à ação das mudanças, ainda que o quadro de vogais seja reduzido a apenas três segmentos nessa posição (CÂMARA JR., 1976): /a, i, u/. Nesse ambiente, como já abordamos, somente a vogal latina /e/ sofre apócope e dá origem a palavras oxítonas:

(23)	<i>ap<u>r</u>i<u>le</u></i> > abril	<i>rap<u>ā</u>ce</i> > rapaz	<i>īn<u>tr</u>ā<u>re</u></i> > entrar
	<i>am<u>ā</u>re</i> > amar	<i>fid<u>ē</u>le</i> > fiel	<i>sap<u>ō</u>ne</i> > sabon

Ditongos: do latim ao português

O latim clássico apresentava duas semivogais: /j/ e /w/. Esses segmentos se consonantizaram, isto é, perderam a articulação vocálica já no latim vulgar, como vimos na aula passada. Além disso, não formavam ditongos na modalidade erudita porque apresentavam valor de consoante. Nessa variedade de latim, só havia quatro ditongos: /æ/, /œ/, /ew/ e /aw/. A tendência para reduzir-se a vogais simples remonta ao próprio latim vulgar, no qual se encontram, no *Appendix Probi*, formas como *cēlebs* (por *caelebs*), *sēpis* (por *saepis*) e *clostro* (por *claustrum*). O português, comparativamente ao latim, apresenta um número consideravelmente

maior de ditongos, o que nos conduz, de imediato, às seguintes questões: de onde provêm e como foram formados os ditongos decrescentes do português?

Em linhas gerais, todos os ditongos latinos desapareceram no latim vulgar. Os ditongos que surgem nas línguas românicas são, via de regra, derivados de transformações fonéticas, tendo, portanto, origem não propriamente latina. Em português, o ditongo /æ/ monotonga e apresenta dois destinos diferentes conforme a posição que ocupe em relação ao acento. Caso figure em sílaba acentuada, evolui para uma média anterior aberta, [ɛ]; caso esteja em sílaba pretônica, resulta numa vogal alta, [i]:

- (24) cælu > c[ɛ]u cæcu > c[ɛ]go fæces > f[ɛ]zes
 ætæte > [i]dade æquæle > [i]gual ædiliu > idílio

O ditongo /œ/ não era comum na língua clássica e menos ainda na popular, provavelmente por conta da difícil articulação (posterior-anterior). Esse ditongo evoluiu para /e/, uma vogal fechada, uma vez que seus constituintes são fechados, ao contrário de /æ/, cujo primeiro elemento é aberto. Exemplos como pæna > pena e fædo > feo (arcaico) > feio confirmam essa mudança.

Relata-nos Coutinho (1938, p. 109) que o ditongo /ew/ também era pouco usual em latim e caracteriza, sobretudo, nomes próprios de origem grega. O autor assinala que essas formas eram monotongadas na variedade popular, realizando-se com [o], num processo fonológico chamado *coalescência*, em que dois segmentos se reduzem a um terceiro, diferente dos primeiros. Nesse caso, a vogal se realiza média, como o núcleo, mas arredondada, como o *glide*. Coutinho oferece-nos os seguintes exemplos, no latim vulgar: *Eulālia* > Olália; *Eugēniu* > Ogênio; *Eusēbiu* > Osébio. No substantivo comum *leuca*, houve, após a sonorização da surda intervocálica (/k/ > /g/), **metátese**, o que resultou em *légua*.

Metátese

Inversão na posição de segmentos, por exemplo, *rābia* > *ravia* > raiva; *tābua* > *tauba*.

O ditongo mais produtivo do latim foi, sem dúvida alguma, /aw/. Silva Neto (1992, p. 197) observa que, “em certas regiões da Itália, onde o latim se sobrepôs a certos falares itálicos, preponderaram formas locais em que *au* se reduzia a *o*. Com a expansão dos romanos, muitas delas lograram difundir-se pelo império”. Ressalta, ainda, que, nessa época,

tinha também operado “a vocalização do *l* depois de *a*, que levou igualmente à constituição do ditongo *au*”: *altāriu* > *autairo* > outeiro; *āltēro* > *autro* > outro.

A monotongação de /aw/ através do já aludido fenômeno da coalescência foi um dos processos mais repudiados pela aristocracia, sendo encarado como típico da fala da plebe. Coutinho (1938, p. 109) relata-nos uma engraçada história envolvendo esse fenômeno:

Conta Suetônio que, tendo Mestre Floro advertido a Vespasiano de que não deveria pronunciar *plostrum*, mas *plaustrum*, aproveitando-se da má lição, o imperador o cumprimentou no dia seguinte, chamando-o de *Flaurum*.

Essa pequena narrativa mostra que a coalescência em [o] era a realização mais típica do ditongo latino /aw/, tanto é que formas como *pau-père* e *auricūla* chegam ao português como *pobre* e *orelha*, respectivamente, ambas com uma vogal média na primeira sílaba. A forma /aw/, no entanto, por assimilação da semivogal, resulta no ditongo /ow/, que, no entanto, até hoje, alterna com a vogal [o]:

- (25) *thesauru* > tesouro *auru* > ouro *raucu* > rouco
 pausāre > pousar *tauru* > touro *pauco* > pouco
 causa > cousa *lauru* > louro

As duas últimas palavras de (25) alternaram o ditongo para /oj/. No caso de *lauru* > louro ~ loiro, a alternância [ow] ~ [oj] é até hoje encontrada. Coutinho (1936) observa que essa realização, muito comum no português arcaico, como em *agoiro*, *tesoira* e *estoiro*, pode ter acontecido por influência do árabe, durante a invasão muçulmana na Península Ibérica (a partir do séc. VIII d.C.).

A grande variedade de ditongos decrescentes do português não tem, portanto, origem propriamente latina. Nossos ditongos surgem da atuação de processos fonológicos específicos, como veremos a seguir.

A formação de ditongos

Diferentes processos fonológicos explicam a existência da variedade de ditongos decrescentes orais e nasais que o português apresenta. Um deles, bastante discutido na aula anterior, é a síncope de consoantes alveolares intervocálicas. Com a queda da consoante, surge um hiato, posteriormente desfeito pela formação de uma sílaba em que a segunda vogal passa à assilábica (torna-se *glide*):

- (26) *mǎlu* > mau *uǎdit* > vai *cǣlu* > céu
dēdit > dei *uǎdu* > vau > vou *uēlum* > véu
inclūdit > inclui *grādu* > grau *uanitātem* > vaidade

A queda da consoante intervocálica pode deixar duas vogais adjacentes. Como os hiatos tendem a ser desfeitos ao longo da história do português, um *glide* anterior, /j/, é inserido entre as vogais, de modo a separar o hiato por meio do ditongo decrescente /ej/:

- (27) *crēdo* > *creo* > creio *tēla* > *tea* > teia *frēnu* > *frêo* > freio
arēna > *arêa* > areia *fēdu* > *feo* > feio *plēnu* > *chêo* > cheio

Outro processo responsável pela formação de ditongos decrescentes com /j/ é a vocalização de consoantes oclusivas que, ao contrário do latim, não podem, em português, aparecer na posição de coda. Essa restrição ao preenchimento da coda, agora ocupada apenas por /l, r, n, s/, certamente foi responsável pela transformação das consoantes no *glide* anterior:

- (28) *fācto* > feito *concēpto* > conceito *rēgnu* > reino
nōcte > noite *frūctu* > *fruito* (arc.) > fruto *ōcto* > oito

Outro processo que justifica o aumento de ditongos decrescentes em português foi a metátese, isto é, a inversão de segmentos:

- (29) *rābia* > *ravia* > raiva *cāpīam* > *cabia* > caiba *sapīam* > *sabia* > saiba
cāpui > *caube* > coube *hābui* > *hauve* > houve *sāpui* > *saube* > soube
bāseu > *basio* > baijo > beijo *cāseu* > *caseo* > caijo > queijo

Por metátese, originou-se um dos sufixos mais comuns e polissêmicos da língua: *-eiro*, oriundo de *-ariu(m)*. O sufixo latino *-ariu(m)* chega ao galego-português na forma de *-eiro* após sofrer dois processos fonológicos: metátese (inversão na ordem do tepe, de antes para depois de /i/) e alteamento vocálico (elevação da vogal baixa /a/, que passa à média /e/), processo que afetou praticamente todas as formas evoluídas de /aj/, a exemplo de *lācte* > *laite* > leite e *fāctu* > *faito* > feito. Entre as terminações *-ariu* e *-eiro*, há registros de uma forma intermediária, *-airo*, pouco documentada, aparecendo, nos textos da época, em palavras como *contrairo* e *vigairo*, posteriormente reanalisadas como *contrário* e *vigário*, por conta do reingresso das formas *X-ariu(m)* por via erudita (séculos XV/XVI).

- (30) *primāriu* > *primairo* > primeiro *librāriu* > *livrairo* > livreiro
ferrāriu > *ferrairo* > ferreiro *denāriu* > *dñairo* > dinheiro
op(e)rāriu > *obrairo* > obreiro

Resta, por fim, abordar a situação dos ditongos nasais. Como vimos na aula passada, o apagamento da nasal alveolar, /n/, deixa contíguas duas vogais, sendo a primeira delas nasalizada. Caso a seguinte seja alta ou alteável, o resultado será um ditongo decrescente nasal:

- (31) *grānu* > grão *mānu* > mão *plānu* > chão
cānes > cães *limōnes* > limões *mānos* > mãos

O ditongo *-ão*, no entanto, provém de várias terminações latinas, como enfatizamos na aula anterior. Uma delas, já retomada aqui, é a apócope do /e/ antes de alveolares, o que inclui a nasal /n/, a exemplo de *sapōne* > *sabon* e *pāne* > *pan*. Desse modo, singular e plural são explicados, historicamente, por processos fonológicos diferentes: apócope

de /e/, no singular, e síncope de /n/, no plural. No singular, todas as formas terminadas em *-n* desenvolveram, com o tempo, o ditongo *-ão* (pão, sabão), o que resultou num singular uniforme, tanto para os casos oriundos de síncope (*mānu* > mão) quanto para os desenvolvidos a partir da apócope (*sapōne* > *sabon* > sabão).

Temos, hoje, três formas de plural, porque a fonologia histórica acabou impondo diferentes mudanças morfofonêmicas para pares de flexão de número. Vale lembrar que essa mudança é encaixada: as terminações de plural – *-ãos*, *-ães* e *-ões* – são ocasionadas pelas diferentes combinações de vogais resultantes da queda da nasal, como se observa nos exemplos a seguir:

- (32) *grānus* > grãos *mānus* > mãos *ōrphānus* > órfãos
 pānes > pães *capitānes* > capitães *cānes* > cães
 leōnes > leões *pauōnes* > pavões *sapōnes* > sabões

Em relação ao gênero, a mesma questão se coloca, pois formas masculinas em *-ão*, oriundas de diferentes terminações latinas, podem apresentar femininos correspondentes em *-oa* ou em *-ã*. As formas de feminino se caracterizaram pela síncope da nasal intervocálica, que, como apontamos, deixa duas vogais contíguas, criando uma situação de hiato. Se as vogais são diferentes, como em (33a), a nasalidade se desfaz e a terminação do feminino é *-oa*; caso as vogais adjacentes sejam idênticas, a nasalidade se mantém e o resultado é uma forma feminina em *-ã*:

- (33) a. *leōne* > *leon* > leão; *leona* > *leõa* > leoa
 patrōnu > *patrōu* > patrão; *patrona* > *patrõa* > patroa
 leitōne > *leiton* > leitão; *leitōna* > *leitõa* > leitoa
 b. *ōrphānu* > *orfāu* > órfão; *ōrphāna* > *orfãa* > órfã
 capitāne > *capitan* > capitão; *capitāna* > *capitãa* > capitã
 pagānu > *pagāu* > pagão; *pagāna* > *pagãa* > pagã

Conclusão

Como ressaltamos ao longo da exposição, foram muitas as transformações das vogais do latim para o português, e várias tiveram repercussão em outro componente, o morfológico. A perda da duração como propriedade contrastiva foi compensada pelo ganho de novas conquistas fônicas: o acento de intensidade e a oposição de abertura nas médias. Além disso, muitas mudanças efetuadas ao longo do tempo são encontradas hoje na forma de variações linguísticas, como é o caso da alternância entre *-ão* e *-on*, em palavras como *salmão* ~ *salmon* e *parmesão* ~ *parmeson*. A metátase também é comum em realizações como *tauba* (por *tábua*), do mesmo modo que são ouvidas, ainda hoje, pronúncias como *louro* e *loiro*.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Explique o condicionamento que justifica as diferentes evoluções dos segmentos listados a seguir (os pontos indicam fronteira de sílaba):

(a) o ditongo /-æ/

cae.cu > cego

praes.tu > presto

sae.ta > seta

ae.ta.te > idade

ae.qua.le > igual

(b) a vogal média anterior breve /ě/

pě.tra > pedra

mě.le > mel

mě.tum > medo

fě.rio > firo

sě.quo > sigo

2. Escolha duas das palavras latinas arroladas a seguir e explique todos os processos fonológicos (vocálicos, consonantais, silábicos e acentuais) que ocorreram na passagem do latim ao português, apresentando, no final da descrição, a forma resultante.

u ē r ĭ c ŭ n i a

c ĭ c ō n e a

sēdētāre

c ā t ē n a

[illegible]**Resposta comentada**

1. No que diz respeito ao ditongo /æ/, os dados evidenciam a passagem a uma vogal alta anterior, /i/, quando o encontro vocálico localizava-se em sílaba átona (pretônica). Em sílaba tônica, o ditongo também é marcado pelo fenômeno da coalescência, uma vez que os dois segmentos evoluem para um terceiro, nesse caso, uma vogal média aberta, /ɛ/.

A vogal média anterior breve, /ɛ/, apresenta três diferentes correspondentes nos dados, a depender do segmento final. Quando a vogal final não é alta, tem-se uma média aberta, /ɛ/. Quando a vogal final é alta, ocorre o fenômeno da metafoia e o esperado /ɛ/ pode subir um grau (se a vogal é breve) ou dois graus (se a vogal é longa).

2. Em *uērĩcũnia*, o *glide* inicial se consonantiza, isto é, passa a /v/ e a surda intervocálica se sonoriza, passando a /g/. No que diz respeito às vogais, a tônica breve desce um grau e se realiza /o/, e a pretônica imediatamente anterior sofre síncope, por ser seguida de /r/, elemento que

pode aparecer na posição de coda. A presença de /i/ após a nasal promove a palatalização desse segmento, sendo assimilada por ele, originando um /ɲ/. Por fim, a primeira vogal da palavra, por ser longa, apenas perde a quantidade, realizando-se fechada. O resultado final, após todos os processos, é *vergonha*.

Com *cicôneia*, com acento na sílaba *cô*, a surda intervocálica se sonoriza e passa a /g/. A consoante inicial, embora seja igual à segunda em latim, está diante de /i/, sofrendo, com isso, uma anteriorização (passa de velar à alveolar) e africativização (assume a forma de /ts/). Após perder o início oclusivo, o segmento em questão evolui para /s/, uma fricativa. No que diz respeito às vogais, a tônica, após a perda da quantidade, realiza-se fechada (/o/) e a pretônica, por ser breve, desce um grau, chegando ao português como uma média fechada, /e/. Por fim, o hiato final é desfeito com o alçamento da primeira vogal que, ao se realizar alta, promove a palatalização da nasal, sendo por ela assimilada. A forma correspondente em português é, portanto, *cegonha*.

A palavra *uĩride* é uma proparoxítone em latim (clássico), uma vez que a penúltima sílaba é aberta (não tem coda) e tem núcleo preenchido por vogal breve. Essa vogal é realizada como média, /e/, em decorrência da associação da quantidade pela altura. A primeira postônica sofre síncope, uma vez que são boas as condições de ressilabificação (a consoante precedente, /r/, pode ser coda). Com a queda da vogal, destrói-se o ambiente intervocálico e a oclusiva sonora se mantém. Por fim, o *glide* inicial se consonantiza, passa a /v/. Com a atuação desses processos, o resultado final é *verde*.

A paroxítone *cātēna* tem sua oclusiva surda sonorizada no ambiente intervocálico. Com a perda da quantidade, as vogais longas se realizam fechadas, o que explica a correspondência total, nessa palavra, entre as vogais do latim e do português. A nasal intervocálica sofre síncope e nasaliza a vogal precedente. A nasalidade, no entanto, não se mantém, porque as vogais são diferentes. O hiato final promove a inserção do *glide* anterior, /j/, separando as vogais por um ditongo decrescente. Essa forma, portanto, evolui para *cadeia*, já que a consoante inicial se mantém inalterada.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. Sabe-se que o português apresenta um número elevado de ditongos decrescentes. O latim vulgar, no entanto, segundo comentam os gramáticos históricos, só dispunha do ditongo /ow/, que alternava com a vogal simples /o/ (*taurus* > touro ~ toro). Levando em conta o *corpus* abaixo, explique o surgimento de alguns ditongos decrescentes do português, analisando a evolução dos segmentos consonantais.

<i>cēna</i>	<i>auēna</i>	<i>crīstānu</i>	<i>grādu</i>	<i>malum</i>
<i>cānes</i>	<i>papēles</i>	<i>prōfēctu</i>	<i>rēgnu</i>	<i>capitanes</i>

2. Os dados abaixo, todos do latim clássico, apresentam a mesma vogal tônica nas formas singulares e plurais. Em português, no entanto, há o que Câmara Jr. (1976) chama de alternância submorfêmica: o plural é caracterizado tanto pelo acréscimo de -s quanto pela mudança no timbre vocálico. Que fato histórico explica esse comportamento sincrônico? Explique-o com base nos dados abaixo e mostre que as descrições sincrônica e diacrônica diferem em relação à forma considerada marcada.

<i>pōrcu</i> > p[o]rco	<i>pōrcos</i> > p[ɔ]rcos
<i>iōcu</i> > j[o]go	<i>iōcos</i> > j[ɔ]gos
<i>mōrtu</i> > m[o]rto	<i>mōrtos</i> > m[ɔ]rtos
<i>ōuu</i> > [o]vo	<i>ōuos</i> > [ɔ]vos
<i>nōuu</i> > n[o]vo	<i>nōuos</i> > n[ɔ]vos

Resposta comentada

1. Os ditongos se explicam pela queda das soantes intervocálicas, como em *malum* > mau, e pela queda de /d/ nesse mesmo ambiente, como em *gradu* > grau. Também se explicam pela vocalização das oclusivas /k, g/ em coda silábica, a exemplo de *regnu* > reino. Os ditongos nasais surgem por conta da síncope de /n/ intervocálico. A queda de /l/ justifica o aparecimento do ditongo /ɛj/, somente encontrado nas formas de plural.

2. O chamado plural metafônico é, na verdade, resultado do processo de metafonía nas formas de singular, uma vez que foram elas, por apresentarem vogal final alta, que tiveram o timbre da tônica fechado. As formas de plural terminavam, em média, impedindo a aplicação da regra. Numa perspectiva sincrônica, as formas de plural, por serem uma expansão morfológica do singular, são as consideradas marcadas. No entanto, historicamente, as formas marcadas são as de singular.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

1. Discuta a veracidade das afirmações a seguir, tendo em vista o estabelecimento de um confronto sistemático entre o latim clássico e o latim vulgar no que diz respeito ao componente fonológico:

- a) O acento do latim vulgar passou a fonológico, uma vez implementada a perda da quantidade vocálica como traço fonologicamente relevante.
- b) A perda da quantidade levou ao surgimento de um sistema vocálico que, em vez de três, distingue quatro graus de altura, estabelecendo oposição entre dois tipos de vogais médias.

2. Tomando por base o comportamento do acento, explique a tonicidade das palavras abaixo no latim clássico, no latim vulgar e no português.

- a) *īn.tě.gru*
b) *mū.liě.re*
c) *uĩ.rĩ.de*
d) *cõ.lũ.bra*

[illegible]

Resposta comentada

1. (a) De fato, o acento do latim vulgar passou a fonológico, pois deixa de ser influenciado pela quantidade das vogais ou das sílabas. Se a quantidade das vogais regulava o acento e se perdeu na variedade popular, o acento deixa de ser previsível.

(b) O latim apresentava apenas três graus de altura, pois só apresentava uma variedade de médias. Com a associação quantidade-altura, o português passa a apresentar quatro graus de altura, uma vez que opõe dois tipos de vogais médias: as abertas (médias de primeiro grau ou médias-baixas) e as fechadas (médias de segundo grau ou médias-altas).

2. As formas *īn.tě.gru*, *uī.rī.de* e *cō.lŭ.bra* são proparoxítonas no latim clássico, uma vez que a penúltima sílaba, em todos os casos, é aberta (não apresenta coda) e tem vogal breve no núcleo. A forma *mū.liĕ.re*, por sua vez, é paroxítona por apresentar encontro vocálico na penúltima sílaba. No latim vulgar, as três proparoxítonas são realizadas como paroxítonas, sendo que *īn.tě.gru* e *cō.lŭ.bra* sofreram diástole por apresentarem *onset* complexo na sílaba final. A palavra *uī.rī.de* é caracterizada pela síncope da primeira postônica, tendo em vista as condições de ressilabificação (a consoante precedente, /r/, pode ser coda). A forma *mū.liĕ.re*, por sua vez, é realizada como oxítônica, uma vez que a vogal final sofre apócope por figurar depois de uma alveolar. Em português, essas palavras mantêm o acento do latim vulgar, pois evoluíram para *inteiro*, *verde*, *cobra* e *mulher*.

Resumo

Fez-se, nesta aula, a apresentação das mudanças do latim ao português no que diz respeito às vogais. Vimos que é extremamente importante, para a descrição dos processos fonológicos envolvendo tais segmentos, observar a posição da vogal em relação ao acento. Observamos as seguintes tendências na passagem do latim ao português: a releitura da quantidade pela abertura, a criação de diferentes quadros de vogais em conformidade com o acento e a formação de vários ditongos.

O latim vulgar não conservou a oposição de quantidade do latim clássico e inovou em relação a essa variedade no que diz respeito ao ritmo, que passou de silábico a acentual. A fonologização do acento de intensidade levou a uma série de alterações no vocalismo átono já no próprio latim vulgar. Em primeiro lugar, com a apócope do /e/ final, criou-se o acento oxítono. Em segundo lugar, a rejeição a proparoxítonas levou a uma série de apagamentos vocálicos, como atesta o *Appendix Probi*, principal fonte de reconhecimento da língua falada durante a expansão do Império Romano.

A oposição de quantidade foi desfeita no latim vulgar e, consequentemente, no português. Desse modo, as longas tenderam ao alçamento e as médias breves evoluíram para abertas, o que levou à criação de /ɛ, ɔ/. Por fim, os ditongos do português não têm origem nos do latim, uma

vez que os existentes nesta língua foram desfeitos. A variedade de ditongos que o português apresenta se justifica pelos seguintes processos:

- (a) síncope de consoantes alveolares intervocálicas (*mălu* > mau; *uădit* > vai; *călu* > céu);
- (b) desfeitura de hiatos com a inserção de um *glide* anterior, /j/ (*crēdo* > *creo* > creio; *tēla* > *tea* > teia);
- (c) vocalização de consoantes oclusivas (*făcto* > feito; *ōcto* > oito);
- (d) metátese (*rābia* > ravia > raiva; *primāriu* > primeiro).

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, retomaremos alguns aspectos do vocalismo e do consonantismo latino-português, com vistas a abordar, mais detidamente, os processos fonológicos de maior relevância à descrição das mudanças que se operaram na língua. Procuraremos, sobretudo, estabelecer uma possível cronologia para esses processos, observando, também, aspectos da história externa que possam ajudar a compreender as alterações no sistema fonológico do latim ao português.

Referências

- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.
- FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- MAURER JR., Teodoro H. *O problema do latim vulgar*. Rio da Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
- RITMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ritmo&oldid=45912507>>. Acesso em: 1 ago. 2016.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1992.
- SILVEIRA, Souza da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964.

RONDININI, Roberto Botelho. *O acento primário no latim clássico e no latim vulgar: o tratamento da mudança na perspectiva da Teoria da Otimidade*. 2009. 183 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa)–Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

ZÁGARI, Mario. *Fonologia diacrônica do português*. Juiz de Fora: Ed. da Universidade, 1988.

Aula 7

Aspectos linguísticos da evolução do
latim ao português: fonologia diacrônica
(parte 3) – processos fonológicos

Metas

Descrever os processos fonético-fonológicos que marcam a passagem do latim ao português e demonstrar de que forma tais processos ainda se realizam no português contemporâneo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer que, entre o latim vulgar e o português, houve vários períodos históricos, cada qual marcado por fenômenos fonológicos particulares;
2. identificar os principais processos fonológicos envolvidos na formação da língua portuguesa;
3. apontar como as variações fonético-fonológicas encontradas no português do Brasil contemporâneo podem remontar a períodos da história da língua muito anteriores ao nosso.

Introdução

Nesta aula, estudaremos os processos fonológicos que marcaram a passagem do latim ao português, sem perder de vista a fase do galego-português, em que se vislumbram algumas mudanças em relação ao sistema do latim clássico, bem como algumas inovações que assinalaram o surgimento de elementos inexistentes na língua latina. Começemos por algumas mudanças que já eram visíveis no latim chegado à Península Ibérica.

Do latim clássico ao latim vulgar

Podemos perceber diversas mudanças linguísticas na transição do latim clássico para o latim vulgar. Vamos começar falando sobre as principais mudanças percebidas nessa transição.

Fonologização da abertura de vogais tônicas

No latim clássico, as vogais tônicas opunham-se pela quantidade (ou duração). Sendo assim, o quadro vocálico tônico do latim clássico apresentava dez vogais – uma breve e uma longa para cada timbre: *ă, â, ě, ê, ĭ, ĭ, ō, ō, ŭ, ŭ*. Quanto à abertura, deve-se observar que as vogais tônicas breves apresentavam realização mais aberta do que as longas correspondentes em latim clássico.

A partir do latim vulgar, a evolução do quadro vocálico tônico do latim clássico resultou na perda da oposição pela quantidade – o que acarretou a **fonologização** da abertura vocálica, uma vez que as vogais passaram a distinguir-se apenas por esse aspecto.

A seguir, são representadas as mudanças observadas do latim clássico para o latim vulgar em relação ao vocalismo tônico:

ĭ > [i]

ĭ, ě > [e]

ě > [ɛ]

ă, â > [a]

ō > [ɔ]

ō, ŭ > [o]

ŭ > [u]

Fonologização

Mudança que acontece em uma língua quando uma variante de fonema passa a ter valor fonológico, ou seja, passa a ser distintiva no sistema linguístico.

Com base nos dados apresentados, pode-se constatar que o quadro vocálico tônico do português contemporâneo é o mesmo que caracterizava o latim vulgar – o que revela, sob esse aspecto, um “notável caráter conservador do vocalismo português” (TEYSSIER, 2001, p. 10).

As vogais átonas, por sua vez, apresentam articulação mais fraca e, por isso, não estiveram envolvidas no processo de fonologização. Ao contrário, a frágil articulação dessas vogais fez com que, muitas vezes, elas se apagassem. Nesse caso, é marcante, sobretudo, a debilidade das vogais situadas na penúltima sílaba dos proparoxítonos, que se evidencia em dados da linguagem corrente como *oculum* > *oclu* e *calidum* > *caldu* (*óculos* e *caldo* em português, respectivamente).

A síncope de vogais presentes na sílaba imediatamente posterior à sílaba tônica nos proparoxítonos é uma tendência observada desde as primeiras fases do latim vulgar, como se pode constatar em diversas glosas do *Appendix Probi*: *speculumnon speclum*; *articulus non articlus*. Com base nas glosas citadas, verifica-se que os gramáticos romanos já se preocupavam em corrigir “desvios” ocorridos na língua corrente do Império Romano, entre eles a conversão de proparoxítonas em paroxítonas através da síncope de vogais postônicas.



O *Appendix Probi* é um texto do século IV d.C., de autor desconhecido, em que são compilados inúmeros erros frequentes na fala latina da época. A obra é composta de glosas do tipo “diga X não Y” (*masculus non masclus*), em que se opõem a forma erudita, típica do latim clássico (à esquerda), e a forma típica do latim falado, denominado vulgar (à direita). Trata-se de uma fonte extremamente valiosa para o estudo do latim vulgar, uma vez que retrata a língua latina também na modalidade falada.

Monotongação

Redução de um ditongo a apenas uma vogal.

A seguir, veremos como o processo de **monotongação** contribuiu para a complementação do quadro vocálico aqui apresentado.

Monotongação

O quadro vocálico do latim vulgar, em posição tônica, completa-se com a evolução dos ditongos [æ] e [œ], que passaram, nesse estágio da língua, a ser realizados como uma única vogal média aberta ou fechada:

[æ] > [ɛ]; *c[æ]cum* > *c[ɛ]go*

[œ] > [e]; *f[œ]dum* > *f[e]o* > *f[e]io*

Em seguida, veremos os processos fonológicos envolvidos nas mudanças ocorridas no sistema consonantal do latim clássico, que possibilitaram o surgimento de um novo quadro para o latim vulgar.

Queda de [n] antes de [s] e [f]

Segundo Teyssier (1997), já no latim vulgar, a pronúncia da nasal [n] sofria apagamento na língua corrente nos contextos em que antecedia o fonema [s], o que resulta, por exemplo, em *mensa* > *mesa* e *ansa* > *asa*.

Em complementação à descrição de Teyssier, Tarallo (1990) lembra que autores como Coutinho (1969) consideram semelhantes as evoluções dos grupos *-ns-* e *-nf-*, dando como exemplos deste último dados como *constat* > *costat* e *inferi* > *iferi*.

A seguir, vejamos de que forma evoluíram as **consoantes geminadas** do latim clássico.

Simplificação das consoantes geminadas intervocálicas

No latim clássico, havia consoantes geminadas que, em posição intervocálica, eram realizadas com uma articulação mais longa do que a das consoantes simples correspondentes. Em outras palavras, as consoantes do latim clássico podiam, à semelhança das vogais, opor-se pela quantidade (ou duração), tal como se pode observar nos seguintes pares mínimos: *agger* (monte) x *ager* (campo); *annus* (ano) x *anus* (anel).

Uma vez que não há geminação de consoantes no português moderno, trata-se de uma característica do sistema consonantal latino que não se manteve no galego-português. Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (1991), textos escritos datados do início do século XIII, já em galego-português, permitem afirmar que a simplificação das geminadas já teria

Consoantes geminadas

Consoantes que aparecem juntas entre vogais. Apesar de estarem em sílabas distintas, compartilham os mesmos traços fonológicos.

ocorrido nessa época. Como afirma Câmara Jr. (1975), é provável que essa mudança tenha se processado desde os primeiros séculos do latim imperial (latim clássico escrito entre os séculos I e IV-V d.C., em que se revela a crescente influência do latim falado). Outros exemplos da degeminação de consoantes podem ser observados em *flaccu* > fraco, *sabbatu* > sábado e *flamma* > chama.

Ainda segundo Câmara Jr. (1975), a degeminação das consoantes surdas intervocálicas latinas teria desencadeado o processo de lenização que resultou na queda das consoantes sonoras e sonorização das surdas, ambas em contexto intervocálico, como será explicitado a seguir.

Lenização

Dá-se o nome de *lenização* ao processo fonológico que envolve o abrandamento (ou enfraquecimento) articulatório de alguns fonemas. Trata-se de um processo que pode ser:

- leve, quando não interfere nos traços do fonema;
- médio, nos casos em que há modificação em um ou mais traços do fonema;
- intenso, quando promove o apagamento do segmento.

Segundo Tarallo (1990, p. 108), “dois processos, tendência à lenização articulatória e à palatalização, caracterizam a evolução do sistema consonantal do latim para o português”. A seguir, vejamos qual foi o papel da lenização no processo evolutivo dos *glides* [y] e [w], bem como no das consoantes sonoras e surdas em contexto intervocálico no latim. Quanto ao processo de palatalização, considerações serão feitas mais adiante.

Consonantização dos *glides* [y] e [w]

Os *glides* [y] e [w] do latim clássico, em início de sílaba e seguidos de vogal, passaram por um processo de consonantização que “teria ocorrido desde o século I d.C., isto é, quando ainda o padrão ‘clássico’ era forte, graças à coesão centralizadora da capital do Império.” (SILVA, 1991, p. 84-85).

Na base da consonantização dos *glides* citados, encontra-se o processo de lenização, que, nesse caso, não foi intenso o suficiente para promover a queda dos fonemas, mas, com uma intensidade média, acarretou uma modificação de traços nos mesmos.

Quanto a [y], houve uma confluência para uma consoante plena, de caráter palatal, nos seguintes termos: entre os traços do *glide*, estão [+ vocálico], [+ sonoro], [+ contínuo] e [+ alto], por exemplo. Com o processo de lenização mediana, o traço [+ vocálico] do *glide* foi alterado para [- vocálico], mantendo-se os demais traços – o que resultou na articulação da fricativa palatal [ʃ], consoante nova no sistema do latim, que compartilha a maior parte dos traços com [y]. Podem ser considerados exemplos dessa mudança *iustum* > justo e *iam* > já.

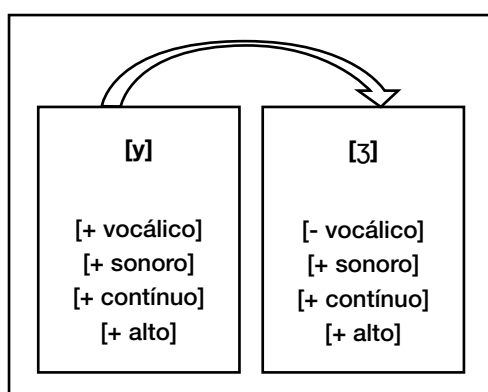


Figura 7.1: Consonantização do *glide* [y].

O *glide* [w] sofreu um processo análogo ao descrito acima para [y]. Nesse caso, a lenização média também levou a uma mudança no traço [vocálico] – a perda do valor positivo, substituído pelo negativo. Assim, com a manutenção de traços como [+ sonoro], [+ contínuo] e [+ labial], por exemplo, houve a mutação do *glide* [w] para a consoante fricativa labial [v], inexistente até então, que passou a integrar o sistema latino como homorgânica de [f]. Como exemplos, podem-se citar *uacca* > vaca e *iūuēne* > jovem.

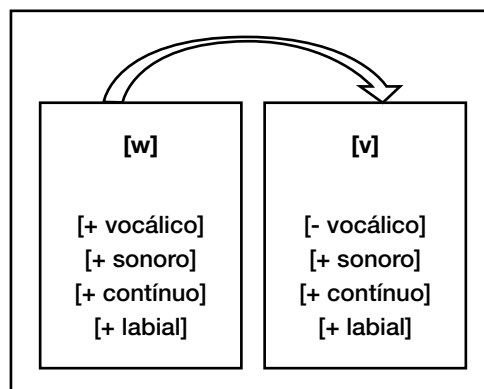


Figura 7.2: Consonantização do glide [w].

A função consonântica de [y] e [w] foi, portanto, eliminada e substituída, no sistema latino, pela que passou a ser exercida, respectivamente, pelos novos fonemas [ʒ] e [v].

Como última observação, vale destacar que há divergência entre os autores quanto à periodização da consonantização de [y] e [w]. Como vimos, Mattos e Silva (1991) tomam os dois fenômenos como iniciados no mesmo período (século I d.C.). Câmara Jr. (1975), por sua vez, defende que a consonantização de [w] remonta ao latim do período áureo, enquanto o [y] teria evoluído para [ʒ] apenas no **romance**.

Romanço

Período de transição linguística entre o latim e as línguas românicas modernas, também chamadas *neolatinas*.

A seguir, você verá de que forma a lenização influenciou a evolução das consoantes sonoras e surdas intervocálicas.

Síncope das consoantes sonoras intervocálicas

Como defende Câmara Jr. (1975), a síncope das consoantes sonoras em posição intervocálica seria reflexo de uma cadeia de mudanças fonológicas que começaram no início do latim imperial (séc. I a IV-V d.C.), com a simplificação das consoantes geminadas. Portanto, as sonoras intervocálicas latinas apresentaram uma tendência à síncope (ou apagamento) verificada em um período bastante anterior ao surgimento do galego-português.

Uma vez que a maior parte dessas consoantes sofreu síncope, pode-se considerar que, nesse caso, a lenização atuou de forma intensa, promovendo o abrandamento máximo e, consequentemente, a queda do segmento: *pedem* > *pee* > *pé*; *ibam* > *ia*; *gradu* > *grau*.

Uma consoante, porém, chama a atenção pelo fato de apresentar diferentes evoluções. A oclusiva velar [g] sofre síncope quando antecedida das vogais [e] e [i], como em *lege* > lei e *digitum* > dedo. Quando antecede as vogais [a] e [u], no entanto, Câmara Jr. (1975) relata que a mesma consoante se mantém (*rogare* > rogar; *legumen* > legume). Ainda de acordo com o autor, há também casos inexplicáveis em que [g] se manteve, sem justificativa, pela vogal que o sucede, como lembra Tarallo (1990, p. 111): “o problema maior fica com o /g/, que permanece mais frequentemente no sistema do que a expectativa que o princípio projeta”.

As consoantes sonoras [n] e [l] intervocálicas também sofreram síncope na evolução do latim, mas, como afirma Teyssier (1997), a queda dessas consoantes remonta ao final do século X – período histórico muito distante daquele em que ocorreu a queda das demais consoantes sonoras. Por essa razão, a síncope de [n] e [l] intervocálicos será tratada adiante, nas seções destinadas ao período evolutivo compreendido entre os falares românicos e o galego-português.

A seguir, trataremos da sonorização das surdas intervocálicas, apontada por Câmara Jr. (1975) como desdobramento das mudanças que se iniciaram com a de geminação das consoantes intervocálicas e passaram pela síncope das sonoras também intervocálicas.

Sonorização das consoantes surdas intervocálicas

Segundo Teyssier (1997), é provável que as consoantes surdas intervocálicas tenham começado a sonorizar-se no latim falado na Península Ibérica, portanto, antes da emergência do galego-português.

Há diferentes pontos de vista em relação ao processo fonológico que teria sido responsável pela sonorização dessas consoantes. Câmara Jr. (1975), por exemplo, considera que as surdas intervocálicas sonorizaram-se em razão da própria evolução dos sistemas linguísticos, que buscam compensar a perda de uma oposição por meio do surgimento de um novo traço distintivo. Assim, o autor considera a sonorização das surdas intervocálicas o resultado de um processo de lenização, que teria promovido o enfraquecimento articulatório parcial dessas consoantes, fazendo com que se distinguíssem daquelas resultantes da degeminação pela modificação no traço [sonoro]. Assim, as surdas intervocálicas se transformaram nas sonoras homorgânicas: [p] > [b]; [t] > [d]; [k] > [g]; [s] > [z]; [f] > [v], enquanto as geminadas mantiveram seus traços após a simplificação ([pp] > [p]; [tt] > [t]; [ss] > [s]; [ff] > [f]).

Said Ali (1966, p. 25), por sua vez, considera a sonorização “[...] um caso de assimilação parcial progressiva. Proferida a vogal tônica com certa demora, estendeu-se, por inércia, a vibração das cordas vocais à consoante oclusiva[...]”. Como observação à proposta de Said Ali, pode-se argumentar que a sonorização das surdas intervocálicas atingiu não apenas as oclusivas [p], [t] e [k], mas também as fricativas [s] e [f], mais contínuas do que as oclusivas. O argumento do autor pode ser levado em conta, no entanto, se for estendido às consoantes fricativas, que também podem ter assimilado a sonoridade vocálica do entorno.

Alguns exemplos de sonorização de surdas intervocálicas são *ca[p]ut* > *ca[b]o*; *lu[p]u* > *lo[b]o*; *ama[t]um* > *ama[d]o*; *mu[t]u* > *mu[d]o*; *ami[c]um* > *ami[g]o*; *di[k]o* > *di[g]o*; *ro[s]a* > *ro[z]a*; *auri[f]ice* > *ouri[v]es*; *pro[f]ectum* > *pro[v]eito*.

Como exceções, podem-se apontar os casos em que [k] é antecedido das vogais [e] e [i], que, por serem articuladas com a língua em posição mais elevada, promovem a palatalização de [k] – o que leva a um estágio intermediário em que as realizações fonéticas eram [tʃi] e [tʃe], posteriormente evoluídas para [tʃi] e [tʃe] e, finalmente, resultantes em [z]: *fa[k]ere* > *fa[z]er*; *vi[k]inu* > *vi[z]inho*. Mais detalhes acerca do processo de palatalização serão apresentados a seguir.

Palatalização

O processo de palatalização teve implicações fundamentais na evolução do latim ao português. Segundo Teyssier (1997), os fonemas [ts], [dz], [dʒ], [ʃ], [ʎ] e [ɲ], que integraram o quadro consonântico do galego-português, já vinham se realizando na última fase do latim vulgar, da forma a seguir explicitada.

Nos grupos escritos *ci*, *ce*, *gi* e *ge*, as consoantes eram pronunciadas, respectivamente, como [k] e [g] no latim clássico, ou seja, eram oclusivas velares. Porém, como as referidas consoantes, no contexto citado, eram seguidas por vogais de ponto de articulação anterior, a articulação dessas vogais, por meio de assimilação, aproximou-se do palato – o que resultou nos grupos [kyi], [kye], [gyi] e [gye] no latim vulgar, com a presença de um [y] posterior à consoante. No entanto, a evolução dos grupos citados tomou diferentes rumos, como veremos a seguir.

Em relação aos grupos [kyi] e [kye], a inserção do *glide* [y] foi seguida pela efetiva palatalização, passando por um estágio intermediário em que

a realização fonética era [tʃi] e [tʃe], até que, finalmente, a articulação chegasse a [tsi] e [tse], respectivamente: [tsi] *uitātem* > cidade; [tse] *ntum* > cento.

Os grupos [gyi] e [gye], por sua vez, tiveram diferentes evoluções, a depender do contexto fonético. Em posição intervocálica, o resultado da palatalização foi apenas um [y], que desaparece: *re[gi]na* (latim clássico) > *re[gyi]na* (latim vulgar) > *re[yi]na* (latim vulgar) > *ra[i]nha* (português). Quando em posição inicial de palavra, os mesmos grupos passaram a [ɟʒ], como em [ɟʒ] *ente* > gente.

A realização fonética de [i] e [e] como [y] resultou, ainda, nos grupos consonânticos [ty], [dy], [ly] e [ny], que, pelo processo de palatalização, tornaram-se, respectivamente, [tsy], [dzy], [ʎ] e [ɲ]. Os gatilhos para a palatalização, nos casos citados, foram os traços [+ alto] e [+ anterior] do *glide* [y], que se espraíram para as consoantes precedentes, aproximando suas articulações da região palatal.

Como se pode observar, o processo de palatalização teve grande importância na evolução do latim ao português, uma vez que foi responsável pelo surgimento de seis novos fonemas no latim vulgar:

[ts]: cidade, preço (hoje [s])

[ɟʒ]: prezar (hoje [z])

[ɟʒ]: gente, hoje (hoje [ʒ])

[ʃ]: roxo

[ʎ]: filho

[ɲ]: tenho, senhor

A seguir, veremos mais um processo fonológico envolvido na evolução do latim clássico ao latim vulgar: o apagamento de vogais postônicas.

Apócope e síncope

Como consequência do processo de lenização já mencionado, as vogais postônicas, finais ou não, exibiram, segundo Coutinho (1969), duas tendências no latim vulgar: *apócope* (queda em posição final), *síncope* (queda em posição medial) ou modificação de traços. Dessa forma, o autor afirma que [e] final sofre *apócope* quando antecedido das consoantes [r, l, s, z, n], como se pode observar nos exemplos *amare* > amar; *fidele* > fiel; *mense* > mês; *cruce* > cruz e *sine* > sem. Vale ressaltar

que todos os exemplos citados nesta seção foram extraídos de Tarallo (1990).

Quanto às postônicas não finais, a tendência geral foi a síncope (com exceção da vogal [a]), geralmente nos proparoخítonos: *calidu* > caldo; *littera* > letra; *lepore* > lebre. Ainda segundo Coutinho (1969), as vogais [i] e [u] finais se alteraram para [e] e [o], sofrendo abaixamento em suas alturas, como se nota em *dixi* > disse e *metu* > medo.

Coutinho (1969) afirma, ainda, que as consoantes oclusivas finais desapareceram no latim vulgar (*bibit* > bebe; *post* > pós). Além dessas mudanças, as nasais sofreram apócope, como em *amorem* > amor e *nomen* > nome, ou mantiveram-se apenas como forma de representar a nasalidade da vogal anterior (*in* > em; *cum* > com). Quanto ao tepe [r], o autor ressalta que não houve apócope, mas a consoante não se manteve em posição final devido a um processo de metátese (inversão entre [r] e a vogal anterior): *semper* > sempre; *inter* > entre; *quattuor* > quatro.

Com a apócope e a síncope, encerramos a descrição dos processos fonológicos que marcaram o latim vulgar e, portanto, o seu distanciamento do latim clássico. Em seguida, vamos ver quais foram os processos responsáveis pela transformação do latim vulgar no latim chamado ibérico – típico da Península Ibérica e distanciado do poder unificador de Roma.

Do latim vulgar ao latim ibérico

Segundo Teyssier (1997), a presença dos povos germânicos (409 d.C.) e dos muçulmanos (711 d.C.) na Península Ibérica, embora não tenha deixado registros escritos, fez com que se acelerasse o fosso que se abria entre o latim vulgar e os falares ibéricos – de que se originariam o romance e, posteriormente, o galego-português, o leonês e o castelhano, cada qual com suas marcas evolutivas.

A vocalização da oclusiva [k] nos grupos consonânticos escritos *-cl-* e *-ct-* pode ser considerada uma marca do latim ibérico, tal como será descrito a seguir.

Vocalização de [k] diante de [l]

Já vimos que era comum, no latim vulgar, a síncope de vogais postônicas nos vocábulos proparoخítonos – o que resultava, por exemplo, na articulação *oclu*, em vez de *ocŭlum*.

Na Península, a oclusiva velar [k] passa a [y], como se pode observar na forma hipotética **oylo*. Pelo processo evolutivo, a consoante [l], em posição posterior a [y], tem sua articulação aproximada do palato e torna-se, através da palatalização, [ʎ] – forma que chega ao galego-português: *oclu* > **oylo* > olho.

Outro exemplo é *vetŭlum*, pronunciado *veclu* no latim vulgar, tal como se pode atestar no *Appendix Probi* (*vetulus non veclus*), que passa pelo estágio de vocalização de [k] (**veylu*) e posterior palatalização de [l] – o que resultou na forma *velho* em galego-português.

A seguir, comenta-se a vocalização da oclusiva velar [k] diante da também oclusiva [t].

Vocalização de [k] diante de [t]

Na posição anterior à da oclusiva [t], a consoante escrita -c- e pronunciada [k] também se vocaliza, resultando em [y]: *nocte* > **noyte* > noite; *lectu* > **leyto* > leito. No português contemporâneo, como se pode observar, mantêm-se as formas *noite* e *leito*, resultantes da vocalização de [k] constatada desde a fase dos falares românicos, antes mesmo da emergência do galego-português.

Até este momento, fizemos o levantamento dos processos fonológicos responsáveis pelas mudanças que acarretaram o surgimento do latim vulgar e do latim ibérico, distanciados do latim clássico por razões diversas (tempo, distância de Roma etc.). A partir de agora, portanto, estamos preparados para continuar o percurso histórico do latim ao português, entrando no período do português arcaico.

Primeira fase do português arcaico (o galego-português)

Algumas inovações linguísticas implementadas a partir do período em que os muçulmanos ocuparam a Península (em 711 d.C.) contribuíram para o isolamento entre o galego-português e as outras línguas surgidas a leste (leonês e castelhano). Embora o século XIII seja considerado o marco dos primeiros textos escritos em galego-português, considera-se que, desde o século IX, a língua já vinha se delineando e, portanto, seguindo seu próprio rumo evolutivo. As três inovações a seguir descritas são consideradas típicas do galego-português, e seus resultados podem ser vistos no português contemporâneo.

Palatalização de [l] nos grupos consonânticos iniciais *pl-*, *cl-* e *fl-*

A palatalização, processo fonológico que promoveu importantes mudanças na transição do latim clássico ao latim vulgar, foi responsável também pelo surgimento da consoante africada [tʃ] no galego-português.

Em início de palavra, os grupos consonânticos escritos *pl-*, *cl-* e *fl-* sofreram palatalização da lateral [l]. Sendo assim, as consoantes anteriores a este último fonema ([p], [k] e [f]) também passaram por mudanças que acarretaram a origem do novo fonema consonantal [tʃ] no sistema do galego-português.

As consoantes [p], [k] e [f] diferem, por exemplo, em relação aos traços [contínuo] e [anterior]. Porém, trata-se de três fonemas que apresentam o traço [- coronal], isto é, são produzidos com a lâmina da língua na posição neutra. A palatal [ʎ], por sua vez, é [+ coronal], visto que é articulada com o levantamento da língua em direção a um ponto superior à posição de neutralidade. Tem-se, portanto, após o processo de palatalização, um conflito entre o traço [coronal] das consoantes dos grupos aqui descritos – daí o gatilho para o novo fonema [tʃ]. Nesse caso, o conflito é resolvido em favor da primeira consoante, que, por ocupar a primeira posição do grupo, apresenta articulação mais forte, e o resultado é um novo fonema consonantal [- coronal]: a africada [tʃ].

A seguir, têm-se exemplos de palavras com o fonema [tʃ], escrito *ch-* em galego-português:

Planu > [tʃ]ão

Clamare > [tʃ]amar

Flagrare > [tʃ]eirar

Os exemplos são casos em que [tʃ] evoluiu para [ʃ] em português contemporâneo. Porém, como observa Teyssier (1997), em palavras menos populares, os grupos consonantais escritos *pl-*, *cl-* e *fl-* evoluíram para *pr-*, *cr-* e *fr-* em galego-português, com o rotacismo da lateral [l], que resulta na articulação do tepe [r], assim como o grupo *bl-*: *placere* > *prazer*; *clavu* > *cravo*; *flaccu* > *fraco*; *blandu* > *brando*.

Como última observação, vale destacar que, em palavras consideradas eruditas, os grupos escritos *pl-*, *cl-*, *fl-* e *bl-* mantiveram-se sem modificações no português contemporâneo: *pleno*, *clima*, *flauta*, *bloco*.

A seguir, veremos mais uma inovação do galego-português, desta vez envolvendo a nasal [n] em contexto intervocálico.

Síncope de [n] intervocálico

Segundo Teyssier (1997), a síncope de [n] intervocálico teria começado a se processar nos falares ibéricos a partir do século X ou XI, e ainda estaria em curso no século XII – período próximo ao surgimento dos primeiros textos escritos em galego-português.

A consoante nasal [n] é classificada como soante, assim como as laterais e vibrantes, pelo fato de ser uma consoante que, no entanto, apresenta a continuidade típica das vogais. Contudo, no caso de [n], ao contrário do que veremos para a lateral [l], a síncope ocasionou, em muitas palavras, uma mudança de traços na vogal antecedente, além da formação de ditongo ou hiato.



A nasalidade é um traço que não repousa apenas sobre a consoante classificada como nasal, uma vez que pode se espalhar para a vogal que antecede essa consoante, fazendo com que o aparelho fonador se prepare para a articulação da nasalidade. Chamamos esse fenômeno de *assimilação regressiva*.

No galego-português, a queda da consoante nasal [n] em contexto intervocálico foi um processo que, em um primeiro momento, ocasionou a nasalização da vogal antecedente, sobre a qual o traço [+ nasal] passou a atuar. No entanto, a depender do contexto fonético, a nasalidade se manteve, ou não, sobre a vogal que a recebeu. Vejamos, a seguir, de que maneira evoluíram as palavras que sofreram síncope de [n] em contexto intervocálico.

a) Crase e manutenção da nasalidade

Nos casos em que a queda de [n] teve como resultado uma sequência de vogais da mesma faixa de altura, ocorreu a crase, e a nasalidade da vogal anterior foi mantida: *rana* > *rãa* > *rã*; *lana* > *lãa* > *lã*.

b) Hiato

Nas palavras em que a síncope de [n] promoveu a adjacência de vogais de alturas distintas, no entanto, formaram-se os hiatos, que nem sempre se mantiveram, como podemos observar nos três casos abaixo:

- manutenção das duas vogais e queda da nasalidade: *perdonare* > perdoar.
- dissolução do hiato pela inserção da consoante palatal [ɲ], após a vogal [i]: *vinu* > *vĩu* > vinho; *farina* > *farĩa* > farinha. Convém destacar que, de acordo com Mattos e Silva (1991), essa mudança começa a ter reflexos na escrita ainda no século XIII.
- desnasalização da vogal anterior a [n] e dissolução do hiato, por meio da epêntese (inserção) de um *glide* [y] ou [w], que, nem sempre, passa à escrita: *arena* > *arẽa* > areia; *cena* > *cẽa* > ceia; *corona* > *corõa* > coroa ([ko'ro^we]); *luna* > *lũa* > lua ([ˈlu^we]). Ainda segundo Mattos e Silva (1991), a inserção dos *glides* [y] e [w] começa a apresentar indícios em textos escritos a partir do século XVI.

Em seguida, a evolução da consoante [l] em contexto intervocálico será descrita, uma vez que se trata de mais uma inovação implementada no galego-português.

Síncope de [l] intervocálico

A consoante lateral [l] é também classificada como soante (ao lado das nasais e das vibrantes), devido à posição intermediária entre vogais e as demais consoantes no que diz respeito à continuidade. Sendo assim, a lateral [l] apresentou tendência à síncope em contexto intervocálico, da mesma forma que a nasal [n], acima citada. Quanto à periodização, vale acrescentar que Teyssier (1997) considera a queda de [l] intervocálico um fenômeno iniciado em fins do século X, uma vez que formas como *fiz* (< *Felice*) e *fafia* (< *fafila*) já podiam ser verificadas em documento escrito em latim bárbaro (ano 995).

Em contexto intervocálico, portanto, a soante [l] acaba por ampliar a sua continuidade, assimilando-se, sob esse aspecto, às vogais. Como resultado, em um período anterior ao galego-português, o segmento [l] já sofria síncope, restando apenas as vogais do entorno – o que levou, evolutivamente, a três situações possíveis, como será exposto a seguir.

Nas palavras em que a síncope da lateral soante [l] tem como resultado uma sequência de vogais iguais, ocorreu a crase: *mala* > *maa* > má;

dolore > *door* > dor; *palatiu* > *paatiu* > paço. Quando a síncope promoveu a sequência de vogais distintas, estas permaneceram em sílabas diferentes (*salire* > sair), em um hiato que evoluiu para ditongo (*candela* > *candea* > candeia) ou em um hiato que se dissolveu em favor da vogal oriunda da sílaba tônica na estrutura silábica anterior à síncope (*calente* > *caente* > quente).

Cabe observar que, embora a síncope de [l] intervocálico seja um processo consolidado no galego-português, há, segundo Teyssier (1997), inúmeras palavras de origem erudita ou semierudita que conservaram o [l] intervocálico, assim como *calor*, *cálice*, *violento* e *volume*.

Vistas as três inovações consideradas típicas do galego-português, veremos, em seguida, os processos fonológicos que marcaram o período posterior ao galego-português.

Segunda fase do português arcaico (após a separação entre o galego e o português)

Agora, veremos os processos fonológicos responsáveis pela consolidação dos sistemas vocálico e consonantal do português arcaico. A descrição será guiada por evidências encontradas em textos escritos datados do século XIII ao XVI, pois a escrita, não raro, deixa transparecerem realizações fonéticas comuns na língua falada, tal como aponta Mattos e Silva (1991):

Os escribas, sem uma norma ortográfica bem definida e explicitada – o que só começa a estabelecer-se na 2ª metade do século XVI – demonstram [...] a sua vacilação na representação gráfica, não só pela assimetria da tradição escrita como também pela dificuldade, certamente, de dar conta de uma realidade fônica variável. (SILVA, 1991, p. 68).

Sendo assim, a escrita pode ser utilizada como fonte de conhecimento de mudanças ocorridas na evolução das línguas. No nosso caso, nos beneficiaremos de textos escritos para identificar de que maneira se processou a transição do galego-português à segunda fase do português arcaico – momento em que este já se constitui uma língua independente do galego – no âmbito fonético-fonológico. Começemos pelas vogais.

Metafonia e harmonização vocálica

Dá-se o nome de *metafonia* ao processo pelo qual uma vogal tônica tem o seu traço de altura modificado em função da proximidade de uma vogal alta na sílaba postônica. Trata-se, portanto, de um fenômeno de natureza assimilatória, que tem como objetivo promover o que se chama *harmonização vocálica*.

No sistema vocálico do português arcaico, a metafonia era bastante comum na fala – o que deixou marcas na escrita, conforme dito anteriormente. Na posição tônica, o quadro arcaico apresentava as sete vogais orais já existentes no latim vulgar: [a], [ɛ], [e], [i], [ɔ], [o], [u] – daí o conservadorismo em relação ao sistema vocálico tônico apontado por Teyssier (1997). Contudo, embora as sete unidades distintivas aqui citadas correspondessem às latinas na maior parte do léxico, houve, em alguns casos, quebra da regularidade na evolução das vogais em relação ao **étimo** latino – o que se deve, frequentemente, ao processo de metafonia.

Étimo

Vocábulo do qual provém uma palavra. Ex.: pai origina-se do étimo latino *pater*.

De acordo com Williams (1961), a metafonia já se mostrava evidente em textos do século XIII, em registros como *isto* por *esto* (do latim *ipsu*). Como vimos, a regra geral prevê que [ĩ] latino tenha evoluído para [e]. Porém, a escrita nos revela que a vogal inicial de *esto* era pronunciada como [i], anterior alta, e não como [e], anterior média-alta. Tem-se, portanto, a atuação da metafonia, que eleva em um grau a altura da vogal média alta [e], realizada como [i] – daí, depreende-se a presença de uma vogal alta na posição final, que forneceu contexto fonético para o alteamento de [e]. Em outras palavras, *esto* era pronunciado est[u], e a ação da metafonia promoveu o alteamento de [e], que passou a se realizar como [i], dando origem à confusão entre *esto* e *isto* na escrita. Como última observação, vale comentar que a forma escrita *isto* passou ao português moderno – o que pode ser considerado um sinal da generalização da metafonia.

Segundo Mattos e Silva (1991, p.53), “[...] os processos metafônicos já atuavam, criando ‘exceções’ à regra geral, desde muito cedo na história da língua, mas não se pode afirmar em que itens do léxico, a não ser aqueles que apresentassem reflexo nas grafias”. Dessa forma, é difícil precisar o momento em que houve metafonia entre vogais da série média ([ɛ] > [e]; [ɔ] > [o]), uma vez que o sistema escrito não permite a distinção entre os timbres dessas vogais.

No caso das vogais médias em posição tônica, portanto, um recurso bastante utilizado pelos linguistas é a análise de textos da poesia trovadoresca. Williams (1961), por exemplo, afirma que, no *Cancioneiro da Vaticana*, *medo* rima com *cedo*, contrariando a regra geral segundo a qual a vogal latina [ĕ] evoluiu para [ɛ] (*mĕtu* > m[ɛ]do). Mais uma vez, tem-se a atuação da metafonía, que eleva a articulação da vogal média tônica em função da assimilação da altura da vogal final, pronunciada como [u]: m[ɛ]tu > m[ɛ]d[u] > m[e]d[u].

Na posição átona final, há também registros de escrita que revelam a variação dos grafemas <e> e <i> como reflexo da neutralização entre [e] e [i] em contexto átono final, realizando-se a vogal alta nessa posição. Como consequência da neutralização final, o timbre da vogal acentuada também pode alterar-se, realizando-se esta última como alta, por meio da metafonía: *mete* > m[i]t[i]; *foge* > f[u]g[i].

Quanto à posição pretônica, há registros de harmonização vocálica nas *Cantigas de Santa Maria* (fim do século XIII), em que se notam formas como *pidimos*, *firidas* e *sirvia*, nas quais a vogal pretônica sofre alteamento em virtude da altura da vogal [i] presente na sílaba tônica. Mattos e Silva (1991), apoiando-se em Maia (1986), mostra que, no século XVI, notam-se ocorrências semelhantes em Fernão de Oliveira e João de Barros, considerados os primeiros gramáticos da língua portuguesa: *bibiam*, *místico*, *pirigos*.



As *Cantigas de Santa Maria* são um conjunto de 427 composições em galego-português, em que se acredita que houve a participação de poetas e trovadores diversos, inclusive do Rei Afonso X, o Sábio, rei de Castela e Leão entre 1252 e 1284.

Com base nas evidências aqui apresentadas, pode-se concluir que mudanças na altura de vogais (tônicas ou átonas) em função da harmonização vocálica remontam ao século XIII e, no século XVI, mostram-se ainda atuantes no dialeto padrão de Lisboa.

Quanto ao sistema consonantal do português arcaico, não há muitas novidades em relação ao sistema do galego-português, que vinha se delineando desde o latim vulgar. O encadeamento dos processos de simplificação das consoantes geminadas, sonorização das surdas e queda das sonoras, sempre intervocálicas, por exemplo, foi responsável pela consolidação das oposições [p]/[b], [t]/[d], [k]/[g] e [s]/[z], sendo este último fonema inexistente no sistema do latim vulgar.

Conforme vimos, a palatalização foi um processo fonológico de fundamental importância no latim vulgar, uma vez que foi responsável pelo surgimento de fonemas inexistentes no quadro consonantal do latim clássico: [j], [ɲ] e [ʎ]. Também a consonantização dos *glides* [w] e [y] teve a sua contribuição para o sistema consonantal dada, respectivamente, pela criação da fricativa labiodental sonora [v], que passou a se opor à homorgânica surda [f]; e da fricativa alveopalatal sonora [ʃ], que se opunha à surda [ʃ], surgida por meio da palatalização.

Como última observação, cabe lembrar que, no português arcaico, havia consoantes africadas sibilantes ([ts]/[dʒ]) e alveopalatais ([tʃ]/[dʒ]). Assim, por meio de uma comparação com o sistema do português atual, constata-se que as africadas alveopalatais se mantiveram, enquanto as sibilantes transformaram-se, segundo Teyssier (1997), em [s] e [z], respectivamente, perdendo o segmento oclusivo inicial e tornando-se alveolares.

Em relação às vibrantes, Mattos e Silva aponta que

a vibrante anterior simples latina é o antecedente histórico da vibrante simples do português (*caru* > *ca/r/o*), enquanto a geminada intervocálica resultou na vibrante múltipla (*carru* > *ca/rr/o*) que assim se realiza ainda em dialetos conservadores de Portugal e caracteriza algumas áreas do Brasil. (SILVA, 1991, p. 81).

Como se pode observar, o sistema consonantal da segunda fase do português arcaico sofreu poucas modificações em relação ao galego-português e mantém-se praticamente o mesmo até o português moderno.

Há, no entanto, dois processos fonológicos ocorridos na segunda fase do português arcaico, entre os séculos XIV e XVI, que não se manifestaram de maneira uniforme em todo o território de Portugal, ou seja, mantiveram-se restritos a algumas regiões do território, fazendo com que se insturassem diferenças dialetais, sobretudo entre as regiões Norte e Centro-Sul. A seguir, vejamos quais são esses processos.

Fricativização de [b]

As consoantes [b] e [v], fonemas distintos no galego-português e na atual pronúncia de Lisboa e da região Centro-Sul de Portugal, passaram a se confundir na porção Norte, aproximando-se os falares dessa região ao galego.

Na região Norte, portanto, não se observa uma oposição [b]/[v], como no par mínimo *bala* x *vala*, mas uma realização bilabial oclusiva [b] ou fricativa [β], que leva ao fenômeno conhecido como a “troca do *b* pelo *v*”. Dessa forma, passaram a se confundir as pronúncias de *cabo* e *cavo*, realizadas, respectivamente, com [b] e [β].

Quanto à periodização, há registros desse processo, denominado *fricativização* de [b], em 1576, segundo o gramático Duarte Nunes de Leão: “O que muito mais se vee nos Gallegos, & em alguns Portugueses d’entre Douro & Minho que por *vós*, & *vosso*, dizem *bos* & *bosso*, & por *vida*, dizem *bida*” (MAIA, 1986, p. 476 apud SILVA, 1991, p. 90).

Como se pode observar, a “confusão” entre *b* e *v* é notada na segunda metade do século XVI, e seu caráter regional parece ser fortemente marcado, uma vez que “teve por efeito marginalizar mais uma vez os falares do Norte em relação aos do Centro e do Sul.” (TEYSSIER, 2001, p. 59).

Também na literatura brasileira, a troca de *b* por *v* foi utilizada por Aluísio de Azevedo, em *O mulato* (1881), como forma de caracterizar o comerciante Brito:

– Que queres, meu Bento? São assim estes pomadas cá da terra dos papagaios! E ainda se zangam quando queremos limpar-lhes a raça, sem cobrar nada por isso!

– Branquinho nacional! É gentinha com quem eu embirro, ó Bento, como com o vento, disse Brito com uma troca e baldroca de VV e BB, que denunciava a sua genealogia galega. (AZEVEDO, 1983, p. 60).

Há diferentes posicionamentos entre os autores quanto à fricativização de [b]; porém, Maia (1986), com base na pesquisa de documentos da Galiza e da região entre o Douro e o Minho, concluiu que, na fase do galego-português, havia uma oposição entre [b] e [β], cujo rendimento funcional era baixo, ou seja, tratava-se de uma distinção fonologicamente frágil. Ainda segundo a autora, no final do período arcaico,

a mesma região já testemunhava a neutralização da oposição [b]/[b̥], em favor de uma única articulação bilabial – daí a confusão entre [b] e [v].

A seguir, veremos que os fonemas sibilantes, na segunda fase do português arcaico, também passaram a apresentar realizações diferenciadas entre as regiões Norte e Sul de Portugal.

O sistema de sibilantes

Outro processo fonológico ocorrido no início do século XVI, relevante para a descrição do período final do português arcaico, diz respeito às modificações ocorridas no sistema das consoantes sibilantes existentes no galego-português [s, z, ts, dz] dentre as quais as duas últimas perderam o elemento oclusivo inicial por volta de 1500. O fenômeno se generalizou em pouco tempo, tal como se pode constatar na descrição feita por Fernão de Oliveira apud Mattos e Silva (1991), em que são apresentados quatro fonemas sibilantes:

- [s]: surdo, escrito ç ou c;
- [z]: sonoro, escrito z;
- [s]: surdo, escrito s- ou -ss-;
- [z]: sonoro, escrito -s-.



Fernão de Oliveira, frade e gramático, foi um dos expoentes renascentistas portugueses e autor da primeira gramática da língua portuguesa – a *Grammatica da linguagem portuguesa*, publicada em 1536.

Os dois primeiros fonemas são pré-dorsodentais, resultantes das mudanças ocorridas nas consoantes [ts] e [dz], pronunciados com a ponta da língua virada para baixo e a parte anterior do seu dorso próxima aos dentes de cima. Quanto aos dois últimos fonemas, a realização é ápico-alveolar, ou seja, com a ponta da língua próxima à região dos alvéolos.

Quanto à distribuição das quatro sibilantes acima citadas pelo território português, Teyssier (1997) nos relata que, em torno de 1550, os quatro fonemas passaram a confundir-se – o que levou a três situações diferentes:

1. norma do Centro e Sul (inclusive Lisboa): redução aos dois fonemas pré-dorsodentais surdo [s] (paço; passo) e sonoro [z] (cozer; coser);
2. norma dos falares do Norte: redução aos dois fonemas ápico-alveolares surdo [s] e sonoro [z]. Nessa região, cabe relatar que a pronúncia das consoantes ápico-alveolares ficou conhecida como *s beirão*;
3. norma da região Nordeste: preservação dos quatro fonemas primitivos – o que pode ser considerado um traço conservador em relação à evolução do sistema de sibilantes.

Com a fricativização de [b] e a evolução do sistema de sibilantes, encerramos a descrição dos processos fonológicos atuantes no período do português arcaico, cuja fronteira com o português moderno remonta ao século XVI. A seguir, veremos os processos que marcaram a fase do português moderno, iniciada em fins do século XVI e início do século XVII, apontando as regiões inovadoras e conservadoras em relação às mudanças implementadas à época.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Leia os dois fragmentos de textos abaixo (TARALLO, 1990, p. 186-187), datados de 1316 e 1433, respectivamente, e decida qual deles se assemelha mais às características do português arcaico. Não se esqueça de mostrar dados que justifiquem suas impressões.

a) “A. Dei gratia Rex Portugal, et Algarbij vniuersis presentam cartam inspecturis notum facio, quod quedam litera Religiosarum dominarum Abbatisse, et conuentus de loruão ejusdem Abbatisse sirillata per Illustrem filiam meam dominam Brancam presentata, cujus tenor talis est. [...]”

b) “Perseuerar nom podem em ordenança, os que per aucto de dar e de receber nom som aiuntados, porque onde hũa cousa nom recebe da outra, e todo se ha cunpridamente per ygualza, primeyro e segundo se nom pode achar. [...]”

Português moderno

Para iniciar esta seção, vale destacar que o português arcaico tem sido fartamente estudado e descrito, sobretudo “dos fins do século XIX para os meados do século XX” (SILVA, 1991, p. 46), enquanto a fase do português moderno carece de descrições mais abrangentes. Por essa razão, retomaremos aqui os processos que Teyssier (1997) aponta como típicos do período da língua portuguesa compreendido entre os séculos XVII e XIX, já em sua fase moderna.

Monotongação do ditongo [ow]

Da mesma forma que as mudanças ocorridas no sistema de sibilantes e na fricativização de [b], vistas anteriormente, a monotongação de [ow] em favor de uma única vogal [o] foi um processo fonológico cuja atuação fez com que se distinguíssem os falares do Centro-Sul e do Norte de Portugal, a partir do século XVII, instalando-se uma oposição entre inovação e conservação, nos seguintes termos:

1. região Sul e a maior parte do Centro: o ditongo [ow] passa a uma única vogal [o] (pouco > *p[o]co*, doutor > *d[o]tor*). Nessa faixa de monotongação, deve-se destacar que, na cidade de Leiria, o ditongo se conserva.
2. região Norte: o ditongo [ow] mantém-se.

Com base nessa distribuição, nota-se que a inovação parte do Sul, enquanto a região Norte se mostra mais conservadora, mantendo a preferência pela realização do ditongo.

A seguir, vejamos algumas mudanças que envolveram consoantes.

Passagem de [tʃ] a [ʃ]

Como vimos, havia, no sistema consonantal do português arcaico, uma consoante africada palatal [tʃ], escrita por *ch* (chamar, chaga, chave), que, no entanto, não se confundia com a constrictiva simples [ʃ], escrita por *x* (deixar).

A partir do século XVII, contudo, ocorreu o apagamento do segmento oclusivo inicial de [tʃ], o que propiciou a convergência com [ʃ]. Evidências desse processo são encontradas em testemunhos de gramáticos

como, por exemplo, Barretto (1671), que condena os que pronunciam e escrevem *xave*, *xapeo* e *fexadura*.

Também na passagem de [ʃ] a [j], a mudança partiu do Sul e tornou-se a norma de uso corrente. Entretanto, a pronúncia antiga ([ʃ]ave) sobrevive em grande parte das províncias do Norte, região que costuma se mostrar mais conservadora em relação ao Sul.

Em seguida, consideraremos a mudança verificada na pronúncia de [s] e [z] finais.

Pronúncia palatal de [s] e [z]

Em posição final de sílaba, as consoantes escritas *s* e *z* no português europeu atual são pronunciadas como [j], em final absoluto e diante de consoante surda (país, vista), ou como [ʒ], diante de uma consoante sonora (mesmo).

Como assinala Teyssier (1997, p. 66), os primeiros relatos de mudança na realização de *s* e *z* em final de sílaba são de Luis António Verney, em *Verdadeiro Método de Estudar* (1746): “todo o *s* final pronunciam como *x*”; “Não só o *s* final pronunciam como *x*, mas também o *z* final, o que V.P. pode ver em *diz*, *Luiz*, *fiz*”. Sendo assim, pode-se dizer que, na primeira metade do século XVIII, a pronúncia palatal de *s* e *z*, em posição final de sílaba, já havia sido implementada no português moderno.

A hipótese mais provável para a mudança acima descrita é a de que *s* e *z* teriam se realizado inicialmente como sibilantes, e o “chiamento” teria se processado entre o século XVI e a época do testemunho de Verney, em 1746.

Vale destacar que, também na palatalização de *s* e *z* finais, a região Norte de Portugal apresenta a particularidade de essas consoantes serem comumente realizadas como ápico-alveolares, conservando-se, assim, o antigo traço [+ alveolar] das consoantes originais. Portanto, nota-se, mais uma vez, que a região Norte de Portugal se configura como conservadora em relação aos falares do Centro-Sul – o que serve de pretexto para a depreciação dos falantes daquela região, por se distanciarem da norma padrão do português europeu, fixada com base no dialeto de Lisboa, cidade pertencente à região Centro-Sul.

No português do Brasil, o “chiado” típico, sobretudo do dialeto carioca, segundo Callou e Leite (2005, p.32), “parece ter sido introduzido no Rio de Janeiro no início do século XIX, trazido pela corte de

D. João VI”; portanto, após o processamento da mudança em Portugal no século anterior. Com base na dialetologia urbana, as autoras consideram como evidência para a afirmação citada o fato de que “no Centro, área inicial de residência da corte portuguesa, o índice de *s* ‘chiado’ chega a 96%” (CALLOU; LEITE, 2005, p. 33), ao passo que, em outras regiões da cidade, há uma maior distribuição entre *s* “chiado” e “não chiado”. Assim, a pronúncia palatalizada de [s] e [z] finais e diante de consoantes surdas, sobretudo, atribuída ao dialeto carioca, pode ter sido trazida ao Brasil por falantes portugueses das regiões em que a referida palatalização já havia se processado.

A seguir, veremos um caso de mudança no quadro vocálico.

Monotongação do ditongo [ey]

A monotongação do ditongo [ey] foi um fenômeno ocorrido na região Sul, mais uma vez inovadora, que se opõe ao Norte – região em que o ditongo foi mantido como traço conservador.

Teyssier (1997) observa, no entanto, que a monotongação não foi adotada na língua comum por questões sociais, uma vez que, nesse caso, a faixa da região Norte em que o ditongo se conservou inclui a cidade de Lisboa. Sendo assim, a monotongação, embora seja praticada por um grande grupo de falantes do Sul, não foi incorporada à norma do português moderno por não ter se efetivado em Lisboa (centro prestigiado).

Ainda segundo Teyssier (1997, p.78), é difícil estabelecer o momento em que teria ocorrido a monotongação na região Sul, mas “na segunda metade do século XVIII, e por *ei* caracteriza o falar das personagens populares do Alentejo (ex.: *sardenhero* por *sardinheiro*)”. Dessa forma, é possível estimar que, em meados do século XVIII, a monotongação já teria se efetivado no Sul, apesar de suas raízes remontarem, provavelmente, a estágios anteriores da língua.

Para encerrar o percurso dos processos fonológicos envolvidos na formação do português moderno, vejamos uma mudança ocorrida na realização das vibrantes já no século XIX.

Posteriorização da vibrante múltipla

No português arcaico, havia uma oposição entre a vibrante simples [r] e a múltipla [ʀ] em termos de intensidade da vibração, uma vez que, segundo relato de Fernão de Oliveira (1536), as duas vibrantes em questão se realizavam com a “língua pegada nos dentes queixais de cima” (OLIVEIRA apud SILVA, 1991, p. 97). Porém, de acordo com Mattos e Silva (1991), a posteriorização da vibrante múltipla, típica dos dialetos contemporâneos do português, parece ter começado a atuar no final do século XIX e, hoje, como afirma Teyssier (1997), consiste na realização geral de Lisboa, que foi amplamente adotada no restante de Portugal.

No português brasileiro, deve-se lembrar de que a pronúncia mais generalizada da vibrante múltipla é, preferencialmente, a posterior, que, no entanto, apresenta diversas possibilidades de realização fonética: [ʁ], [h], [ɹ].

Com a caracterização da mudança ocorrida na realização das vibrantes, encerramos a exposição dos processos fonológicos envolvidos na consolidação dos sistemas vocálico e consonantal do português moderno. A seguir, portanto, retomaremos alguns dos processos vistos ao longo da aula, com o objetivo de evidenciar suas atuações no português contemporâneo, fato que pode servir de base para a identificação de dialetos regionais ou sociais.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

Com base no *corpus* a seguir, identifique os processos que levaram às formas encontradas no português, levando em conta todas as alterações ocorridas nos dados:

capra > cabra

lacrima > lágrima

amorem > amor

ibam > ia

gradu > grau

tela > teia

Resposta comentada

Nos dados *capra* e *lacrima*, a sonorização das consoantes surdas intervocálicas foi responsável pela mudança de [p] para [b] e de [k] para [g]: *cabra*; *lágrima*.

Em *gradu*, a síncope das consoantes sonoras intervocálicas ocasionou a queda de [d], que deu origem à forma atual *grau*.

Em *amore*, temos o processo de apócope da nasal [m] final e da vogal [e], que passa a ser final com a queda da consoante e sofre, também, um enfraquecimento articulatorio que leva à sua queda.

Na forma *ibam*, temos a atuação de dois processos já citados aqui: síncope da consoante sonora intervocálica [b] e apócope da nasal final [m].

Em *tela*, temos a síncope da lateral [l] intervocálica, o que proporcionou uma estrutura de hiato de vogais com alturas diferentes (*tea*), que foi desfeito pela inserção (epêntese) da vogal alta [i]: *teia*.

Português contemporâneo

Conforme visto ao longo da aula, há processos fonológicos atuantes na língua portuguesa desde a sua formação histórica até os dias atuais. Por isso, esta seção é destinada à identificação dos processos que caracterizam, no português do Brasil, a modalidade que Preti (1997) denominou como “língua urbana comum”. Trata-se de uma modalidade que não apresenta grande diferenciação entre os falantes que a praticam, ou seja, o falar típico das regiões urbanas e predominante nos meios de comunicação social. Veremos que alguns fenômenos são marcados socialmente e, por isso, podem ser utilizados como forma de depreciar o falante, enquanto outros sequer são percebidos pela maior parte dos usuários.

Começamos por uma tendência encontrada atualmente no português, a qual remonta ao latim vulgar: a redução dos proparoxítonos.

Síncope de vogais postônicas nos proparoxítonos

Conforme vimos, o latim vulgar apresentava, dentre suas características fonológicas, uma tendência à pronúncia dos proparoxítonos como paroxítonos, por meio da síncope (apagamento) da vogal que

compõe a sílaba imediatamente posterior à sílaba tônica. Essa tendência pode ser confirmada no *Appendix Probi*, que destaca várias palavras proparoxítonas cujas pronúncias eram realizadas, pelos falantes do Império Romano, como paroxítonas.

No português do Brasil contemporâneo, pode-se dizer que a tendência à redução dos proparoxítonos a paroxítonos, observada pelos gramáticos latinos, também é comum. Uma justificativa fonológica para esse fenômeno é o fato de a articulação de palavras proparoxítonas exigir a realização de duas sílabas postônicas em sequência; assim, por serem inacentuadas, é frequente o enfraquecimento da sílaba que sucede a tônica – o que fornece contexto para a síncope da vogal presente nessa sílaba. Dessa forma, é comum encontrar, entre falantes do português brasileiro, realizações como *xícra* por *xícara*, *abóbra* por *abóbora*, *Bárbra* por *Bárbara* e *óclus* por *óculos*, por exemplo.

A maior parte dos falantes nega essas pronúncias, muitas vezes por não perceber a síncope da vogal ou por temer o preconceito linguístico, mas uma simples observação atenta da fala nos revela que os dados aqui exemplificados, dentre outros semelhantes, são bastante comuns na nossa fala não monitorada.

Pode-se dizer que a síncope de vogais postônicas nos proparoxítonos foi um dos fenômenos fonológicos que distanciaram o latim vulgar do latim clássico e foram responsáveis, em parte, pelo surgimento das línguas românicas, inclusive o português. Sendo assim, os exemplos citados não são exclusivos da fala dos brasileiros atualmente. Ao contrário, trata-se de uma tendência histórica, que tem uma razão fonológica para a sua ocorrência.

A seguir, um fenômeno que também já fora observado em estágios anteriores da língua e se mantém atuante no português contemporâneo será abordado: a monotongação dos ditongos [ey] e [ow].

Monotongação de [ey] e [ow]

A monotongação dos ditongos [ey] e [ow], que, nos primeiros séculos do português moderno, foram reduzidos às vogais [e] e [o] – distinguindo os falares Centro-Sul e Norte de Portugal, também é um fenômeno facilmente detectado no português brasileiro. Nesse sentido, dados como *oro* por *ouro*, *matadoro* por *matadouro*, *dorado* por *dourado*, *cadera* por *cadeira*, *fera* por *feira* e *mantega* por *manteiga* são frequentemente encontrados na fala de grande parte dos brasileiros.

Uma vez que a monotongação de [ey] e [ow] ocorreu, em Portugal, entre os séculos XVII e XVIII (TEYSSIER, 1997), é possível que a pronúncia monotongada tenha sido trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses, visto que, no período citado, a economia colonial deixava de ser açucareira e passava a mineradora, com a descoberta das grandes jazidas de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais. Houve, nessa época, portanto, uma grande corrente migratória de Portugal para o Brasil em busca da riqueza recém-descoberta – o que pode, em parte, justificar a monotongação de [ey] e [ow] também no Brasil, se levarmos em conta que foi a partir da “corrida do ouro” que a colonização se tornou mais ostensiva.

Mais uma vez, observa-se que fenômenos ocorridos na fala do português europeu entre os séculos XVII e XVIII estão presentes também na fala dos brasileiros atualmente. Sendo assim, estamos diante de mais um caso que não pode ser considerado uma “novidade” na história da nossa língua.

A seguir, vejamos como o obscurecimento de fonemas finais, já verificado em momentos históricos muito anteriores ao nosso, ainda se faz presente no português brasileiro contemporâneo falado.

Apócope

A apócope (queda de fonema em final absoluto) foi, como vimos, um processo fonológico responsável pelo apagamento de vogais postônicas no latim vulgar, assim como em *amare* > amar e *fidele* > fiel. Por essa razão, inúmeras palavras terminadas em consoante no português atual resultam da evolução de palavras latinas que apresentavam uma vogal final – frequentemente [e].

No português brasileiro contemporâneo, a apócope é um processo muito comum entre os infinitivos verbais, que exibem uma forte tendência à queda do segmento final quando não sucedidos de palavras iniciadas por vogais. Assim, a realização dos verbos no modo infinitivo mais comum no português brasileiro é aquela em que o [R] final, que pode ser articulado de diferentes formas, a depender do dialeto, é suprimido – o que resulta em dados de fala como *fazê* por *fazer*, *sentá* por *sentar* e *dormí* por *dormir*.

Castilho (2002) considera que a apócope nos infinitivos verbais é uma das características do português do Brasil que, “apontadas inicialmente como provas de ‘brasilidade’ do PB, [...] foram posteriormente

reestudadas, tendo-se comprovado que se tratava de fenômenos do português quinhentista, e não de criações de brasileiros”. Segundo o autor, portanto, a apócope de [R] nos infinitivos verbais não é uma inovação dos falantes brasileiros, uma vez que se trata de uma tendência já existente no português europeu do século XVI.

Como se pode observar, a apócope nas formas de infinitivo é mais uma característica do português brasileiro que remonta a estágios anteriores da evolução da língua – o que comprova o permanente caráter evolutivo da língua, por meio de processos fonológicos que podem se manifestar por mais de uma vez no percurso histórico das línguas em geral.

A seguir, o processo de palatalização, fundamental para a consolidação do sistema consonantal do galego-português e, posteriormente, do português arcaico, será revisto, com o objetivo de identificar dados em que se manifeste no português atual.

Palatalização

O processo de palatalização, responsável por uma série de mudanças ocorridas do latim ao português, inclusive o surgimento de novos fonemas, também está presente na fala de muitos brasileiros atualmente, servindo, inclusive, como forma de diferenciação entre dialetos regionais.

O famoso “chiado” carioca, que, embora seja assim conhecido, é típico também da fala de Recife e Salvador, como mostram dados do Projeto Nunc. Ele é resultado da palatalização do fonema alveolar [s], frequentemente realizado, nas localidades citadas, como a consoante africada alveopalatal [ʃ] em final absoluto de palavra e diante de consoante surda. Sendo assim, as palavras *escada* e *astro*, por exemplo, são comumente realizadas como *e[s]cada* e *a[s]tro* nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, enquanto a pronúncia mais típica das cidades do Rio de Janeiro e Recife é *e[ʃ]cada* e *a[ʃ]tro*.



O Projeto Nunc (Norma Urbana Culta) dispõe de dados de fala coletados nas décadas de 1970 e 1990, que permitiram a descrição da norma praticada entre os falantes cultos de cinco capitais brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Salvador.

Quanto à justificativa para a palatalização de [s], tendo [ʃ] como resultado, lembremos que Callou e Leite (2005) a atribuem à chegada da corte de d. João VI ao Brasil no século XIX (momento em que o mesmo processo já havia ocorrido na região Centro-Sul de Portugal).

Como última observação, vale destacar que, apesar de a fala carioca ser caricatrada em relação à palatalização [s]>[ʃ], a realização palatal ocorre apenas em contexto final absoluto e diante de consoante surda: *menina*[ʃ]; *o*[ʃ]*car*. Diante de consoante sonora, no entanto, a realização fonética corresponde à consoante africana alveopalatal sonora [ʒ], homorgânica de [ʃ]: *le*[ʒ]*ma*; *ve*[ʒ]*go*.

Em seguida, veremos de que maneira os falantes do português contemporâneo se utilizam da harmonização vocálica.

Alteamento de vogais médias e harmonização vocálica

O processo de metafoia, que consiste na mudança de traços das vogais médias tônicas que antecedem segmentos vocálicos postônicos de articulação alta ([i], [u]), esteve envolvido na mudança verificada em vogais médias que sofreram interferência em suas alturas, devido à proximidade de uma vogal alta, assim como se observa no exemplo *m*[ɛ]*tu* > *m*[ɛ]*d*[u] > *m*[e]*d*[u]. Nesse caso, a vogal tônica realizada como média-baixa [ɛ] passa a ser articulada como média-alta [e], ou seja, tem sua altura elevada em função da assimilação do traço [+ alto] da vogal alta postônica recuada final [u], com o objetivo de promover a harmonização vocálica.

Como já visto, a harmonização vocálica também não é desconhecida no português contemporâneo. Ao contrário, trata-se de um processo muito comum na nossa língua, generalizado a ponto de os falantes não tratarem pejorativamente o alteamento da vogal média pretônica em dados como *c*[u]*ruja* por *coruja*, *c*[u]*zinha* por *cozinha*, *p*[i]*rigo* por *perigo* e *d*[i]*rrubar* por *derrubar*, nos quais as vogais pretônicas médias-altas [o] e [e] sofrem alteamento e se realizam como altas por assimilação da altura das vogais [u] e [i] presentes nas sílabas seguintes.

Acrescentemos que, além dos casos de harmonização vocálica, comentados anteriormente, há também casos de alteamento de vogais médias nos dialetos do português do Brasil em que a consoante fricativa alveolar [s] é pronunciada como a fricativa alveopalatal [ʃ]. Nesses casos,

o traço palatal da consoante pode fazer com que a vogal que a antecede tenha sua altura elevada, a fim de aproximarem-se a altura e de simplificar a articulação, como se observa nos exemplos *d[iʃ]tacar* por *destacar* e *t[uʃ]tão* por *tostão*.

Em seguida, veremos que a realização de [s] e [z] finais como [ʃ] pode também acarretar casos de epêntese no português brasileiro atual.

Epêntese

A epêntese vocálica é um processo bastante comum no português do Brasil contemporâneo, naqueles dialetos em que as fricativas alveolares [s] e [z], em contexto final, são pronunciadas como a alveopalatal [ʃ]. Sendo assim, nos falares brasileiros em que as palavras *luz*, *atrás* e *três*, por exemplo, são pronunciadas com o segmento final [ʃ], é comum a epêntese (inserção) de um elemento vocálico, no caso, [i], para servir de “ponte” entre a articulação da vogal e da consoante final, promovendo uma elevação da língua, que já se encontrará na posição próxima ao ponto de articulação de [ʃ]. Dessa forma, a pronúncia dos exemplos anteriormente citados pode se aproximar de *lu[iʃ]*, *atra[iʃ]* e *tre[iʃ]*.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

A seguir, são listados alguns dados do português contemporâneo em que se vê a atuação de processos fonológicos nas formas variantes. Identifique o processo e justifique a sua ocorrência.

“Não gosto de *lê* muito. Prefiro *vê* um filme.”

“Me *dêxa* em *paiz*, por favor!”

“Você usa *óclus*?”

Resposta comentada

Nos dados *lê* e *vê*, tem-se o processo de apócope do segmento consonântico final, pelo seu enfraquecimento (lenização), da mesma forma que já ocorria no latim (*nomen* > nome).

Em *dêxa*, observamos a monotongação de [ey], frequente no português brasileiro atual e ocorrida entre os séculos XVII e XVIII em Portugal. Em *paiz*, tem-se o processo de epêntese vocálica, em função da articulação do segmento final como [j].

Por fim, em *óclus*, temos a síncope da vogal da sílaba postônica medial, transformando uma palavra proparoxítona em paroxítona, assim como já acontecia no latim vulgar.

Conclusão

Como pudemos notar, houve inúmeros processos fonológicos envolvidos na evolução do latim ao português atual, que, em um primeiro momento, promoveram mudanças responsáveis pelo distanciamento do latim vulgar em relação ao clássico e, ao longo dos séculos, permitiram o surgimento de novos fonemas, bem como desencadearam mudanças que estão na base da formação da língua portuguesa. Vimos também que os mesmos processos fonológicos que foram capazes de levar à formação de línguas diferentes a partir do latim podem, ainda, ser responsáveis por determinadas variações verificadas na fala brasileira atual. Portanto, a variação e a mudança linguísticas estão sempre em curso, permitindo que, muitas vezes, o olhar sobre a história da língua nos auxilie a justificar um fenômeno contemporâneo.

Resumo

Esta aula teve por objetivo explorar os processos fonológicos que se fizeram presentes na formação histórica do português e promoveram mudanças que resultaram na aquisição de novos fonemas ou na mudança de traços de segmentos já existentes. Assim como na aula anterior, vimos que é importante levar em conta a posição do fonema que sofre mudança, uma vez que o contexto (intervocálico ou diante de vogal alta, por exemplo) sempre nos fornece pistas para justificar a mudança.

Além disso, vimos também que fenômenos muitas vezes considerados “novos” no português contemporâneo já atuaram em momentos da história da língua anteriores ao nosso.

Referências

ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

AZEVEDO, Aluísio de. *O mulato*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1983.

BARRETTO, João Franco. *Ortografia da lingua portugueza* / per Joam Franco Barretto. Lisboa: officina de Joam da Costa: a custa de Antonio Leyte mercador de livros, na Rua Nova, 1671.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CASTILHO, Ataliba T. de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 237-269.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: I.N.I.C., 1986.

PRETI, Dino. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: _____ (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1997. p. 17-27.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. _____. Lisboa: Sá da Costa, 1997.

WILLIAMS, Edwin. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961.

Aula 8

Aspectos linguísticos da evolução
do latim ao português: morfologia
diacrônica (morfologia nominal)

Meta

Apresentar as características principais da morfologia nominal latina e suas correspondências com o português moderno.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. identificar em que medida a perda do sistema de casos afetou a estrutura morfológica das línguas românicas;
2. analisar os aspectos da constituição histórica do sistema nominal do português (substantivos e adjetivos).

Introdução

Os estudiosos da diacronia apontam que a língua latina é uma língua sintética. Nesse sentido, o latim clássico caracteriza-se por uma rica morfologia nominal. O português e o próprio latim vulgar, ao contrário, são línguas mais analíticas. Vejamos um breve exemplo disso.



Línguas sintéticas e analíticas

Línguas sintéticas são aquelas que concentram na própria morfologia as funções sintáticas dos termos. As línguas analíticas, por sua vez, apresentam uma tendência mais acentuada quanto ao uso de perífrases, locuções etc.

latim clássico	latim vulgar	português
<i>liber Petri</i>	<i>libru de Petru</i>	livro de Pedro

Pelo quadro, fica claro que o latim clássico apresentava uma forma mais *econômica* de expressar os conteúdos gramaticais da língua. As terminações das palavras *liber* e *Petri* (no latim clássico) indicavam a função sintática de cada uma delas, ou seja, a palavra *liber* funcionava na locução como núcleo do sintagma; a palavra *Petri*, por sua vez, tinha a função de adjunto adnominal.

No latim vulgar, essas terminações vão progressivamente perdendo valor distintivo. Nessa fase, já não temos, em geral, distinções morfosintáticas claras a partir das terminações. A expressão *libru de Petru*, diferentemente do latim clássico, já apresenta ambos os itens lexicais com uma mesma terminação *-u* e ligados pela preposição *de*. A tendência analítica já é evidente nessa fase.

Por fim, no português, essa tendência se confirma, visto que chegamos a um modo mais sintático do que morfológico, o que é facilitado pelo uso cada vez mais frequente de preposições. Em síntese, perde-se a estrutura de caso, mas ganha-se uma ordenação mais fixa. Entre outras questões, é sobre isso que falaremos nesta aula.

O nome em latim – o sistema de casos

Quando se fala no termo *nome*, a língua latina considerava tanto os chamados *substantivos* quanto os *adjetivos*. A diferença entre eles, de fato, ainda em muitos casos, é de emprego sintático. Por exemplo, se dizemos *O pobre está menos vulnerável à política*, a palavra *pobre* pode ser classificada como um substantivo, visto que funciona como núcleo do sintagma, que é o sujeito da oração. Por outro lado, se dizemos *O menino pobre sofreu muito durante a vida*, a palavra *pobre* não mais ocupa o centro do sintagma, mas passa a funcionar como adjunto adnominal da palavra *menino*, ou seja, passa a ser considerada um adjetivo.



Substantivos e adjetivos

Os substantivos são nomes com função central em uma construção sintática. Os adjetivos, por sua vez, são nomes que sempre se reportam a substantivos e indicam essa dependência pela sua “concordância” com o respectivo substantivo (CÂMARA JR., 1979).

As funções sintáticas dos termos latinos eram dadas pelas próprias terminações das palavras. Assim, no latim clássico, havia uma estrutura de casos, que tem correspondência aproximada com a sintaxe do português moderno. Vejamos:

Quadro 8.1: Correspondência entre o sistema de casos latino e a sintaxe do português

Caso	Função sintática	Exemplo do latim clássico
nominativo	sujeito	<i>discipulus</i>
genitivo	complemento restritivo (adjunto adnominal)	<i>discipuli</i>
dativo	objeto indireto	<i>discipulo</i>
acusativo	objeto direto	<i>discipulum</i>
vocativo	vocativo	<i>discipule</i>
ablativo	adjuntos adverbiais	<i>discipulo</i>

Como você deve estar percebendo, a diferença nas funções sintáticas era apontada pela terminação das palavras. Portanto, nas frases *O discípulo ama o mestre* e *O mestre ama o discípulo*, teríamos respectivamente, no latim clássico, as palavras *discipulus* e *discipulum*, já que, no primeiro caso, a palavra *discípulo* pertenceria ao caso nominativo (sujeito da oração) e, na segunda ocorrência, trata-se de um uso no caso acusativo (objeto direto da oração).

Em língua latina, em uma construção de sujeito, por exemplo, se o respectivo substantivo, centro da construção, estava no caso nominativo, naturalmente era acompanhado de adjetivo no mesmo caso. Além disso, o adjetivo acompanhante, em qualquer frase, trazia sempre a marca do mesmo gênero. Vejamos:

Quadro 8.2: Correspondência entre a morfossintaxe latina e a portuguesa

<i>Abiectus</i>	<i>lupum</i>	<i>puer</i>	<i>vidit</i>	<i>famelicum</i>
desesperado	o lobo	o menino	viu	faminto
nominativo	acusativo	nominativo	verbo	acusativo
masculino, singular	masculino, singular			masculino, singular
O menino desesperado viu o lobo faminto				

Neste exemplo, observamos que *o menino* (*puer*) é núcleo do sujeito (caso nominativo) e *o lobo* (*lupum*) é o núcleo do objeto direto (caso acusativo). Nessa frase latina, há dois adjetivos: *abietus* (desesperado) e *famelicum* (faminto). Como a ordem dos termos era relativamente livre, surge a pergunta:

Quem estava faminto e quem era desesperado: o menino ou o lobo? Como resolver essa questão?

O sistema de casos facilmente resolvia a situação, sem maiores problemas. Observemos que a palavra latina *famelicum* tinha a mesma terminação da palavra latina *lupum*. Logo, aquele adjetivo só poderia fazer referência a esse substantivo por uma questão de concordância de caso. Logo, o lobo estava faminto (e não o menino).

Com o passar do tempo, houve uma redução gradual e paulatina dos casos, em um processo de sincretismo lento, mas firme, que no romance ibérico (séc. VI ao IX) culminou com a fixação dos nomes na forma única de acusativo para qualquer função sintática. É por esse motivo que o acusativo é considerado o **caso lexicogênico** do português.

Caso lexicogênico

Caso gerador da maior parte do léxico.

Devemos destacar, contudo, que o português não foi constituído apenas de palavras oriundas do caso acusativo. A seguir, apresentamos alguns exemplos de palavras que se originaram de outros casos latinos:

Quadro 8.3: Exemplos de palavras portuguesas que se originaram de outros casos, que não o acusativo

Caso	Exemplo
nominativo	câncer, deus, César
genitivo	agricultura, terremoto, jurisprudência
ablativo	talvez, fidedigno, agora
dativo	crucifixo, deodato
vocativo	ave-maria

Os especialistas apresentam diversas causas para a redução dos casos. Uma delas é o esvaimento de /m/ final, no sistema nominal, para as três primeiras declinações, justificando a desinência zero (Ø) para a marcação do singular, e desinência -s para o plural. Essa é a característica básica dos nomes em português até hoje. Exemplos: casaØ × casas; livroØ × livros.

A queda dessa terminação (conhecida como apócope do *m* final), além da perda do traço de quantidade das vogais, produziu uma confusão entre os casos, levando esse sistema ao colapso. Para reorganizar o sistema, a própria língua suscitou uma nova dinâmica, que é a ordem das palavras.

Segundo a visão de Tarallo (1990, p. 132), essa transformação pode ser chamada de *perda encaixada*, visto que se caracterizou como uma mudança no sistema gramatical em transformação. Essa mudança em um plano da gramática (perda da flexão de caso) acarretou uma outra mudança em outro plano da gramática (a fixação da ordem).

Podemos também defender a ideia de que houve igualmente um *ganho encaixado*, visto que, com a fixação da ordem, foi necessário o uso cada vez mais frequente e diversificado de preposições para suprir as distinções outrora realizadas pelas desinências de caso. Em outras palavras, as mudanças são sempre sistêmicas: uma alteração acarreta outra, o que mantém o equilíbrio na língua. Enquanto alguns traços desaparecem, outros surgem.



Perdas e ganhos encaixados

Caracterizam-se pelo fato de uma mudança, em um determinado plano gramatical, acarretar outra mudança em outro plano.

Antes, na língua latina clássica, a ordem era relativamente livre. Tomando-se uma frase simples como *Puer vidit lupum* (O menino viu o lobo), era possível outras ordens como *Vidit puer lupum* ou *Lupum vidit puer*, exatamente com o mesmo significado do primeiro exemplo. No ato comunicativo, o interlocutor não teria dificuldades para distinguir o sujeito do objeto direto, pois as terminações indicavam a função sintática de cada item.

Com a maior fixação da ordem, essa gama de possibilidades ficou bastante restrita. Assim, no português, a ordem mais plausível (e possivelmente a única) seria *O menino viu o lobo*. Nesse caso, se o termo *o lobo* for alterado para a primeira posição e o termo *o menino* for alterado para a última, teremos uma frase com sentido totalmente diferente: *O lobo viu o menino*. Vemos, portanto, que a ordem é fundamental no português moderno.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Segundo os especialistas em história da língua, a morfologia nominal latina era muito rica. Como podemos comprovar essa afirmação?

2. Por que a redução dos casos latinos ocasionou uma maior fixação da ordem dos constituintes na sintaxe do português?

3. Por que o caso acusativo é de especial interesse para a história dos nomes em português?

Resposta comentada

1. A morfologia nominal latina era muito rica porque contava com seis casos diferentes (nominativo, acusativo, ablativo, dativo, genitivo, vocativo). O número de desinências para a expressão das funções sintáticas era bastante numeroso. Isso fazia com que o nome, em latim, tivesse muitas flexões, corroborando a ideia de uma morfologia nominal rica.

2. As muitas desinências nominais eram utilizadas como indicativas dos casos latinos, ou seja, das funções sintáticas que os termos ocupavam na sentença. Com isso, a ordem não era tão importante, visto que um mesmo termo poderia ocupar diferentes posições na sentença, sem prejuízo para a sua interpretação. Com a progressiva redução dos casos, as desinências, que antes indicavam a função sintática dos termos, foram perdendo sua função morfossintática principal, sendo necessário outro mecanismo. É aí que surge a ordem mais fixa dos termos na oração.

3. Dentre todos os antigos casos latinos, o acusativo foi o que mais gerou palavras para o léxico da língua portuguesa. É verdade que temos alguns resquícios de outros casos, mas o acusativo é o caso lexicogênico, ou seja, o maior responsável pela criação do léxico de nossa língua.

Declinações latinas

Os gramáticos latinos dividiam os substantivos em cinco *declinações*, ou seja, em cinco agrupamentos formais (ou paradigmas de desinências nominais). Eis um exemplo de cada palavra a partir das declinações latinas:

- 1ª declinação: *nauta-ae*.
- 2ª declinação: *servus-i*.
- 3ª declinação: *civitas-is*.
- 4ª declinação: *manus-us*.
- 5ª declinação: *dies-ei*.

Na realidade, as diferenças fundamentais criavam apenas três agrupamentos, que eram as chamadas 1ª, 2ª e 3ª declinações. Por elas é que se pautaram, afinal, no latim vulgar, todos os substantivos latinos. Isso aconteceu porque a 4ª e a 5ª declinações fundiram-se logo às anteriores. Segundo os **latinistas**, a confusão entre as declinações era comum até mesmo no latim clássico.

Os nomes distribuíam-se pelas cinco declinações e apresentavam desinências variantes, conforme o caso em que se encontrassem na frase. A desinência de acusativo regular era *-m*, no singular, e *-s*, no plural. Era a vogal silábica a que essas consoantes seguiam-se que classificava o substantivo em uma das três declinações básicas, de acordo com Câmara Jr. (1979, p. 73):

Latinistas

Estudiosos da língua e da literatura latinas.

Quadro 8.4: Declinações básicas da língua latina

1ª declinação (a)		2ª declinação (ũ/õ)		3ª declinação (e)	
singular	plural	singular	plural	singular	plural
<i>ros<u>a</u>m</i>	<i>ros<u>a</u>s</i>	<i>lup<u>u</u>m</i>	<i>lup<u>o</u>s</i>	<i>art<u>e</u>m</i>	<i>art<u>e</u>s</i>

Na segunda declinação, predominavam os substantivos masculinos e, na 1ª, os femininos. A 3ª declinação não trazia indicação formal de masculino e feminino. Exemplos de palavras da terceira declinação: *tristem*: *triste*; *generalem*: *generales* (no acusativo).

De acordo com Carvalho e Nascimento (1969), foram razões de ordem psicológica e sintática que contribuíram para a perda da declinação latina:

Em geral, a declinação das línguas indo-europeias se conserva menos que a conjugação, porque a substantividade invariável do substantivo não exige a distinção de formas como o verbo que indica ação, progresso, mudança (CARVALHO; NASCIMENTO, 1969, p. 77).

Em outras palavras, o mecanismo da declinação tornou-se obsoleto, sem real funcionalidade no sistema linguístico, pois a categoria *nome* não exprime as tão variadas noções que o verbo exprime.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. Com base na observação do **Quadro 8.4**, responda: como surgiu a desinência -s, indicativa do plural, em português?

2. Segundo Carvalho e Nascimento (1969, p. 77), o substantivo é marcado por uma “substantividade invariável”. Como podemos compreender essa ideia?

Resposta comentada

1. A observação do quadro explicita, com clareza, que, desde a língua latina, a desinência -s já era utilizada para a marcação do plural. Assim, em *rosas*, *lupos*, *artes* – termos respectivamente representativos das três principais declinações latinas – detectamos essa desinência no final dos três nomes.
2. Ao abordar o conceito de *substantividade*, Carvalho e Nascimento (1969) assumem que o nome expressa menos noções morfológicas

do que o verbo, por exemplo. Na flexão verbal, temos as categorias de modo, tempo, número e pessoa. Em português, todas elas exigem diferentes terminações morfológicas para serem expressas. Com o substantivo, essas categorias estão ausentes, sendo, portanto, por esse ponto de vista, mais simples morfológicamente.

A categoria de número

Primeiramente, vejamos um quadro que nos apresenta o plural de algumas palavras latinas, ilustrando cada uma das antigas cinco declinações:

Quadro 8.5: Exemplos de acusativo plural das cinco antigas declinações da língua latina

Declinação	Acusativo plural
1 ^a	<i>poetas</i>
2 ^a	<i>dominos</i>
3 ^a	<i>sermone</i>
4 ^a	<i>fructus</i>
5 ^a	<i>res</i>

É fácil deduzir que o plural, em latim, seguia uma regra muito simples, bastante semelhante à do português atual. Com efeito, a categoria de número é conceptual e morfológicamente simples na língua portuguesa. Afinal, a regra geral, com relação à oposição entre um único indivíduo e mais de um indivíduo, é básica. Morfológicamente, a ausência de -s final indica o singular, e a sua presença, o plural.



Ausência de -s indicando singular e presença indicando plural é uma regra que já estava presente na língua latina, permanecendo praticamente inalterada no português. Assim, temos *menino* + Ø (singular); *menino* + s (plural).

Em português, a oposição só fica suprimida nos nomes graves (paroxítonos) já terminados em /s/ em que também falta a desinência de plural. Exemplos: *ônibus*, *ourives*. Nesses casos, o número só se explicita pelo fenômeno da concordância, pois dizemos *o ônibus*, *os ônibus*, *o competente ourives*, *os competentes ourives*.

A desinência -s, como marca permanente de plural, pode não se acrescentar singelamente ao tema nominal do singular. Há no tema singular, muitas vezes, alterações de ordem fonológica em concomitância com a adição da desinência de plural. Por exemplo, a alternância de timbre de /o/ tônico, que passa de vogal média fechada a vogal aberta /o/ no plural, indica um caráter de traço morfológico redundante com a desinência /s/ para opor singular e plural. Exemplo: *ovo* > *ovos*; *grosso* > *grossos*; *osso* > *ossos*. Do ponto de vista da descrição atual, há assim uma abertura do timbre de /o/ tônico no plural em complemento à marca do plural pela desinência. Mas não é um mecanismo geral e firme e, entre os nomes que são exclusivamente substantivos, muitas vezes não aparece. Exemplos: *lobo* > *lobos* (CÂMARA JR., 1979).

Os nomes de singular terminados em consoante final (-r, -s, -l) normalmente provêm da 3ª declinação latina, de tema em -e. Houve no singular uma mudança de silabação com a integração da consoante na sílaba precedente e a queda do -e final. Nas formas de plural, entretanto, o /s/ impediu a mudança e permaneceu a vogal e do tema: *mare* > *mar*, *mares* > *mares*; *male* > *mal*, *males* > *males*. Esse processo histórico corresponde à incompatibilidade de grupos consonânticos finais, tais como /rs/ e /ls/ na estrutura fonológica da língua (CÂMARA JR., 1979).

Em termos de descrição atual, temos três regras distintas, morfofonológicas, para o plural dos nomes de final em /l/:

- supressão do /l/ com ditongação depois de /a, e, o, u/ (*animal* > *animais*; *papel* > *papéis*; *amável* > *amáveis*; *anzol* > *anzóis*; *azul* > *azuis*);
- supressão do /l/ depois de /i/ tônico (*anil* > *anis*);
- supressão do /l/ depois de /i/ átono, com passagem do /i/ a /e/ e ditongação (*fácil* > *fáceis*).

Com relação ao plural dos nomes em -ão tônico, encontram-se, no mecanismo morfológico da língua, três estruturas de plural, conforme Câmara Jr. (1979):

- sem variação morfofonológica (*mão* > *mãos*);

- com uma mudança, no plural, do ditongo *-ão* para *-õ* e acréscimo da vogal temática *-e* (*razão* > *razões*);
- com uma mudança, no plural, do ditongo *-ão* para *-ã* e acréscimo da vogal temática *-e* (*pão* > *pães*).

Essas três diferentes formas de plural das palavras terminadas em *-ão* podem ser frutuosamente explicadas pela diacronia. Vejamos o quadro a seguir, conforme Câmara Jr. (1979, p. 75):

Quadro 8.6: As diferentes formas de plural das palavras terminadas em *-ão* em perspectiva diacrônica

singular	<i>manu</i>	<i>mano</i>	<i>mão</i>
plural	<i>manu<u>s</u></i>	<i>man<u>o</u>s</i>	<i>mã<u>o</u>s</i>
singular	<i>pane</i>	<i>pãe</i>	<i>pão</i>
plural	<i>pan<u>e</u>s</i>	<i>pã<u>e</u>s</i>	<i>pã<u>e</u>s</i>
singular	<i>multitudine</i>	<i>multidõe</i>	<i>multidom - multidão</i>
plural	<i>multitudin<u>e</u>s</i>	<i>multidõ<u>e</u>s</i>	<i>multidõ<u>e</u>s</i>

Como ficou evidente, a regra das palavras que hoje terminam em *-ão*, na fase latina, seguiu o mesmo princípio básico do português atual: ausência de *-s* final indicava o singular, e a sua presença, o plural. Somente no estado sincrônico atual é que se verificam idiossincrasias.

No plano descritivo atual, a distribuição dos três tipos é arbitrária e há frequentes interferências entre eles, com possibilidade de variação livre, que a disciplina gramatical ora aceita (*aldeãos*, *aldeões*, *aldeães*), ora rejeita (*cidadões*, por exemplo). A gramática e o uso literário variam muito, neste particular, de nome para nome. A tendência é no sentido da fixação das variações morfofonológicas *-ão:-ões*, em virtude da muito maior quantidade, na língua, de nomes provenientes do antigo tipo em *-om*, que pertencem aos substantivos de ação, relacionados a um radical verbal (*consolação*, *persuasão*, *omissão* etc.). O ensino escolar se esforça para manter os três tipos de plural, apoiando-se na origem latina.

Atividade 3

Atende ao objetivo 2

1. Por que, segundo Câmara Jr. (1979), a categoria de número é conceptual e morfologicamente simples na língua portuguesa?

2. Como poderia ser didaticamente explicado aos alunos o motivo para termos, em português, três diferentes formas de plural para as palavras em *-ão*?

Resposta comentada

1. A categoria de número é conceptual e morfologicamente simples, pois a alternância entre singular e plural é feita, na ampla maioria dos casos, com o uso de \emptyset (morfema zero) e *-s*, respectivamente.
2. Normalmente, os professores de língua portuguesa apresentam as três formas de plural em *-ão*, mas não explicam o motivo para a existência dessas três formas. Uma abordagem estritamente sincrônica, de fato, não é capaz de explicar o motivo para a existência dessas três formas distintas. Pela diacronia, contudo, pela apresentação e análise do **Quadro 8.5**, por exemplo, ficará claro que a diferença atual nessas três formas é proveniente de suas origens latinas.

A categoria de gênero

O latim possuía três gêneros: masculino, feminino e neutro. Deve-se destacar que, “para a tipologia nominal latina, enquanto a expressão de caso e do número era nítida no substantivo, a do gênero só se tornava, em princípio, claramente explícita através de um adjetivo” (CÂMARA JR., 1979, p. 72). Vejamos um exemplo:

Quadro 8.7

<i>Lupus</i>	<i>Abiectus</i>
Nome masculino	Adjetivo no masculino
<i>Quercus</i>	<i>Abiecta</i>
Nome feminino	Adjetivo no feminino

Tanto a palavra *lupus* (lobo) quanto a palavra *quercus* (carvalho), segundo o quadro, são terminadas em *-us*. No entanto, a primeira é masculina e a segunda é feminina. Segundo a morfossintaxe latina, era possível detectar isso por meio da terminação do adjetivo adjacente. Em *lupus abiectus*, pelo fenômeno da concordância nominal, temos a terminação *-us*, em *abiectus* (desesperado), que indica o gênero masculino. Já em *quercus abiecta*, temos a terminação *-a*, em *abiecta* (desesperada), que indica o gênero feminino. De certa maneira, isso se mantém, em algumas formas, em português. Por exemplo, como saber se a palavra *dentista* faz referência a um homem ou a uma mulher? Isso só fica claro por meio de determinantes: a) por meio de artigos: *o dentista* x *a dentista*; b) por meio de adjetivos (como no caso latino): *bom dentista* x *boa dentista*. O mecanismo, portanto, é semelhante.

Agora vamos falar um pouco sobre o gênero neutro. Segundo Carvalho e Nascimento (1969, p. 79), “no primitivo indo-europeu o gênero gramatical dos substantivos fundamentava-se no sexo real e por isso os seres inanimados eram do gênero neutro (*neuter* = nem um nem outro)”. O gênero neutro, já no latim clássico, não correspondia a um conceito nítido, mesmo parcialmente. Era já então uma simples idiosincrasia formal dos nomes na língua. A sua marca distintiva formal era muito fraca; consistia essencialmente na desinência *-a*, de plural, para o nominativo e acusativo em comum. “Um processo de eliminação dessa categoria, conceptualmente obsoleta, foi interpretar o nominativo-acusativo plural neutro como um coletivo singular” (CÂMARA JR., 1979, p. 73-74). Por que isso aconteceu?

Na primeira declinação, não havia nenhum nome neutro. Eram quase todos femininos e terminavam em *-a*. Por isso, essa terminação passou a ser a desinência indicativa do gênero feminino. Quanto à segunda declinação, havia muitos nomes masculinos e neutros. Quase todos terminavam em *-o*. Paralelamente ao que aconteceu na primeira declinação com relação ao feminino, essa terminação *-o* passou a indicar o gênero masculino nos nomes.

Os nomes neutros, no singular, com desinências idênticas às do masculino, passaram a esse gênero. As palavras neutras no plural, que tinham a terminação em *-a*, passaram a ser consideradas femininas. Em síntese, no latim vulgar, o neutro singular passou a masculino, e o neutro plural passou a feminino.

Assim, a palavra *castela* (sing. *castellum*, pl. *castella*) indicava o antigo plural neutro das numerosas fortificações levantadas pelos romanos na região centro-norte da Península Ibérica. Com o tempo, passou a designar, como singular, o conjunto das fortificações, a extensa linha fortificada e, como tal, ficou sendo o nome de uma província espanhola. Em outras palavras, *castela* passou de plural a singular, mas manteve um vestígio de pluralidade ou coletividade. Isso ocorreu também com outras palavras. Por exemplo, o termo *lenha* (sing. *lignum*, pl. *ligna*) significa um grupo de paus e gravetos para acender fogo, mas atualmente é um nome singular em português. A palavra *ova* (sing. *ovum*, pl. *ova*) indica os ovários dos peixes, com conotação plural ou coletiva bastante evidente, mesmo sendo considerada como singular.

Com o tempo, o gênero neutro desapareceu não só no português, mas em todas as outras línguas românicas. Afinal, com a dissociação das noções de gênero e sexo, não havia mais necessidade de se conservar na língua uma categoria que não correspondia a um conceito lógico.

No português, o substantivo não tem, necessariamente, marca morfológica de gênero, ou, em outros termos, a marca é uma desinência zero (Ø). O gênero imanente se explicita, porém, pela presença de artigos antepostos ao nome ou por meio de adjetivos, quando se reportam ao substantivo em questão. São os adjetivos que têm um masculino em *-o* e um feminino em *-a* (*belo/bela*; *soberbo/soberba* etc.).

Em referência a substantivos designativos de seres do reino animal, a dicotomia masculino/feminino coincide com a oposição dos sexos em machos e fêmeas, mas não de maneira cabal. Câmara Jr. assim nos fala:

Em referência a seres humanos, por exemplo, *testemunha* é substantivo sempre feminino (*a testemunha*), quer se refira a homem ou mulher; quanto a substantivos para animais “irracionais” a fixação da palavra num gênero único é frequente na língua (*o tigre*, seja o macho, seja a fêmea; *a cobra*, seja a fêmea, seja o macho) e até há muitos substantivos que têm um masculino ou um feminino completamente desusados em proveito da forma de gênero oposta, que se aplica a qualquer dos sexos (*a perdiz*, *o elefante*). Mas todos os demais substantivos têm necessariamente

gênero e assim a categoria de gênero se dissocia do conceito dos sexos. Muitos substantivos disjungem-se, não obstante em forma masculina e forma feminina, na base de outros conceitos, às vezes um tanto fugidios: de coletivo para o feminino: *o ramo, a rama; o ovo, a ova* (de peixe); de diversidade de emprego: *o sapato* (calçado), *a sapata* (pedestal); de dimensões: *o barco, a barca*; de delicadeza de fatura e especialização: *o jarro, a jarra* etc. A maioria dos substantivos referentes a coisas, porém, tem um gênero único, conceptualmente arbitrário, cujo conteúdo está praticamente “evaporado” (CÂMARA JR., 1979, p. 76).

Do ponto de vista morfológico, a complexidade do gênero é grande em português, como de regra nas línguas românicas. A redução do nome à forma única do acusativo, que tornou a morfologia do número eminentemente simples (morfema Ø para o singular; morfema /s/ para o plural), não produziu o mesmo efeito na morfologia do gênero.

Em português, o caráter masculino ou feminino da palavra está imamente na palavra e é de natureza eminentemente lexical. Deve-se ressaltar que a vogal final *-a* só é desinência de feminino quando entra em um tema nominal que sem ela é masculino.

Assim, em *rosa, artista, poeta*, não há desinência de gênero feminino; há apenas vogal final de tema. É a presença da desinência *-a* de um adjetivo de tema em *-o* (inclusive o artigo) que indica *rosa* sempre como feminino e, em determinadas frases, *artista* como feminino também; é, ao contrário, a ausência da desinência *-a*, nas mesmas condições, que indica *poeta* sempre como masculino e, em determinadas frases, *artista* como masculino. O mesmo mecanismo funciona em relação a substantivos não terminados em *-a* átono: *o papel, o sabiá, o mar* (sempre masculinos); *a cal, a juriti, a flor* (sempre femininos) (CÂMARA JR., 1979).

Por exemplo, na expressão *rosa branca*, a palavra *rosa* termina com a vogal *a*, mas essa terminação não indica o gênero feminino da palavra, visto que não é considerada uma desinência de gênero. Sabemos que *rosa* é uma palavra feminina por conta da palavra *branca*, já que a vogal final de *branca* é, de fato, uma desinência de gênero feminino. E por que a vogal *a* só é desinência de gênero na palavra *branca*, e não na palavra *rosa*? Isso se explica porque temos o par opositivo somente com *branco* × *branca*.

No feminino, há uma série de alterações morfofonológicas do nome, de que só escapam os limitados grupos de substantivos com consoante final que apresentam flexão de feminino. Ei-los:

Supressão da vogal átona do tema nominal, com a adjunção da desinência em vogal (isto é, -a): *bel(o) + a = bela*.

Desnasalação de vogal com travamento nasal, quando fica em hiato pela adjunção da desinência -a: *bom = bo + a = boa*.

Quando -ão corresponde ao genuíno tema em -o (feito vogal assilábica do ditongo nasal), há a supressão da vogal do tema, sem adjunção de desinência -a: *órfão: órfã*.

Final em /eu/, com uma alternância complementar de timbre depois da supressão da vogal do tema: *europeu: europeia*. (CÂMARA JR., 1979, p. 83).

Em muitos casos, há no substantivo (como correspondência à dicotomia dos sexos no reino animal) uma oposição de gênero, que não é propriamente de natureza flexional. Trata-se de um fenômeno de distribuição léxica, muito diverso do processo de flexão, paradigmático, regular e preciso. Há aí dois casos para considerar:

A oposição se pode fazer pelo emprego de um vocábulo derivado para um dos gêneros, em face do vocábulo primitivo para o outro gênero. Exemplos: *duque: duquesa; conde: condessa; diácono: diaconisa*. O sufixo -inho, em sua forma feminina -inha, estabelece, em alguns casos, analogamente, um vocábulo derivado para o feminino, em face de vocábulo primitivo no masculino: *galo: galinha; rei: rainha*. Outras vezes é o masculino que tem o vocábulo derivado: *ladrão: ladra; lebrão: lebre; perdigão: perdiz*. Também há oposição decorrente de um sufixo lexical para o masculino e outro para o feminino: *imperador: imperatriz*. O aspecto lexical ainda é mais evidente na associação entre duas palavras de radical distinto para se criar uma oposição masculino: feminino (*homem: mulher; cavalo: égua; bode: cabra*). É a chamada estruturação dos radicais supletivos. Desde as antigas línguas indo-europeias, é utilizada ao lado da flexão nominal ou verbal. Em português é amplamente utilizada para indicação de sexo através do gênero em substantivos referentes a seres do reino animal. Trata-se evidentemente de uma questão de distribuição léxica, à margem da morfologia nominal (CÂMARA JR., 1979, p. 85-86).

Atividade 4

Atende ao objetivo 2

1. Segundo Ilari (1992, p. 91), com relação à reinterpretação dos paradigmas de declinação como expressão de gênero, definiu-se “um procedimento morfológico para indicar diferença de gênero que ainda é produtivo nas línguas românicas”. Que procedimento é esse? Que críticas poderíamos fazer a essa asserção do autor?

2. Por que o gênero neutro se perdeu?

Resposta comentada

1. O procedimento morfológico a que Ilari (1992) se refere é a oposição entre a terminação *-o* para a indicação do gênero masculino e a terminação *-a* para a indicação do gênero feminino. A crítica que podemos fazer é que esse procedimento está longe de ser universal, visto que diversas palavras apresentam recursos derivacionais para a expressão do par masculino e feminino.

2. O gênero neutro se perdeu porque, já no latim clássico, não correspondia a um conceito nítido, mesmo parcialmente. Era já então uma simples idiossincrasia formal dos nomes na língua. Além disso, a sua marca distintiva formal era muito fraca.

A questão do grau

A noção de grau, no latim, consistia em desinências especiais no adjetivo para expressar o maior grau de qualidade do adjetivo entre duas situações a que ele se refere. O grau estava, portanto, associado essencial-

mente a uma comparação e caracterizava o adjetivo em um tipo específico de construção sintática. A comparação poderia ser para sobrelevar um ou mais seres em face de outro ou alguns outros (grau comparativo propriamente dito) ou para sobrelevar um ou mais seres em face de uma totalidade a que pertencem (grau superlativo propriamente dito).

O comparativo em latim era expresso pela desinência *-ior*, no masculino e feminino, e *-ius* no neutro. O adjetivo, assim flexionado, concordava em gênero, número e caso com o substantivo a que se referia.

O superlativo tinha em regra a desinência *-issim-* (ou *-im-* se o radical do adjetivo terminava em /l/ ou /r/), seguida da desinência casual da 2ª declinação (masculino) ou da 1ª (feminino).

Por influência italiana, o português clássico tomou de empréstimo ao latim literário formas adjetivas como *felicissimu-*, *facillimu-*, *pau-perrimu-* para intensificar a qualidade significada pelo adjetivo. É um recurso esporádico que cria, ao lado de um adjetivo, uma forma secundária, muitas vezes de radical variante, porque corresponde a um empréstimo ao latim literário, já no período clássico da língua, enquanto a forma primária do adjetivo decorre da evolução fonética desde o latim vulgar. É, a rigor, um processo de derivação para adjetivos, que tem criado muitas formas intensivas, já agora diretamente do adjetivo português (*pobre*, *pobríssimo*), mas limitado em extensão e ainda mais limitado em seu uso (CÂMARA JR., 1979).

A comparação de grau, em português, não faz parte do sistema flexional. Mesmo a intensificação da qualidade do adjetivo, de maneira mais cabal e regular, se expressa sintaticamente pela **aposição** do advérbio *muito*, em contraste com a aposição do advérbio *pouco* para expressar a qualidade reduzida (*muito feliz*, *pouco feliz*). De fato, tanto o comparativo quanto o superlativo em português pautam-se prioritariamente pelos mecanismos analíticos da língua.

Por fim, precisamos abordar algumas formas especiais, ainda no âmbito do grau. Associadas às formas adjetivas – *grande*, *pequeno*, *bom*, *mau*, *muito*, *pouco* – há outras para a função estritamente comparativa – *maior*, *menor*, *melhor*, *pior*, *mais*, *menos*. Historicamente, os quatro primeiros têm a desinência latina de comparativo *-ior*, e os dois últimos são advérbios que passaram a funcionar também como adjetivos ao lado de um substantivo (*mais livros*, *menos livros*). Na estrutura atual da língua, não se justifica, porém, identificar aí vestígios de flexão de grau. São formas indivisíveis que encerram em si um grau comparativo.

Aposição

Justaposição de dois termos.

São igualmente formas léxicas especiais a pequena série de adjetivos tirados do latim literário – *superior, inferior, anterior, posterior, exterior, interior*, que eram, em latim, de flexão comparativa. O uso mais comum não mais é de comparação (espírito *superior*, sentimento *interior*) (CÂMARA JR., 1979).

Atividade 5

Atende ao objetivo 2

O grau dos adjetivos passou progressivamente a privilegiar processos analíticos em vez de sintéticos. Explique essa afirmação.

Resposta comentada

A morfologia nominal latina apresentava um procedimento bastante regular para a formação do superlativo e do comparativo por meio de desinências, ou seja, esse processo era eminentemente flexional. Ao longo da história da língua, as formas analíticas ou perifrásticas foram ficando progressivamente mais frequentes. De fato, no português atual, no campo do grau superlativo, há uma frequência muito maior de formas analíticas (*muito* pobre, *muito* inteligente) do que de formas sintéticas (*paupérrimo, inteligentíssimo*). Quanto ao grau comparativo, há praticamente ausência de formas sintéticas.

Conclusão

Ao mesmo tempo em que traços do latim clássico iam desaparecendo, novos traços surgiam. Assim, as perdas registradas ao longo do tempo foram sendo compensadas por novos ganhos. Como vimos, havia uma estrutura de caso distribuída pelas cinco declinações. Tudo isso foi desaparecendo na história da língua latina. Por outro lado, o sistema dinâmico da língua se manteve por conta da fixação da ordem e do surgimento/fortalecimento de outros traços, como foi o caso das preposições. Nesse processo de mudança, dois traços são proeminentes: a perda da quantidade de vogais (traço fonológico) e o obscurecimento das consoantes finais (traço morfofonológico).

A flexão de número, tal como se apresenta no português moderno, não difere tanto como na gramática latina. A ausência ou presença de uma desinência -s, na grande parte dos casos, explica bem a distinção entre singular e plural. Com relação ao gênero, a situação é um pouco mais complexa, tendo em vista a dissociação de gênero e sexo, muitas vezes alvo de confusão. Ademais, a distinção entre masculino e feminino se dá por meio de nuances diversas, irredutíveis a uma simples distinção entre -o e -a.

Por fim, a questão do grau mostra uma grande diferença se compararmos o latim e o português. Esse mecanismo deixa de ser flexional para ser derivacional, especialmente no âmbito do grau comparativo. As antigas desinências desaparecem, dando origem a um rico acervo de possibilidades analíticas.

Atividade 6

Atende aos objetivos 1 e 2

Castelar de Carvalho (20--) afirma o seguinte:

Estilisticamente, pautava-se o latim clássico pelo apuro do vocabulário, correção gramatical e elegância do estilo. Gramaticalmente, caracterizava-se pela riqueza flexional e pelo sintetismo morfossintático. Possuía 5 declinações, 6 casos, 4 conjugações verbais e 3 gêneros (masculino, feminino e neutro). A oposição de quantidade (vogal longa/breve) era um traço pertinente de seu sistema fonológico. Da preservação dessa língua literária é

que pôde ser depreendida a estrutura léxico-gramatical do idioma dos romanos, hoje registrada nos dicionários e gramáticas de latim e ensinada nas Faculdades de Letras.

Com base na citação de Castelar de Carvalho e com base nesta aula, explique por que a língua latina, no campo dos nomes, apresentava os traços de “riqueza flexional” e “sintetismo morfossintático”?

[illegible]

Resposta comentada

Como foi afirmado pelo autor supracitado e ao longo dessa aula, a riqueza flexional da língua latina era patente ao verificarmos que a morfologia nominal organizava-se em cinco declinações, seis casos e três gêneros. Toda essa estrutura bastante complexa foi bastante simplificada, pois tanto a declinação quanto os casos desapareceram, e restaram apenas dois gêneros (masculino e feminino). Com relação às categorias de número e grau, temos uma situação diversificada. A categoria de número permanece muito semelhante à latina com a oposição entre singular e plural, sendo expressos pelo uso de *Ø* e *-s* respectivamente. Com relação à categoria de grau, as diferenças são bem grandes, visto que já não contamos com um sistema flexional, como o que vigeu no latim. Atualmente, para a expressão do grau, contamos com um sistema derivacional marcadamente analítico.

Resumo

Nesta aula, apresentamos as características principais da morfologia nominal latina e suas correspondências com o português moderno. Destacamos como a língua latina era marcada por um grande sintetismo, evidenciado pela sua rica morfologia nominal, com múltiplas e variadas terminações.

Do latim ao português, a diacronia testemunhou o declínio progressivo do sistema de casos, inicialmente formado por seis categorias (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo), depois por duas (nominativo e acusativo), restando apenas o caso lexicogênico do português - o acusativo.

Ao longo dessas transformações, deve-se destacar o poder das perdas e dos ganhos encaixados. O mesmo aconteceu com as declinações. Inicialmente eram cinco, depois três, chegando ao completo desaparecimento desse sistema.

Tivemos a oportunidade de analisar as categorias de número, gênero e grau. Cada uma apresentou especificidades próprias ao longo da história da língua.

As menores transformações se deram na categoria de número, mantendo-se, no português, praticamente o mesmo padrão latino. As maiores mudanças, sem dúvida, aconteceram na categoria morfológica de grau, que deixou de ser flexional para tornar-se essencialmente derivacional.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos a morfologia pronominal latina. Como foi a história da mudança dos pronomes do latim ao português? Veremos que houve importantes transformações ao longo dessa história, especialmente com relação aos pronomes retos.

Referências

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARDOSO, Wilton; CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CARVALHO, Castelar de. *História interna da língua portuguesa*. [20--]. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/volume2/numero2/05.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática histórica: clássico, científico e vestibulares*. São Paulo: Ática, 1969.

CUNHA, Arlindo Ribeiro. *A língua e a literatura portuguesa*. Braga: Edição do Autor, 1952.

GOULART, Audemaro Taranto; SILVA, Oscar Vieira. *Estudo dirigido de Gramática histórica e teoria da literatura*. São Paulo: Editora do Brasil, 1974.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

Aula 9

Aspectos linguísticos da evolução
do latim ao português: morfologia
diacrônica (morfologia pronominal)

Meta

Apresentar as características principais da morfologia pronominal latina e suas correspondências com o português moderno.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer que a perda do sistema de casos afetou a estrutura pronominal das línguas românicas;
2. analisar os aspectos da constituição histórica do sistema pronominal do português.

Introdução

A classe dos pronomes ocupa grande importância na descrição gramatical de qualquer língua humana. De acordo com Ilari, foram estas as formas pronominais do latim vulgar, ou seja, as formas que ilustram a ponte entre o latim clássico e o português moderno:

Quadro 9.1: Formas pronominais do latim vulgar

		Nominativo	Genitivo/ Dativo	Acusativo
Singular	1ª pessoa	<i>Eo</i>	<i>Mi/mihi</i>	<i>Me</i>
	2ª pessoa	<i>Tu</i>	<i>Ti/tibi</i>	<i>Te</i>
	3ª pessoa masc.	<i>Ille (illi)</i>	<i>[Il]lui / [Il]li</i>	<i>[Il]lum</i>
	3ª pessoa fem.	<i>Illa</i>	<i>[Il]laei / Illi</i>	<i>[Il]lam</i>
	3ª pessoa neut.	<i>Illud</i>		<i>illud</i>
Reflexivo	3ª pessoa	<i>Si</i>	<i>Si/sibi</i>	<i>Se</i>
Plural	1ª pessoa	<i>Nos</i>	<i>Nos/nobis</i>	<i>Nos</i>
	2ª pessoa	<i>Vos</i>	<i>Vos/vobis</i>	<i>Vos</i>
	3ª pessoa masc.	<i>Illi</i>	<i>[Il]lis e [Il]lorum</i>	<i>Illos</i>
	3ª pessoa fem.	<i>Illae</i>	<i>[Il]lis e [Il]lorum</i>	<i>Illas</i>
	3ª pessoa neut.	<i>Illa</i>		<i>[la]</i>

Fonte: Ilari (1992, p. 94)

Segundo Cunha (1952, p. 87), “os pronomes portugueses originaram-se dos latinos, usados com mais frequência no latim vulgar do que no clássico”. Como o **Quadro 9.1** nos mostra, os pronomes do estágio atual da língua portuguesa possuem semelhanças maiores com o antigo caso acusativo, mas também com os demais casos.

Nesta aula, vamos conhecer um pouco sobre a trajetória dos pronomes do latim ao português. No primeiro tópico discutiremos o campo mostrativo da linguagem e os pronomes pessoais, com especial atenção para o surgimento do pronome de terceira pessoa do caso reto. No segundo, discutiremos a história e os traços principais dos pronomes demonstrativos e possessivos, bem como sua relação com os artigos da língua portuguesa. Por fim, no terceiro tópico será a vez de os pronomes indefinidos, interrogativos e relativos serem abordados.

O campo mostrativo na linguagem e os pronomes pessoais

Toda língua possui um sistema destinado a situar os elementos do mundo no quadro de um ato de comunicação. Em vez de serem representados por formas linguísticas que os evoquem e simbolizem de acordo com o conceito que tem de cada um deles, eles passam a ser indicados pela posição que ocupam no momento de uma mensagem linguística. Essas formas, assim meramente indicativas, ou dêiticas em sentido amplo, são os pronomes. “Funcionam no que Karl Bühler chamou o campo mostrativo da linguagem em face do campo representativo ou simbólico” (CÂMARA JR., 1979, p. 89).

E o que significam o campo mostrativo e o campo simbólico da linguagem?

Por exemplo, consideremos a frase *Ele viu um carro*. Todos nós sabemos bem o que é um carro, imaginando-o em suas características básicas. É verdade que cada um poderá imaginá-lo de uma forma diferente, mas, ainda assim, pensará nas propriedades básicas de um carro: um veículo automotor, dependente de combustível, com dimensões mais ou menos idênticas com relação a comprimento, largura, altura etc. Essa caracterização é possível porque o vocábulo *carro* pertence ao campo representativo ou simbólico da linguagem, ou seja, a palavra representa um elemento do mundo biossocial.

Com relação à palavra *ele*, já não se pode aplicar o mesmo raciocínio. Essa palavra não é passível de uma determinação referencial tão clara quanto o elemento *carro*. Na frase anterior (*Ele viu um carro*), a palavra *ele* poderia ser *João*, *Antônio*, *Marcos*, *um cachorro* etc.

Em latim, como é a regra geral, o sistema de indicação dos pronomes tinha como ponto de partida o eixo falante-ouvinte, que se estabelece num ato de comunicação. O mesmo mecanismo continua a vigorar no português atual. Assim, quando dizemos *Eu encontrei você no parque*, o pronome *eu* será necessariamente o falante naquela situação específica; o *você* será necessariamente o interlocutor. Vejamos, portanto, que *eu* e *você* não são unidades estáticas; ao contrário, referem-se a elementos de um ato comunicativo específico. Se falo com alguém, torno-me *eu* e o ouvinte torna-se *você* ou *tu* por força do ato discursivo. Se mudamos de posição, ou seja, se o interlocutor toma a palavra e eu passo a ouvi-lo,

então o interlocutor, do ponto de vista dele, torna-se *eu*, pois será o locutor.

Em língua latina, para indicar o falante, em um momento dado, independentemente do indivíduo, utilizava-se o pronome *ego*. A segunda pessoa, por sua vez, era referida como *tu*, quando a um desses indivíduos se dirigia outro falante. As semelhanças com os pronomes portugueses *eu* e *tu* são evidentes.

De acordo com a categoria de casos, em virtude da qual a forma pronominal, como a nominal, variava morfológicamente, as formas *ego* e *tu*, que eram do nominativo, alternavam, respectivamente, com outras, que eram de genitivo (*mei, tui*), de dativo (*mihi, tibi*) e de acusativo (*me, te*). No sistema morfológico geral da língua latina, eram essas outras formas as de uso constante e frequente, porque a indicação do falante ou do ouvinte como sujeito, que cabia a *ego* ou *tu*, conforme o caso, vinha dada em desinência na própria forma verbal. Nessas condições, *ego* e *tu* só se empregavam por uma redundância enfática ou como “vocativos”, numa comunicação isolada ou numa frase de verbo inexpresso (*Ego bonus* = Eu sou bom) (CÂMARA JR., 1979).

Havia a possibilidade de o falante se expressar não só em seu nome, mas também no de outras pessoas, a ele associadas, ou de se dirigir a mais um ouvinte. Tal possibilidade era levada em conta no sistema morfológico latino com a existência de uma forma *nós*, o falante e mais alguém, e de outra forma *uós*, para mais de um ouvinte. Em português ainda conservamos esse uso, por meio do pronome *nós*. Com relação a *vós*, podemos afirmar que ele ficou restrito a alguns poucos domínios muito específicos, como o religioso.

Até aqui você deve estar percebendo que as semelhanças entre o latim e o português são muito grandes. Por outro lado, há uma distinção entre ambas as línguas, e essa distinção está concentrada na questão da terceira pessoa do discurso.

A esse sistema, chamado dos “pronomes pessoais”, correspondia um sistema demonstrativo, em que os elementos exteriores ao falante ou ao ouvinte (ditos de 3ª pessoa) eram indicados pela sua posição em referência a um ou a outro. Assim, eram três os pronomes demonstrativos utilizados com essa função: *hic*, para o que estava próximo do falante; *iste*, para o que estava próximo do ouvinte; e uma série de outros pronomes usados para indicar o que estava além dessas duas áreas mostrativas (*ille*, de valor indicativo preciso; *is*, de indicação vaga; *ipse*, que reiterava uma indicação anterior, à maneira de “o mesmo”, em português)

(CÂMARA JR., 1979). Todos esses pronomes tinham formas específicas para os três gêneros (masculino, feminino e neutro), com desinências para os casos, confirmando a ideia de uma morfologia rica.

Reiteramos que a língua latina não considerava um sistema de pronomes pessoais de 3ª pessoa, fora do eixo falante-ouvinte, ou seja, não havia pronomes pessoais retos para os equivalentes *ele(s)* e *ela(s)* do português. Daí surge a pergunta: como os falantes da língua latina faziam referência à terceira pessoa do discurso? A resposta está na flexão verbal, que indicava quando o sujeito não era nem o ouvinte nem o falante. Nesse caso, a indicação do sujeito era feita pelo respectivo nome substantivo ou por um pronome demonstrativo em função do campo mostrativo da comunicação.

Por exemplo, em vez de dizer *Ele corre*, como não havia esse pronome reto de terceira pessoa disponível na língua, os falantes de latim diriam a mesma frase preenchendo a função de sujeito com um nome próprio, por exemplo: *Caesar currit* (*César corre*). Outra possibilidade era o preenchimento da função de sujeito pelo pronome demonstrativo *Ille*: *Ille currit* (*Aquele indivíduo que está ali corre*).

Com o tempo, em português, como nas demais línguas românicas, o sistema de pronomes pessoais se ampliou com a emergência de uma série de 3ª pessoa. “O processo geral foi reservar para essa função um dos pronomes demonstrativos, esvaziado da sua significação dêitica. Ao pronome *ille* coube, desde a fase imperial de latim vulgar, esse novo papel” (CÂMARA JR., 1979, p. 92). Assim, ao lado da série *eu, tu, nós, vós*, surge outro pronome reto mais novo na história da língua, com características próprias: o pronome *ele*, com flexões de gênero e número: *ele, ela, eles, elas*.

Em síntese, foi o nominativo, masculino *ille*, feminino *illa*, que originou o português *ele, ela*. O plural com *-s* é uma criação portuguesa (ou antes românica) pelo padrão do plural dos nomes.

Câmara Jr. (1979) apresenta-nos os principais traços desse novo pronome:

É importante acentuar o caráter categórico, um tanto peculiar, que tem esse pronome de 3ª pessoa em face dos de 2ª e 1ª. Não passa, com efeito, de um substituto de um nome substantivo, a que necessariamente se reporta e consta explícita ou implicitamente de contexto linguístico. Ele está sempre em lugar de um substantivo, que, conforme o contexto linguístico, é – *livro, jardim*,

professor, operário e assim por diante. *Eu e tu*, ao contrário, como *nós e vós*, incidem direta e imediatamente num dos polos do eixo falante-ouvinte da situação extralinguística. [...] Do ponto de vista formal, o pronome de 3ª pessoa concorda em gênero e número com o substantivo que substitui: em vez da *testemunha* se dirá *ela*, quer se trate de homem ou mulher, e, da mesma sorte, *cônjuge* só pode ser substituído por *ele*. Ao contrário, os pronomes de 1ª e 2ª pessoa continuam a estrutura latina de formas independentes para o singular e o plural e da ausência da categoria de gênero (CÂMARA JR., 1979, p. 92-93).

A história dos pronomes retos esclarece a diferença entre a série heterônima – *eu, tu, nós, vós* – e os pronomes de terceira pessoa que, como explica Câmara Jr. (1979), de fato, são bem distintos em termos de comportamento morfossintático. Reiteramos que os primeiros referem-se às pessoas que participam ativamente da comunicação linguística; já *ele(s)* e *ela(s)* substituem, no contexto linguístico, um nome substantivo, que pode fazer referência a qualquer coisa que seja assunto da comunicação.

Segundo Câmara Jr. (1979, p. 96), é “costume dizer-se que o pronome pessoal conservou em português a categoria de casos do latim. A afirmação é inexata e confunde sistemas de formas inteiramente diversos”. De fato, a distribuição dos pronomes em três formas pode ser sistematizada da seguinte maneira:

Forma isolada

- Emprego isolado ou de sujeito; forma tônica e livre.

Forma dependente adverbial

- Uso clítico, adjunto a uma forma verbal, e em próclise ou ênclise.

Forma preposicionada

- Centro de uma construção regido por preposição, subordinado ao verbo; forma tônica, mas dependente.

Esses três usos são ilustrados no seguinte quadro:

Quadro 9.2: Formas dos pronomes pessoais do português

	Forma 1	Forma 2	Forma 3
1ª pessoa do singular	Eu	Me	Mim
2ª pessoa do singular	Tu	Te	Ti
3ª pessoa do singular	Ele/Ela	Se	Si

A língua escrita e o padrão mais formal de oralidade mantêm em pleno vigor o sistema tradicional apresentado no **Quadro 9.2**. Por outro lado, é muito comum, nas diversas variedades do português, constatar-mos usos não canônicos desses pronomes.

Antes de encerrarmos esta seção, cabem algumas palavras sobre os chamados pronomes de tratamento. No campo do tratamento social, houve um fenômeno curioso: o sistema pronominal passou a incorporar, em alguns casos, a eminência ou majestade social do interlocutor. Assim, ao dirigir-se ao imperador como *Uestra Maiestas* (“Vossa Majestade”), ao mesmo tempo em que o locutor está se dirigindo ao interlocutor, está reconhecendo a sua posição social de monarca.

O pronome pessoal *você*, de amplo uso em nossa variedade linguística, está no cerne dessa questão. Esse pronome é oriundo, por contração, de *Vossa Mercê*, antes usado de forma cerimoniosa.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Assim afirma Câmara Jr. (1979, p. 89-90): “No sistema morfológico geral da língua latina [...], a indicação do falante e do ouvinte como sujeito, que cabia a *ego* e/ou *tu*, conforme o caso, vinha dada em desinência na própria forma verbal”. Esse mecanismo é distinto ou similar ao que ocorre em português?

2. Faça um quadro com as principais diferenças entre os pronomes de 1ª e 2ª pessoas e os de 3ª pessoa na língua portuguesa.

Resposta comentada

1. Esse mecanismo é similar, visto que também no português podemos indicar as pessoas do discurso somente pela desinência verbal. Assim, ao falar *Corro todos os dias*, pela desinência *-o*, já indicamos que a ação é atribuída à primeira pessoa, ou seja, *Eu corro todo os dias*. Nesse ponto, tanto o latim quanto o português são semelhantes.

2. Eis algumas diferenças:

1ª e 2ª pessoas	3ª pessoa
Não admitem flexão.	Admite flexão de gênero e número.
São mais antigos.	É mais recente na história da língua.
Provêm de pronomes pessoais.	Provêm de pronome demonstrativo.
Estão sempre no eixo falante-ouvinte.	Está fora do eixo falante-ouvinte.
Necessariamente referem-se a humanos.	Pode fazer referência tanto a humanos quanto a seres inanimados.

Os pronomes demonstrativos e possessivos e os artigos

Ao tratar dos demonstrativos, devemos nos lembrar do que falamos no tópico anterior. O sistema demonstrativo latino era composto pelos seguintes elementos: *hic*, para o que estava próximo do falante; *iste*, para o que estava próximo do ouvinte, além de uma série de outros pronomes usados para o que estava além dessas duas áreas mostrativas (*ille*, de valor indicativo preciso; *is*, de indicação vaga e *ipse*, que reiterava uma indicação anterior, à maneira de “o mesmo”, em português).

Com o tempo, o pronome *iste*, demonstrativo da 2ª pessoa, passou a indicar a 1ª e a casa vazia da 2ª pessoa foi preenchida por *ipse*, que tinha uma função especial em latim. Esse deslocamento de formas foi determinado pelo abandono do demonstrativo de 1ª pessoa *hic*.

O latim vulgar, desde cedo, passou a reforçar o demonstrativo pela anteposição da partícula *ecce* (eis): *ecce eum* aglutinou-se na forma *eccum*. Uma variante de *eccum* entrou, dessa maneira, nos demonstrativos reforçados portugueses *aqueste*, *aquesse*, *aquêle*, que figuravam na fase arcaica da língua, em variação livre com a forma simples (CÂMARA JR., 1979, p. 102).

Chegamos, assim, ao seguinte quadro dos demonstrativos portugueses:

Quadro 9.3: Funções dos demonstrativos

	Função adjetiva / Função substantiva	Função substantiva
Área do falante	este, -s; esta, -s	isto
Área do ouvinte	esse, -s; essa, -s	isso
Área exterior a ambos	aquele, -a; aquela, -s	aquilo

Nas variedades formais do português, permanece a tripartição do sistema latino, já que utilizamos o pronome *este* e flexões para uma situação próxima ao falante; o pronome *esse* e flexões para uma situação próxima ao ouvinte; e o pronome *aquele* e flexões para uma situação afastada do falante e do ouvinte. Outras línguas românicas e mesmo o inglês simplificaram esse sistema, bipartindo-o em dois usos apenas.

Essa simplificação, já atestada no padrão culto de várias línguas, vem progressivamente se firmando no português, visto que já contamos, nas variedades menos formais da língua, com uma neutralização entre *este* e *esse*, potencializada, sem dúvida, pela proximidade fonética entre ambos os termos. Assim, temos um sistema bipartido: *este/esse* e *aquele*. Confirmando a tendência analítica do idioma, os pronomes *este* e *esse* recebem partículas de reforço para identificar um termo como próximo do falante (*este/esse aqui*) e próximo do ouvinte (*este/esse aí*).

Vale acrescentar que esse sistema de pronomes demonstrativos funciona não só para indicar o espaço em que se situam falante e ouvinte (função dêitica propriamente dita), mas também para evidenciar o âmbito do contexto linguístico, o que constitui a sua função anafórica. Assim, vemos usos como os seguintes: “Joana e Antônia foram à festa. Esta ficou por um longo tempo; aquela voltou logo para casa”. Nesse exemplo, o pronome *esta* recupera o referente mais próximo, no caso, *Antônia*. O pronome *aquela*, por sua vez, recupera o referente mais distante, ou seja, *Joana*.

No campo do sistema de possessivos portugueses, continua o padrão estabelecido em latim, com as séries de suas formas provenientes das formas acusativas latinas. Vejamos algumas equivalências:

- *Meu* > meu
- *Mea* > *mia* > minha
- *Nostru* > nosso

- *Teu* > teu
- *Vostru* > vosso

Com relação aos artigos, a história é interessante. Como já foi falado no tópico anterior, o pronome demonstrativo latino *ille* gerou, em português, o pronome reto *ele* e suas flexões. Curiosamente, esse mesmo pronome latino gerou outro item muito utilizado na língua portuguesa atual: o artigo definido *o* e flexões (*o, a, os, as*). Nas palavras de Câmara Jr. (1979):

Também possuí o português, como todas as línguas românicas, um adjetivo pronominal que introduz para o nome substantivo, com que concorda, a categoria do ‘definido’. É uma forma pronominal nova, chamada tradicionalmente ‘artigo’, que o latim clássico desconhecia, mas se desenvolveu pouco a pouco no latim vulgar por uma extensão do emprego de um demonstrativo (de maneira geral *ille*); assim, a sua ausência indicava *ipso facto* uma referência indefinida, que podia ser mais enfática com a presença do numeral *unus, una* em nova função (CÂMARA JR., 1979, p. 95-96).

As partículas *o, a, os, as*, portanto, provêm diretamente do acusativo latino de *ille*, em suas quatro formas, masculino, feminino, singular e plural (*illum, illam, illos, illas*), submetidas a um enfraquecimento articulatorio gradual, que atingiu a vogal inicial e a consoante do radical. Segundo Câmara Jr. (1979, p. 104), o artigo categoricamente “continua a ser uma partícula pronominal demonstrativa. Assinala o caráter definido de uma posição num campo mostrativo ideal, de que participam o falante e o ouvinte”.

Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Como a tendência analítica atuou no campo dos pronomes demonstrativos no português atual?

2. Por que, para Câmara Jr. (1979), o artigo continua sendo uma *partícula pronominal demonstrativa*?

Resposta comentada

1. Apesar de o português padrão ainda manter um sistema tripartido de demonstrativos (*este, esse, aquele* e flexões), os falantes do português tendem a eliminar a distinção entre os dois primeiros (*este* e *esse*), fazendo com que a diferença entre *próximo ao falante* e *próximo ao ouvinte* seja recuperada por meio de um recurso analítico, que os transforma em *este/esse aqui* e *este/esse aí*.

2. O artigo continua sendo uma partícula pronominal demonstrativa pois apresenta, pelo menos parcialmente, a mesma função dos demonstrativos, que é apontar um item no espaço. Assim, quando falamos *o carro*, estamos fazendo referência a um carro específico, delimitado, indicado no tempo-espaço. Essa associação é possível por conta de sua origem histórica no pronome *ille*, demonstrativo por natureza.

Pronomes indefinidos, interrogativos e relativos

Cada uma dessas subclasses de pronomes recebeu um desenvolvimento distinto na história do português. A iniciar pelos indefinidos, em latim, havia uma série de compostos de *quis* (*quilibet, quivis, quidam, quispiam, quicumque*), além dos pronomes *uter, omnis, quot, nihil* etc. Essas perdas foram compensadas pelo surgimento de um quadro bem diferenciado. Assim, já em português, encontramos uma série geral, de função substantiva ou adjetiva, variável em gênero e número, e uma série específica, para pessoas e coisas, apenas de função substantiva e invariável. Ao contrário dos demonstrativos, contudo, a forma invariável se distribui em duas, na base de uma forma para seres humanos e de outra para coisas. Esse sistema é bem exemplificado a seguir:

Quadro 9.4: Formas pronominais dos indefinidos

Forma geral variável (substantivo-adjetivo)				Forma invariável substantiva	
Masculino singular	Masculino plural	Feminino singular	Feminino plural	Para pessoas	Para coisas
algum	alguns	alguma	algumas	alguém	algo

Aos pronomes indefinidos indicados no **Quadro 9.4**, acrescentam-se: *outro* (-a, -s); *nenhum* (-a), com a forma plural em desuso no português atual; *qualquer/quaisquer*; *ninguém*; *outrem*; *cada* e *nada*. Conclui-se que o sistema de indefinidos português é complexo e um tanto desequilibrado, quer na distribuição significativa, quer na seriação mórfica (CÂMARA JR., 1979).

A relação dos interrogativos latinos é bem estreita com os pronomes dessa mesma categoria em português. As formas pronominais interrogativas, em português, provêm diretamente do latim *quis*, *-quid* e *qualis*. A forma masculina-feminina na forma de acusativo (*quem*) ficou em português reservada ao gênero pessoal (para seres humanos). A forma neutra *quid* passou ao português sob a forma *que* e é para coisas. A esses, acrescentem-se os pronomes *qual* e *quais*. Vejamos algumas equivalências:

- *Aliquod* > algo
- *Aliquem* > alguém
- *Nec* + *quem* > *nequem* > ninguém
- *Nata* > nada
- *Totu* > *todo* > tudo
- *Alucunu* > algum
- *Ne* + *unu* > nenhum
- *Ne* + *una* > nenhuma

Por fim, façamos uma breve consideração quanto aos pronomes relativos. O principal relativo, em português, é *que*, que representa, historicamente, uma convergência de *qui* (masculino), *quae* (feminino), *quod* (neutro), e dos acusativos *quem*, *quam*, *quod* também (CÂMARA JR., 1979).

Atividade 3

Atende aos objetivos 1 e 2

Segundo Câmara Jr. (1979), o sistema de indefinidos do português é complexo e desequilibrado. Explique essa asserção.

Resposta comentada

O sistema de indefinidos do português apresenta uma série com flexões de gênero e número, como *algum* e *todo*. Em outros casos, o pronome é totalmente invariável, como *cada* e *outrem*. Além disso, há uma série de pronomes com comportamentos intermediários, como *nenhum*. Tudo isso colabora para a afirmação de que o sistema é desequilibrado e complexo.

Conclusão

O sistema de pronomes de uma língua apresenta um conjunto de recursos muito úteis ao fenômeno da coesão e à clara explanação de ideias e conceitos. O acervo de pronomes da língua portuguesa, herdado e, ao mesmo tempo, modificado do latim, apresenta-se como uma importante ferramenta para o ato discursivo.

Atividade 4

Atende aos objetivos 1 e 2

Observe o quadro a seguir, que procura ilustrar o quadro atual de uma parte dos pronomes do português do Brasil:

Quadro 9.5

PESSOA VERBAL	FUNÇÃO SINTÁTICA		
	SUJEITO	OBJETO DIRETO	OBJETO INDIRETO
1ª singular	eu	me	me a / para mim
2ª singular	tu	te	te a / para ti
	você	te lhe você o / a	te lhe a / para você
3ª singular	ele / ela	ele / ela ø [zero] o / a	a / para ele a / para ela
1ª plural	nós	nos a gente	nos a / para nós para a gente
	a gente	a gente	à gente para a gente
2ª plural	vocês	vocês os / as	a / para vocês
3ª plural	eles / elas	eles / elas ø [zero] os / as	a / para eles/elas

Adaptado de <http://e-proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/blog/preconceito/pronomes-brasileiros-por-favor-iii.html>. Acesso em: 07 jul. 2015.

Com base na aula apresentada e em seus conhecimentos, destaque as inovações desse quadro, no que concerne ao português do Brasil.

Resposta comentada

O **Quadro 9.5** mostra a inclusão de *você*, *vocês* e *a gente* no grupo dos pronomes retos do português do Brasil. Isso demonstra claramente que

o sistema pronominal continua apresentando forte dinamismo, visto que outros itens continuam surgindo na língua e sendo incorporados ao uso. É verdade que as gramáticas normativas ainda não agasalham esses novos usos. Por outro lado, é patente que eles já estão fortemente incorporados ao português.

Resumo

Nesta aula, conversamos um pouco sobre as características principais da morfologia pronominal latina e suas correspondências com o português moderno. Discutimos inicialmente a questão do campo mostrativo da linguagem e suas ligações com os pronomes retos. Dedicamos uma atenção especial aos pronomes retos de terceira pessoa, pois são distintos dos demais: admitem flexão de gênero e número, são mais recentes na história da língua, provêm de pronomes demonstrativos, estão fora do eixo falante-ouvinte, podem fazer referência tanto a humanos quanto a seres inanimados etc.

Em seguida, abordamos os pronomes demonstrativos em suas características principais e sua tripartição (*este/esta; esse/essa; aquele/aquela*). Esses pronomes guardam íntima relação com os retos de terceira pessoa, mas também com os artigos definidos, já que eles se originaram do antigo demonstrativo *ille*. Quanto aos possessivos, como foi falado, não há grande diferença do quadro atual em relação ao quadro latino.

Por fim, abordamos os pronomes indefinidos, interrogativos e relativos. Comentamos sobre o desequilíbrio do sistema de pronomes indefinidos e, especialmente, abordamos o surgimento da partícula *que* no campo dos interrogativos e relativos.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos os aspectos linguísticos da evolução do latim ao português no campo da morfologia diacrônica do verbo. Com a próxima aula, encerraremos este passeio pela morfologia diacrônica e entraremos na sintaxe diacrônica.

Referências

CÂMARA JR., Joaquim. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARDOSO, Wilton; CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática histórica: clássico, científico e vestibulares*. São Paulo: Ática, 1969.

CUNHA, Arlindo Ribeiro. *A língua e a literatura portuguesa*. Braga: Edição do Autor, 1952.

GOULART, Audemaro Taranto; SILVA, Oscar Vieira. *Estudo dirigido de gramática histórica e teoria da literatura*. São Paulo: Editora do Brasil, 1974.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

